

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 098/2026
Data: 12/06/2026**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CONDOMÍNIO LOGÍSTICO PARA CAMINHÕES NO PORTO DE SANTOS SEGUE COM IMPASSE NA JUSTIÇA	4
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO PREVÊ R\$ 5,2 MILHÕES PARA AÇÕES AMBIENTAIS	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
PETROLINA VIRA HUB DE GENÉTICA VEGETAL COM EXPANSÃO DE CENTRO DE PESQUISA DA GDM	6
GOVERNO ESTUDA LIGAR TRANSNORDESTINA AO MATOPIBA E A PORTOS DO NORTE DO PAÍS	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	10
ANTAQ DEFINE PROCEDIMENTOS PARA ALTERAÇÕES OPERACIONAIS DA NAVEGAÇÃO DURANTE O FESTIVAL DE PARINTINS 2026	10
DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) FOI DEFINIDA	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
CONCESSÃO DO CANAL DO PORTO DE ITAJAÍ SEGUE PARA DEFINIÇÃO DE LEILÃO	11
MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DE ENTREGA DE NOVO TERMINAL EM SUAPE NESTA SEXTA-FEIRA (12)	12
RECUPERAÇÃO DOS RIOS AMAZONAS E SOLIMÕES JÁ APONTA CENÁRIO MAIS FAVORÁVEL QUE EM 2023 E 2024	13
AGENDA DE SUSTENTABILIDADE DOS PORTOS BRASILEIROS GANHA DESTAQUE COM ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA	15
MAIS VOOS PARA O SÃO JOÃO: CIDADES COM AS MAIORES FESTAS JUNINAS REGISTRAM ALTA DE 57% NA PROGRAMAÇÃO	17
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	19
MINISTRO DOS TRANSPORTES LIBERA TRECHO DE TERCEIRA FAIXA NA BR-277 E AMPLIA LOGÍSTICA NO PARANÁ	19
FERROVIAS GANHAM PROTAGONISMO COM NOVOS LEILÕES E FINANCIAMENTO DE ATÉ 40 ANOS	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – UM PORTO À FRENTE DA REDE	21
OPINIÃO – ARTIGOS - NR-1: PERFORMANCE SUSTENTÁVEL NÃO NASCE DA EXAUSTÃO	22
POLÍTICA - EDUARDO BOLSONARO DEFENDE JÚLIA ZANATTA PARA VICE EM CHAPA DE FLÁVIO	24
NACIONAL - HUB – CURTAS - RENOVAÇÃO DA FCA VOLTA À ANTT APÓS GOVERNO PEDIR MUDANÇAS EM INVESTIMENTOS	25
<i>Processo da FCA volta à ANTT</i>	25
<i>Mudança em investimento</i>	25
<i>Preço nas alturas</i>	26
<i>Navegação autônoma</i>	26
POLÍTICA - FLÁVIO BOLSONARO PROTEGE NOTÍCIA-CRIME CONTRA LULA	26
POLÍTICA - SENADOR É AUTORIZADO A VISITAR SEU PAI	27
POLÍTICA - PAUTAS-BOMBA APROVADAS NO SENADO PRESSIONAM AS CONTAS PÚBLICAS	28
POLÍTICA - STF PODE BARRAR MEDIDAS, DIZ GILMAR MENDES	29
POLÍTICA - FIM DA 6X1: ALCOLUMBRE TRAVA NO SENADO PEC APROVADA NA CÂMARA	29
POLÍTICA - PRATES QUER FIM DE URGÊNCIA DE PL NA CÂMARA	31
BRASIL EXPORT - MINISTRO DISCUTE CONCESSÕES COM GRUPO DE TRABALHO NA CASA BRASIL EXPORT	31
TRANSPORTES - HIDROVIAS - GOVERNO É ORIENTADO A REFORÇAR POLÍTICA HIDROVIÁRIA APÓS AUDITORIA DO TCU	33
TRANSPORTES - PORTOS - APM INAUGURA EM SUAPE PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO 100% ELETRIFICADO	33
TRANSPORTES - PORTOS - FENOP DEBATE MODERNIZAÇÃO E DEFENDE PL 733 DURANTE ENCONTRO EM BRASÍLIA	34
TRANSPORTES - PORTOS - APREENSÕES EM PORTOS CAEM APÓS TRÁFICO MIGRAR PARA EMBARCAÇÕES MENORES	35
TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ DEFINE AUDIÊNCIA PARA ARRENDAR ÁREA NO PORTO DE VILA DO CONDE	37
TRANSPORTES - RODOVIAS - GOVERNO LANÇA EDITAL DE R\$ 1 BI PARA PAVIMENTAR TRECHO DA TRANSAMAZÔNICA NO PA	37
TRANSPORTES - RODOVIAS - SANTORO VISTORIA OBRAS DA BR-080 E DESTACA AVANÇO DA DUPLICAÇÃO	38
TRANSPORTES - FERROVIAS - GOVERNO PREPARA LEILÃO DE 17 TERMINAIS DE CARGAS NA FERROVIA NORTE-SUL	39
TRANSPORTES - AVIAÇÃO / AEROPORTOS - COM 15 ROTAS, TAP VAI TRANSPORTAR 2,1 MILHÕES DE PASSAGEIROS ENTRE BRASIL E PORTUGAL	40
TRANSPORTES - AVIAÇÃO / AEROPORTOS - FRAPORT ASSUME OBRAS NA BASE DE CANOAS POR DECISÃO DA ANAC	41
TRANSPORTES - AEROPORTOS - AEROPORTOS DO NORDESTE REGISTRAM MAIOR MOVIMENTO DA HISTÓRIA NO 1º QUADRIMESTRE	42
TRANSPORTES - AEROPORTOS - VIRACOPOS RECEBE 319 TONELADAS DE FLORES PARA ABASTECER DIA DOS NAMORADOS	43



TRANSPORTES - AEROPORTOS - AENA ENTREGA NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE MONTES CLAROS	44
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS FECHA ACORDO COM EMPRESA PARA DESCOMISSONAR P-18	45
PETRÓLEO E GÁS - OPEP MANTÉM PREVISÃO DE ALTA DE OFERTA	46
COMÉRCIO EXTERIOR - LULA VÊ AVANÇO EM COOPERAÇÃO ENERGÉTICA COM O MÉXICO	46
COMÉRCIO EXTERIOR - VIEIRA DEFENDE BRASIL CONTRA TARIFAS	47
FINANÇAS - SETOR DE SERVIÇOS TEM PRIMEIRA ALTA EM SEIS MESES, DIZ IBGE	48
FINANÇAS - DÓLAR RECUA E FECHA COTADO A R\$ 5,10	49
COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - QUAL DEVE SER A POSTURA DO CEO DIANTE DE UMA CRISE CORPORATIVA?	50
JUSTIÇA - STF FORMA MAIORIA PARA BIG TECHS CUMPRIREM OBRIGAÇÕES EM 60 DIAS	51
JUSTIÇA - MORAES AUTORIZA DEVOLUÇÃO DE ARMA A PM	53
JUSTIÇA - NUNES MARQUES VÊ CENÁRIO DIFÍCIL PARA A MAGISTRATURA BRASILEIRA	53
JUSTIÇA - VORCARO: PF REJEITA PEDIDO DE DELAÇÃO	54
INTERNACIONAL - TRUMP ANUNCIA ACORDO PARA FIM DA GUERRA. IRÃ E ISRAEL NEGAM	55
INTERNACIONAL - ELEIÇÕES NO PERU: FUJIMORI PASSA SÁNCHEZ	56
JORNAL O GLOBO – RJ	57
IMPORTAÇÕES DE PEQUENO VALOR DISPARAM NO BRASIL COM FIM DA ‘TAXA DAS BLUSINHAS’	57
PETROBRAS INICIA REOCUPAÇÃO DE SEDE HISTÓRICA NO CENTRO DO RIO APÓS PRIMEIRA GRANDE REVITALIZAÇÃO EM 50 ANOS	58
PRIVATIZAÇÃO DA COPASA, EMPRESA DE SANEAMENTO DE MINAS, É CONCLUÍDA E MOVIMENTA R\$ 8,4 BILHÕES	60
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	62
COMO O IPO DA SPACEX PODE REDEFINIR OS MERCADOS, A TECNOLOGIA E A ECONOMIA GLOBAL	62
GOVERNO DE MINAS GERAIS LEVANTA R\$ 8,4 BI COM PRIVATIZAÇÃO DA COPASA	64
VALOR ECONÔMICO (SP)	66
APM TERMINALS ENTREGA EM SUAPE O PRIMEIRO TERMINAL DE CONTÊINERES 100% ELETRIFICADO DA AMÉRICA LATINA	66
GOVERNO ENVIA PROJETO DO CANAL DE ACESSO DE ITAJAÍ À ANTAQ E MIRA LEILÃO NO SEGUNDO SEMESTRE	68
PORTAL PORTOS E NAVIOS	69
EXPORTAÇÃO DE CAFÉ DO BRASIL CRESCE 3,6% E ULTRAPASSA 3 MILHÕES DE SACAS	69
APM ENTREGA TERMINAL 100% ELETRIFICADO DE SUAPE	71
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	72
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	72



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CONDOMÍNIO LOGÍSTICO PARA CAMINHÕES NO PORTO DE SANTOS SEGUE COM IMPASSE NA JUSTIÇA

Abratec continua questionando área para caminhões entre os bairros Alemoa e Saboó

Por Ted Sartori 12 de junho de 2026



Área em Santos tem 242 mil metros quadrados na Avenida Augusto Barata, entre os bairros Alemoa e Saboó, em frente ao terminal da BTP (Alexsander Ferraz/Arquivo AT)

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) entrou com recurso de apelação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) contra a implantação de um condomínio logístico para caminhões em Santos. A sessão pública envolvendo a área na Margem

Direita do Porto de Santos foi promovida pela Autoridade Portuária de Santos (APS) em 17 de dezembro do ano passado e teve o Consórcio Portlog como vencedor.

O recurso judicial da Abratec, protocolado no último dia 5, segue pedindo a anulação do edital, questionando a cessão do terreno para essa atividade. “O processo, no entendimento da Associação, é irregular e temos confiança na sua anulação”, afirma o diretor-executivo da entidade, Caio Morel.



Para Morel, processo é irregular (Samuel Andrade/Especial para A Tribuna)

A liminar (decisão provisória) que a Abratec havia conseguido para suspender o procedimento licitatório, em dezembro do ano passado, foi revogada em 7 de maio pela 1ª Vara Federal de Santos. Assim, o certame foi homologado na edição de 18 de maio do Diário Oficial da União. “A fase de análise da documentação, que antecede a assinatura do contrato, segue em andamento dentro do prazo legal”, informa, em nota, a APS.

O projeto

O consórcio Portlog ofereceu R\$ 289 mil de contraprestação fixa mensal à APS para assumir o projeto. A área tem 242 mil metros quadrados (m2) e fica na Avenida Augusto Barata, entre os bairros Alemoa e Saboó, em frente ao Terminal da Brasil Terminal Portuário (BTP) e do futuro Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, em Santos.

O local deve comportar um condomínio logístico com pátio regulador para caminhões, serviços e espaços para refeição e descanso de motoristas. O estacionamento terá 460 vagas e controle de entrada e saída de caminhões. Já a área de serviços de apoio logístico será voltada para carga e contêineres. O investimento é de R\$ 282,5 milhões nas instalações.

“A minuta de contrato prevê prazo de até três anos para o cessionário disponibilizar a área, infraestrutura e atividades. O contrato terá duração total de 20 anos”, finaliza a APS, em nota.



Terreno de Guarujá fica no bairro Conceiçãozinha, em Vicente de Carvalho, e deve abrigar 417 caminhões (Alexsander Ferraz/Arquivo AT)

Guarujá

Já o procedimento licitatório envolvendo área para condomínio logístico na Margem Esquerda do Porto de Santos, em Guarujá, segue sem ações judiciais. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União em 23 de janeiro.

O consórcio Marlog-Petrasalis Logística foi o ganhador, com proposta de R\$ 165 mil mensais, porém igualmente ainda não assinou contrato porque, segundo a APS, a etapa de análise da documentação segue em andamento dentro do prazo legal.

O local está no bairro Conceiçãozinha, no Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá. O complexo abrigará pátio regulador com 417 vagas para caminhões, área de serviços de apoio logístico e um espaço para armazéns cobertos. Será o primeiro condomínio logístico da Cidade, de acordo com a APS. O cessionário terá que investir R\$ 195,4 milhões.

Assim como o de Santos, o contrato prevê prazo de até três anos para o cessionário disponibilizar tudo o que é exigido e tem duração total de 20 anos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/06/2026

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO PREVÊ R\$ 5,2 MILHÕES PARA AÇÕES AMBIENTAIS

Cais prioriza monitoramento e prevenção

Da ATribuna.com.br 12 de junho de 2026



Operações seguem protocolos específicos, adotados para reduzir impactos sobre a fauna marinha (Foto: Divulgação/Semil)

O Porto de São Sebastião, no litoral de São Paulo, fará um investimento de R\$ 5,29 milhões para 2026 em ações de monitoramento ambiental, programas socioambientais e prevenção de emergências no Litoral Norte paulista. O anúncio integra as exigências da licença de operação emitida pelo Ibama e garante a continuidade de 22 programas ambientais permanentes vinculados às atividades portuárias.

Os recursos serão distribuídos entre diferentes frentes de atuação. A maior parcela, de R\$ 1,69 milhão, será direcionada às ações de emergência e treinamentos operacionais. Outros R\$ 1,65 milhão serão aplicados em programas do meio biótico, R\$ 1,15 milhão em iniciativas socioambientais e R\$ 800 mil em monitoramentos do meio físico.

As ações incluem acompanhamento de manguezais, avifauna e biota aquática — com monitoramento de peixes, plâncton e moluscos — além da análise da qualidade da água, sedimentos e efluentes gerados nas operações do porto. Também fazem parte da agenda ambiental o controle de material particulado, o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa e projetos de educação ambiental e comunicação social junto às comunidades vizinhas.

Expansão segura

Segundo Ernesto Sampaio, presidente do Porto de São Sebastião, o investimento busca conciliar a expansão das atividades portuárias com o controle ambiental e a segurança operacional. “Investir em monitoramento ambiental é fortalecer a sustentabilidade e a segurança das operações portuárias. O acompanhamento contínuo dos ecossistemas e nossa capacidade de prevenção e resposta permitem manter uma operação alinhada à proteção ambiental e às exigências dos órgãos reguladores”, afirma.

O Porto já vem ampliando os aportes destinados à gestão ambiental, explica Sampaio. Em 2025, a dragagem de manutenção — necessária para garantir o calado operacional dos berços de atracação e assegurar a navegação de embarcações — mobilizou R\$ 2,7 milhões apenas em monitoramento ambiental.

Em todas as operações, protocolos específicos são adotados para reduzir impactos sobre a fauna marinha, incluindo o avistamento e acompanhamento de tartarugas e cetáceos presentes na área de influência das operações.

“O investimento previsto para 2026 também reforça os programas de gerenciamento de risco ambiental, com manutenção de equipes permanentes de prontidão e realização de treinamentos voltados à comunidade portuária para atuação coordenada em situações de emergência ambiental”, diz, em nota, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), responsável pelo complexo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/06/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PETROLINA VIRA HUB DE GENÉTICA VEGETAL COM EXPANSÃO DE CENTRO DE PESQUISA DA GDM

Com transferência de berçário de testes do Tocantins para Petrolina, unidade projeta semear 1,5 milhão de parcelas e atrair novos talentos científicos

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Expansão da estação em Petrolina aumenta cultivo em 125%, com 1,5 milhão de parcelas multicrop, segundo informou GDM. Foto: Divulgação

A GDM, empresa argentina de desenvolvimento genético agrícola, reorganizou sua estrutura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil e transformou sua estação em Petrolina (PE) na primeira unidade multicrop do grupo no mundo. Como parte dessa estratégia voltada para a eficiência e o crescimento no Cerrado e

no Nordeste, a companhia anunciou a transferência das atividades do berçário de pesquisa de soja que antes funcionavam em Porto Nacional, no Tocantins, para o sertão pernambucano.

A mudança coloca em evidência o sertão pernambucano como um laboratório avançado que vai estudar, desenvolver e testar soja, milho, sorgo, girassol e trigo ao mesmo tempo.

Segundo informou a GDM, a estação experimental de Petrolina deu um salto de 125% em sua área física, saindo de 200 hectares para cerca de 450 hectares cultivados para fins de pesquisa.



Com essa expansão, a cidade pernambucana será responsável pela geração de 1,5 milhão de parcelas multicrop (estação multi-culturas) semeadas para abastecer programas de melhoramento em escala internacional.

Para a companhia, do ponto de vista técnico e climático, o sertão pernambucano reúne condições ideais de isolamento e controle para o desenvolvimento de germoplasma de forma segura, permitindo testes rápidos com materiais genéticos vindos de diferentes partes do país.

“A transição amplia a escala das operações na região e reforça o papel da unidade pernambucana como um hub integrado de inovação. A integração das atividades permite otimizar recursos, promover maior proximidade entre equipes e intensificar a troca de conhecimento entre diferentes culturas”, destaca Murilo Viotto Del Conte, BR Nursery Executive Manager da GDM.

Atração de investimentos e talentos para Petrolina

Historicamente marcada pelos desafios climáticos na agricultura convencional, Petrolina passa a atuar como um vetor de desenvolvimento técnico para o cultivo de grandes culturas anuais. A infraestrutura expandida projeta atrair novos talentos científicos para o Nordeste e fortalecer a cadeia de valor do agronegócio regional.

Como parte dessa evolução, a GDM anunciou também a transição das atividades do Nursery de soja, atualmente conduzidas em Porto Nacional (TO), para Petrolina. A mudança está alinhada às prioridades de longo prazo da companhia, ampliando a escala das operações na região e reforçando o papel da unidade pernambucana como um hub integrado de inovação.

Segundo a empresa, a integração das atividades vai permitir otimizar recursos, promover maior proximidade entre equipes e intensificar a troca de conhecimento entre diferentes culturas.

“A consolidação da estrutura acompanha um plano de crescimento consistente, que combina investimentos em infraestrutura, tecnologia e pessoas. Com isso, a GDM reforça seu papel como agente de transformação no território em que atua, conectando ciência de ponta à realidade local”, explica Paulo Roberto Scaranello, Global Facilities & HSE Executive Manager da GDM.

O grupo GDM opera atualmente em 16 países, contando com uma estrutura de 4.800 colaboradores e atua na pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos com propriedade intelectual em genética vegetal para culturas extensivas.

Região do Matopiba dá salto produtivo agrícola

A transferência estratégica das pesquisas de soja do Tocantins para Pernambuco acompanha a forte consolidação do Matopiba como a principal fronteira agrícola do país. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e de levantamentos do setor indicam que a produção total de grãos na região registrou um avanço de 84,32% na última década, mantendo uma média de expansão de 8,43% ao ano.

O protagonismo fica por conta da cultura da soja, cuja colheita nos territórios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia saltou expressivos 114% no acumulado das últimas dez safras.

De acordo com os levantamentos da Conab, o Brasil caminha para fechar uma safra recorde de 358 milhões de toneladas, impulsionada pelo desempenho histórico da soja, com previsão de atingir inéditas 179,7 milhões de toneladas. Esse volume massivo de produção exige do mercado sementes com tetos produtivos cada vez maiores e adaptadas ao clima do Cerrado, o que joga luz sobre o papel da engenharia genética e de estruturas de pesquisa expandidas.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/06/2026

GOVERNO ESTUDA LIGAR TRANSNORDESTINA AO MATOPIBA E A PORTOS DO NORTE DO PAÍS

Durante roadshow para apresentar carteira de projetos ferroviários, ministro falou de projeto que avalia conexão com Transnordestina

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Ministro George Santoro apresentou carteira de investimentos em ferrovias em roadshow na B3, em São Paulo. Foto: Luiz Siqueira

O Ministério dos Transportes afirmou que estuda conectar a Transnordestina ao futuro corredor ferroviário Açailândia-Barcarena, projeto que pode ampliar a integração logística entre o Nordeste, o Matopiba e o Arco Norte. A informação foi revelada pelo ministro dos Transportes, George Santoro, durante roadshow realizado na B3, em São Paulo, nesta quinta-feira (11) para apresentação da

carteira ferroviária do governo federal.

Segundo Santoro, a Infra S.A. deverá contratar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da conexão entre a Transnordestina e a Ferrovia Norte-Sul. A definição ainda depende da análise sobre qual traçado será mais eficiente para a movimentação de cargas e para a logística nacional, com possibilidades de ligação pelo Tocantins ou pelo Maranhão.

“A intenção nossa é conectar ou no Tocantins ou no Maranhão. Nós estamos vendo o que é melhor para a carga e para a logística nacional, como é que nós vamos trabalhar isso”, afirmou.

Durante a apresentação, o ministro disse que a ideia é integrar dois corredores ferroviários paralelos. De um lado, a Transnordestina, que avança em direção aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco. De outro, o eixo Açailândia-Barcarena, que conecta a saída norte da Ferrovia Norte-Sul ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Pará.

“É uma conexão importante, conectando dois corredores logísticos paralelos, um ao outro. E aí você tem acesso a mais portos. Além de Barcarena, você tem acesso a Itaqui, a Pecém e a Suape. Ou a carga também pode descer”, afirmou Santoro.



Transnordestina está em obras avançadas no trecho que liga Eliseu Martins, no Piauí, ao Porto de Pecém, no Ceará; trecho pernambucano segue com obras paralisadas. Foto: Divulgação

Conexão com Transnordestina pode ampliar acesso a quatro portos

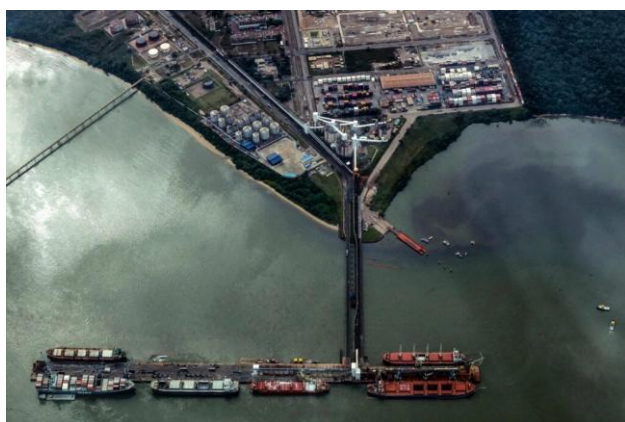
O projeto de corredor ferroviário entre Açailândia e Barcarena corta uma região estratégica para o escoamento de cargas

do Matopiba, fronteira agrícola formada por áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Durante a apresentação, Santoro afirmou que a ligação com a Transnordestina pode dar mais alternativas logísticas para cargas que hoje percorrem longas distâncias até os portos. Segundo ele, a diversificação de rotas será essencial diante do crescimento previsto da produção no Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso.

“Quando a gente faz a métrica a partir do Mato Grosso, que é o estado que vai apresentar o maior crescimento de carga nos próximos 20 anos, a carga anda mais de 2 mil quilômetros. E essa carga precisa ter opções para ela não ter que parar em algum porto”, disse o ministro.

A conexão também pode reforçar a complementaridade entre portos do Arco Norte e do Nordeste, criando alternativas para escoamento por Barcarena, no Pará; Itaqui, no Maranhão; Pecém, no Ceará; e Suape, em Pernambuco. A lógica defendida pelo governo é ampliar a competição entre rotas e terminais, reduzindo gargalos e custos logísticos.



Porto Vila do Conde, em Barcarena, no Pará, é estratégico para escoar produção de grãos e outros produtos e pode ganhar mais relevância com projetos de conexão ferroviários. Foto: Divulgação

Carteira ferroviária mira reduzir gargalos logísticos

Durante o roadshow, Santoro afirmou que o Brasil enfrenta um desafio logístico crescente diante da expansão prevista no volume de cargas. Segundo ele, o país já é o quinto maior do mundo em volume

de toneladas transportadas e pode avançar para a segunda ou terceira posição, o que exigirá investimentos em ferrovias, rodovias, hidrovias e portos.

A carteira ferroviária apresentada pelo Ministério dos Transportes prevê cerca de R\$ 160 bilhões em CAPEX e oito leilões ferroviários, além de projetos de trem de passageiros, terminais logísticos e chamamentos públicos para trechos ociosos. Considerando investimentos e operação, a estimativa é que os projetos possam movimentar cerca de R\$ 600 bilhões entre CAPEX e OPEX.

Entre os projetos citados estão a Ferrogrão, a Malha Oeste, a Malha Sul, o Anel Ferroviário do Sudeste, o corredor Minas-Rio, a extensão da Norte-Sul até Barcarena, além de projetos de VLTs, trens turísticos e terminais logísticos da Infra S.A.

“O desafio logístico é muito grande, mas os dados mostram que os corredores logísticos tenham problemas futuros se a gente não investir em ferrovias”, disse.

O ministro defendeu que os projetos sejam planejados como corredores logísticos integrados, e não como obras isoladas. A carteira ferroviária apresentada pelo governo foi estruturada para dialogar com concessões rodoviárias, hidrovias e terminais portuários, com foco em redução de custo logístico e aumento da competitividade das exportações.

“A ideia aqui é olhar o corredor logístico como um todo. E é por isso que a carteira de ferrovias está totalmente interligada com a carteira de rodovias, a atual e, principalmente, a futura, e com a carteira de hidrovias”, afirmou Santoro.

Segundo ele, a estratégia foi construída a partir de uma governança entre ministérios ligados à infraestrutura, Casa Civil e Planejamento, com foco em interoperabilidade entre os modais e redução do frete interno. O ministro destacou que o custo logístico é decisivo para a competitividade brasileira, especialmente porque grande parte das exportações nacionais é formada por commodities.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/06/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DEFINE PROCEDIMENTOS PARA ALTERAÇÕES OPERACIONAIS DA NAVEGAÇÃO DURANTE O FESTIVAL DE PARINTINS 2026

Empresas Brasileiras de Navegação têm até 19 de junho para solicitar mudanças nos esquemas operacionais; Agência disponibiliza canal para esclarecimento de dúvidas



Brasília, 11/06/2026 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou os procedimentos para solicitação de alterações nos esquemas operacionais das Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) que atuam na região Amazônica. A medida busca atender ao aumento da demanda por transporte de passageiros e cargas durante o Festival Folclórico de Parintins.

As solicitações deverão ser encaminhadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), disponível no portal da ANTAQ, até o dia 19 de junho. As alterações aprovadas pela Agência deverão ser comunicadas aos usuários por meio da fixação de avisos nas embarcações e nos pontos de venda de passagens.

Após o encerramento do Festival, as empresas autorizadas deverão retomar o cumprimento dos esquemas operacionais previstos em seus respectivos Termos de Autorização. Dúvidas sobre os procedimentos poderão ser encaminhadas para o correio eletrônico goa@antag.gov.br ou pelo telefone (61) 2029-6810.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 12/06/2026

DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) FOI DEFINIDA



Sessão ocorrerá dia 23/06 - e prazo da consulta pública está em vigência até 03/07. Agência comunica, também, restabelecimento da página referente ao arrendamento de Santos (SP).

Brasília, 11/06/2026 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) informa a data da Audiência Pública nº 04-2026, que visa receber contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relacionados ao processo licitatório de arrendamento da área VDC04, no Porto

Organizado de Vila do Conde (PA). A sessão virtual ficou definida, portanto, para o dia 23/06/2026, com início às 10h e término após manifestação do último credenciado.

A Audiência será transmitida via streaming, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no "Youtube". Não é necessária inscrição para assisti-la. Os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo Whatsapp, por meio do número (61) 20296940. O período de inscrições será das 9h às 15h do dia 22 de junho de 2026.

Para esse evento a participação dos interessados será exclusivamente ao vivo pelo Teams. Após a conclusão da etapa de inscrição, cada interessado cadastrado receberá o link para acesso à sala virtual. Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta Teams, será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições - ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo Whatsapp.

A instalação é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, com destaque para fertilizantes. O encerramento da consulta pública será no dia 03/07/2026.

Porto de Santos

A ANTAQ comunica, também, que a página referente à audiência do Canal de Santos (SP) foi restabelecida. No mês passado, a Agência prorrogou o prazo de apresentação das contribuições para a área. Os interessados terão até o dia 1º de julho de 2026 para enviarem à ANTAQ suas colaborações, subsídios e sugestões.

A sessão, que ainda não tem data definida, deverá ocorrer em formato híbrido, contemplando etapa presencial em Brasília (DF), no Edifício Sede da ANTAQ.

Contribuições

Para ambos projetos, serão considerados pela Agência as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas, dirigidas à ANTAQ exclusivamente nos moldes do formulário eletrônico disponível no site, não sendo aceitas contribuições enviadas por outros meios.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais - cujos endereços encontram-se disponíveis no site da ANTAQ, bem como todas as contribuições recebidas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 12/06/2026



Medida amplia eficiência do porto e permitirá a chegada de navios de 400 metros em Santa Catarina

A concessão integra um projeto estratégico do Governo Federal focado em capacitar a infraestrutura dos portos brasileiros para receber embarcações de grande porte.
Foto: Porto de Itajaí

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) finalizou e enviou à Agência Nacional de



Transportes Aquaviários (Antaq) o projeto definitivo para a concessão do canal de acesso aquaviário ao Porto de Itajaí, em Santa Catarina. O envio da Nota Técnica contendo os estudos revisados e as minutas de edital e de contrato marca a etapa final do processo no âmbito do ministério, deixando o projeto apto para a publicação do edital de licitação pela agência reguladora. A previsão é que o leilão seja realizado no segundo semestre de 2026.

"O Governo Federal tem uma atenção especial para o Porto de Itajaí porque o encontrou praticamente fechado, impactando a economia de Santa Catarina e do país. A concessão do canal é mais um passo para dar maior eficiência ao porto", afirmou o ministro Tomé Franca. "A concessão dará previsibilidade à operação portuária com dragagens programadas e irá aprofundar o calado para até 16 metros, viabilizando a entrada de navios de 400 metros de comprimento, os maiores cargueiros do mundo", reforçou o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila.

Esta concessão integra um projeto estratégico do Governo Federal focado em capacitar a infraestrutura dos portos brasileiros para receber embarcações de grande porte. Em 2025 foi leiloado o canal de acesso ao Porto de Paranaguá e está em andamento o processo para concessão do canal do Porto de Rio Grande. Nos planos do MPor estão ainda projetos para leiloar os portos de Santos e Salvador.

No caso de Itajaí, serão necessários investimentos de R\$ 350 milhões ao longo de 25 anos de contrato, para a execução de obras de reestruturação, dragagem de aprofundamento e derrocamento organizadas em duas fases. Até o terceiro ano da concessão, a empresa fará intervenções necessárias para homologar parâmetros e possibilitar a operação de navios da classe New Panamax, com até 366 metros de comprimento. Além disso, estão previstas a remoção de interferências (como o casco do navio Pallas e espigões), implantação do sistema VTS (Vessel Traffic Service), que dará maior segurança à movimentação dos navios.

A partir do quarto ano, a concessionária irá se adequar para receber navios de última geração. Nesta etapa ocorrerá o derrocamento (remoção de material rochoso no canal externo) e a dragagem de aprofundamento, capacitando o porto para receber navios de 400 metros de comprimento.

A remessa do projeto à Antaq ocorre após o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) ter sido inteiramente revisado pela Infra S.A. para incorporar as determinações e recomendações proferidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A expectativa de modernização da infraestrutura soma-se aos bons resultados recentes da operação portuária. O Porto de Itajaí registrou um crescimento de 40% na movimentação de cargas no primeiro quadrimestre de 2026, demonstrando a rápida retomada de sua importância econômica.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 12/06/2026

MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DE ENTREGA DE NOVO TERMINAL EM SUAPE NESTA SEXTA-FEIRA (12)

Programação na capital pernambucana também inclui anúncios de investimentos no Porto do Recife

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin participam, nesta sexta-feira (12), em Recife (PE), da entrega do primeiro terminal de contêineres 100% eletrificado da América Latina, no Complexo Industrial Portuário de Suape. Com aporte superior a R\$ 2 bilhões, o novo terminal da APM Terminals foi projetado para ampliar em 55% a capacidade de movimentação de contêineres do Complexo Industrial Portuário de Suape e fortalecer a posição estratégica de Pernambuco nas rotas internacionais de comércio.

O terminal deverá movimentar inicialmente até 400 mil TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) por ano e ampliar a conexão do Nordeste com mercados da América Latina, América do Norte, Europa e Ásia. Projeções indicam uma geração adicional de até R\$ 4,8 bilhões em



exportações, além de mais de 43 mil postos de trabalho em potencial ao longo das cadeias produtivas associadas ao comércio exterior.

Modernização do Porto do Recife

À tarde, a agenda segue para o Porto do Recife, onde está prevista a assinatura da ordem de serviço para início da dragagem e readequação da infraestrutura aquaviária do porto, obra que contará com investimento federal de R\$ 93,5 milhões e execução prevista até dezembro de 2026.

Também será formalizado o repasse de R\$ 14,5 milhões para substituição e modernização das defensas dos berços de atracação do porto, estrutura responsável pela proteção das embarcações e dos cais durante as operações portuárias.

A programação inclui ainda a assinatura do termo aditivo que prorroga por mais cinco anos a delegação da administração e exploração do Porto do Recife ao Governo de Pernambuco, garantindo a continuidade da gestão estadual até 2031.

A agenda será encerrada com a entrega do Museu do Porto do Recife, espaço voltado à preservação da memória e da história portuária pernambucana.

Credenciamentos

Profissionais de imprensa interessados na cobertura da cerimônia em Suape devem solicitar credenciamento junto à organização do evento pelo e-mail: atendimento.grupomaersk@bursonglobal.com

Já para participação no evento no Porto do Recife o credenciamento terá que ser realizado pelo e-mail: portodorecife.comunicacao@gmail.com. Não está prevista transmissão das agendas mencionadas.

Serviço – Suape

Evento: Cerimônia de entrega oficial do novo terminal de contêineres da APM Terminals Suape

Data: sexta-feira, 12 de junho

Horário: 11h

Local: Complexo Industrial Portuário de Suape – Ipojuca (PE)

Serviço – Porto do Recife

Evento: Assinatura da ordem de serviço da dragagem do Porto do Recife, formalização de recursos para modernização das defensas, renovação da delegação do porto e entrega do Museu do Porto

Data: sexta-feira, 12 de junho

Horário: 13h

Local: Porto do Recife - Recife (PE)

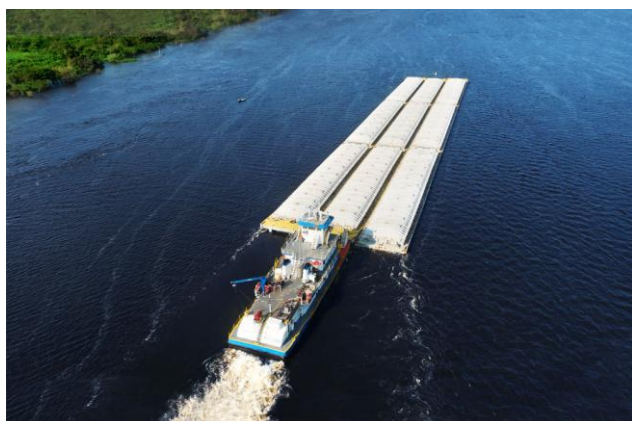
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/06/2026

RECUPERAÇÃO DOS RIOS AMAZONAS E SOLIMÕES JÁ APONTA CENÁRIO MAIS FAVORÁVEL QUE EM 2023 E 2024

Com níveis mais elevados nos rios, navegabilidade na região aumenta e favorece o transporte de passageiros e cargas, além do abastecimento das comunidades ribeirinhas

Os rios Amazonas e Solimões registram, em 2026, níveis mais elevados em comparação aos períodos de seca de 2023 e 2024, aumentando as condições de navegabilidade nos principais corredores hidroviários da Amazônia. Em Itacoatiara (AM), no Rio Amazonas, o nível atual é de 14,43 metros. Em Tabatinga (AM), no Rio Solimões, a cota chega a 12,16 metros, indicando melhora significativa das condições hidrológicas na região.



O cenário favorece o transporte de passageiros e cargas, além do abastecimento das comunidades ribeirinhas, que dependem dos rios para mobilidade e acesso a insumos essenciais como alimentos, medicamentos e combustíveis. Foto: Divulgação

Na comparação com os períodos de estiagem, o Rio Amazonas registrou cerca de 9,2 metros em 2023 e 9,20 metros em 2024 em Itacoatiara. Já o Rio Solimões marcou aproximadamente 10 metros em 2023 e 9,99 metros em 2024 em Tabatinga, evidenciando a recuperação dos níveis neste ano.

O cenário favorece o transporte de passageiros e cargas, além do abastecimento das comunidades ribeirinhas, que dependem dos rios para mobilidade e acesso a insumos essenciais como alimentos, medicamentos e combustíveis.

De acordo com o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, a recuperação dos níveis dos rios não apenas aumenta a segurança da navegação, como reforça a capacidade de planejamento das operações hidroviárias na região. “O acompanhamento dos níveis dos rios permite que as ações sejam planejadas com antecedência, reduzindo riscos para a navegação e garantindo maior segurança ao transporte de passageiros, mercadorias e insumos essenciais para a população amazônica”, afirmou.

Monitoramento e gestão preventiva

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), por meio da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), mantém vigilância contínua das principais hidrovias da região Norte. A estrutura de acompanhamento utiliza o Painel de Monitoramento, que reúne dados hidrológicos e operacionais em tempo real, contribuindo para decisões mais rápidas e precisas e para o planejamento de ações de manutenção da navegabilidade.

O monitoramento também considera a influência de fenômenos climáticos, como o El Niño, que altera o regime de chuvas e impacta diretamente a dinâmica dos rios amazônicos. A integração entre dados hidrológicos, previsões climáticas e informações operacionais permite identificar previamente pontos críticos e orientar ações preventivas para garantir a continuidade da navegação.

As informações subsidiam ainda intervenções preventivas, como dragagens de manutenção e reforço da sinalização náutica, com foco na redução dos impactos causados por eventos climáticos extremos e na garantia da segurança da navegação.

O diretor de Gestão Hidroviária da SNHN, Eliezé Bulhões, destaca que o acesso a dados atualizados fortalece a capacidade de resposta do sistema hidroviário. “Em um cenário de eventos climáticos cada vez mais extremos, o acesso a informações hidrológicas em tempo real é fundamental para antecipar riscos e garantir a continuidade da navegação. O monitoramento permite que as decisões sejam tomadas com maior precisão, fortalecendo a capacidade de resposta do poder público e ampliando a segurança e a previsibilidade das operações hidroviárias”, afirmou.

Ações preventivas

Em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o Ministério de Portos e Aeroportos atua de forma contínua e preventiva na manutenção da navegabilidade dos rios Amazonas e Solimões. O Governo Federal mantém contratos de dragagem e manutenção em trechos estratégicos da Amazônia, integrados ao Plano de Dragagem de Manutenção Aquaviária (Padma) e ao Plano de Sinalização Náutica do Amazonas, com atuação entre Manaus, Itacoatiara e regiões do Solimões.

No Rio Amazonas, o contrato vigente no trecho Manaus–Itacoatiara soma R\$ 186,9 milhões, com vigência de cinco anos. No Rio Solimões, estão em execução contratos nos trechos Tabatinga–Benjamin Constant (R\$ 104,9 milhões), Benjamin Constant–São Paulo de Olivença (R\$ 84,26 milhões) e Coari–Codajás (R\$ 90,69 milhões), também com execução plurianual.

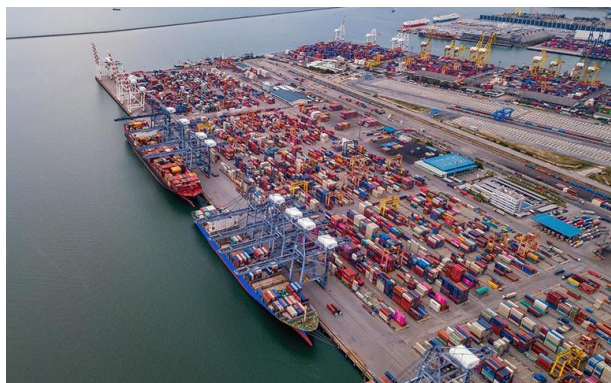
No Rio Madeira, foi firmado contrato de R\$ 123,6 milhões para dragagem contínua entre Porto Velho (RO) e a foz do Amazonas, com vigência até 2029, reforçando a capacidade de operação durante períodos de estiagem e garantindo o transporte de cargas essenciais.

As ações incluem ainda a manutenção e ampliação da sinalização náutica, contribuindo para a segurança das operações e a previsibilidade logística em toda a região Norte. A estratégia do Governo Federal é assegurar a navegabilidade das hidrovias amazônicas de forma contínua e preventiva, reduzindo impactos de eventos climáticos extremos e garantindo o abastecimento das populações ribeirinhas e o escoamento da produção regional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/06/2026

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE DOS PORTOS BRASILEIROS GANHA DESTAQUE COM ACORDO MERCOSUL–UNIÃO EUROPEIA

Iniciativas do Ministério de Portos e Aeroportos voltadas à descarbonização, transição energética e modernização da infraestrutura dialogam com exigências ambientais presentes no comércio internacional



A agenda de sustentabilidade do MPor dialoga com exigências ambientais do mercado europeu - Imagem: Divulgação/MPor

O acordo entre Mercosul e União Europeia deve ampliar não só oportunidades comerciais entre os dois blocos, mas também a importância de práticas sustentáveis ao longo das cadeias logísticas responsáveis pela movimentação das mercadorias. O pacto entre os blocos estabelece compromissos relacionados à proteção ambiental, ao enfrentamento das mudanças climáticas e à promoção do

desenvolvimento sustentável.

Em paralelo, a União Europeia vem ampliando exigências ambientais que afetam diretamente o comércio internacional e o transporte marítimo. Entre elas estão metas progressivas de redução das emissões de carbono dos navios, a expansão do uso de energia elétrica para embarcações atracadas nos portos, a inclusão do setor marítimo em mecanismos de precificação de carbono e requisitos de rastreabilidade ambiental para determinadas cadeias produtivas.

Nesse contexto, a agenda de sustentabilidade desenvolvida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) ganha relevância estratégica ao dialogar com exigências ambientais cada vez mais presentes no mercado europeu.

Para o ministro Tomé Franca, a pauta deixou de ser apenas uma agenda ambiental e passou a representar um fator de competitividade. “A transição para uma logística mais sustentável é um movimento global e os portos brasileiros precisam estar preparados para esse cenário. Investir em eficiência energética, inovação e redução de emissões fortalece nossa infraestrutura e amplia a capacidade do país de atender às demandas do comércio internacional”, afirmou.

Transição energética e descarbonização



Nos últimos anos, o MPor estruturou uma série de iniciativas voltadas à redução das emissões e à modernização sustentável da infraestrutura portuária brasileira. Uma delas é a Política de Sustentabilidade, instituída em 2025, com diretrizes que visam reduzir a emissão de gases de efeito estufa, promover a transição energética e a resiliência climática nos setores portuário, hidroviário e aeroportuário.

Como parte dessa política, o MPor criou o Pacto pela Sustentabilidade, iniciativa que busca incorporar o tema à infraestrutura de transportes do país. As empresas que aderem e comprovam ações voltadas à sustentabilidade, governança e responsabilidade social recebem selos oficiais, além de incentivos como prioridade na análise de projetos, acompanhamento de processos de licenciamento ambiental e reconhecimento institucional.

A agenda também contempla ações previstas no planejamento portuário nacional, como incentivo à eletrificação de equipamentos, adoção de fontes renováveis de energia, gestão de emissões e incorporação de critérios ESG em projetos e concessões portuárias.

Essas iniciativas dialogam com movimentos em curso na Europa, onde regulamentos recentes estabelecem metas progressivas de redução das emissões associadas ao transporte marítimo e incentivam o uso de combustíveis de menor intensidade de carbono.

Corredores verdes

Outro eixo da agenda brasileira envolve a construção dos chamados 'corredores marítimos sustentáveis', conceito que busca integrar infraestrutura, energia limpa e soluções tecnológicas para reduzir a pegada ambiental do transporte marítimo.

O tema tem ganhado espaço nas discussões internacionais sobre logística sustentável e foi incorporado às iniciativas apresentadas pelo Brasil em fóruns internacionais, como G20, BRICS e COP30, em favor de uma logística mais sustentável.

Como parte desse esforço, Brasil, Noruega e Países Baixos vêm avançando na construção de um corredor marítimo descarbonizado entre a América do Sul e a Europa. Desde a assinatura de um memorando de entendimento em 2025, equipes técnicas dos países participantes realizam estudos de viabilidade e discutem possíveis rotas para a iniciativa.

Iniciativas por todo o país

Em diferentes regiões do país, portos brasileiros já vêm implementando iniciativas alinhadas a essa agenda de transição energética e redução de emissões.

No Nordeste, o Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) passa a abrigar o primeiro terminal de contêineres 100% elétrico da América Latina. O empreendimento, que recebeu mais de R\$ 2 bilhões em investimentos, reúne equipamentos elétricos, automação operacional e infraestrutura digital integrada, combinando a redução de emissões com um aumento de 55% na capacidade logística.

No Porto de Santos (SP), foi implantado o sistema Onshore Power Supply (OPS); tecnologia que fornece energia elétrica a embarcações atracadas diretamente a partir da rede em terra, reduzindo o consumo de diesel durante as operações portuárias. Desde 2024, a energia fornecida pela Usina Hidrelétrica de Itatinga contribui para reduzir o consumo de diesel e as emissões associadas às operações portuárias.

Em Paranaguá (PR), investimentos em logística ferroviária e geração de energia solar reforçam a busca por maior eficiência operacional com menor impacto ambiental. A obra do Moegão, em fase final de implantação, ampliará a capacidade de movimentação ferroviária do porto, enquanto sistemas fotovoltaicos instalados em terminais ajudam a reduzir emissões.

No Ceará, o Complexo do Pecém avança na consolidação de um hub de hidrogênio verde e no desenvolvimento de projetos voltados à produção de amônia verde, buscando posicionar o estado como um dos principais polos da nova economia energética global.

No Porto do Açu (RJ), iniciativas voltadas à criação de um corredor verde para combustíveis de baixo carbono e ao desenvolvimento de projetos relacionados ao hidrogênio e à descarbonização industrial reforçam o papel dos portos na transição energética brasileira.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/06/2026

MAIS VOOS PARA O SÃO JOÃO: CIDADES COM AS MAIORES FESTAS JUNINAS REGISTRAM ALTA DE 57% NA PROGRAMAÇÃO

Crescimento da malha aérea acompanha aumento da procura por destinos que mantêm viva uma das tradições culturais mais populares do Brasil



Festival de Quadrilhas em Campina Grande - Prefeitura de Campina Grande

O som da sanfona, o colorido das bandeirinhas e o aroma das comidas típicas já anunciam a chegada de uma das festas mais tradicionais do Brasil. Em 2026, o movimento em direção aos arraiais também ganhou força nos aeroportos. As cidades que recebem algumas das maiores celebrações juninas do país registraram aumento expressivo na oferta de voos em comparação com o mesmo período do ano passado.

Ao todo, estão previstas 6.722 operações aéreas nos principais destinos juninos do Nordeste durante o período festivo, frente às 4.276 registradas em 2025. O crescimento de 57,2% reflete o interesse cada vez maior de turistas de todas as regiões do país em vivenciar uma celebração que combina música, dança, gastronomia e manifestações culturais transmitidas de geração em geração.

O crescimento da oferta de voos também reflete os investimentos realizados na modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira, promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Com melhorias em terminais, pistas e equipamentos, os aeroportos estão mais preparados para atender ao aumento da demanda e oferecer mais conforto aos passageiros.

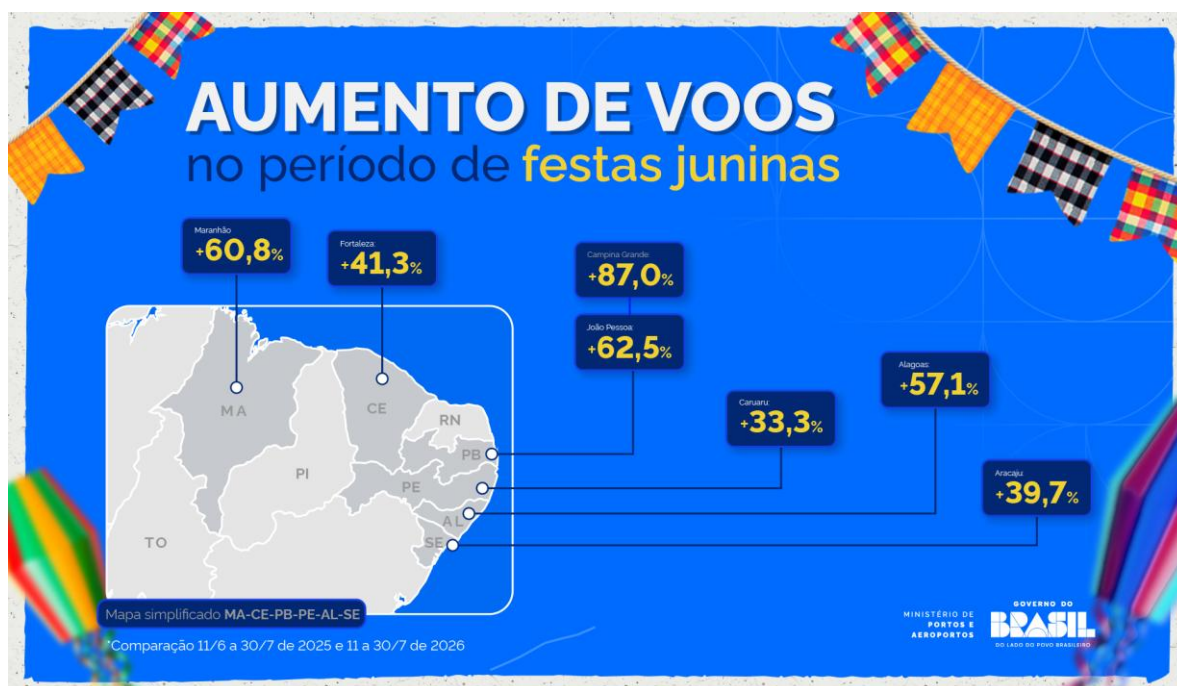
Entre os destaques está Campina Grande (PB), palco de uma das maiores festas juninas do mundo. O aeroporto da cidade terá 163 voos programados, número 87% superior às 87 operações registradas no ano passado. Durante mais de um mês, a cidade se transforma em um imenso arraial, reunindo milhares de visitantes para acompanhar shows de forró, apresentações culturais e quadrilhas juninas.

Quem escolheu Campina Grande para viver essa experiência foi a aposentada Lurdes Almeida, moradora de Brasília, ela destaca a praticidade de desembarcar diretamente na cidade e a estrutura oferecida pelo terminal aeroportuário. “Poder chegar direto a Campina Grande faz toda a diferença, ainda mais para uma pessoa já de idade como eu”, brinca. Ainda segundo Lurdes a viagem direta permite aproveitar melhor a programação. “Vou ter mais tempo para aproveitar os festejos, dançar muito forró, relata.

A movimentação também cresce em João Pessoa. Porta de entrada para muitos turistas que seguem viagem até Campina Grande, a capital paraibana terá 884 voos programados, alta de 62,5% em relação a 2025. Além da proximidade com os festejos, a cidade combina o clima junino com atrativos turísticos que incluem praias urbanas e patrimônio histórico.

Caruaru, em Pernambuco, considerada por muitos a capital do forró, registrou crescimento de 33,3% nas operações aéreas, passando de seis para oito voos. Embora o volume seja menor, a cidade

mantém uma das programações juninas mais tradicionais do país, marcada por grandes apresentações musicais, feiras de artesanato e forte valorização da cultura popular nordestina.



Evolução de voos nos principais destinos para comemorar as Festas Juninas.

O aumento da demanda também se reflete em Fortaleza (CE), que contará com 2.514 voos durante o período, crescimento de 41%. Além das festividades realizadas na capital, e em diversas cidades cearenses, Fortaleza desempenha papel estratégico como principal porta de entrada para turistas que seguem rumo aos polos juninos da região.

Em São Luís (MA), estão previstas 949 operações aéreas, aumento de 60,8% em relação ao ano anterior. Na capital maranhense, os festejos ganham características únicas, combinando as tradições juninas com o ritmo e a beleza dos grupos de bumba meu boi, uma das manifestações culturais mais emblemáticas do estado.

Já Aracaju (SE) terá 573 voos programados, alta de 39,7%. Nos últimos anos, a capital sergipana ampliou sua programação de eventos e consolidou seu espaço no calendário junino nordestino, atraindo visitantes em busca da experiência típica das festas de São João.

Em Alagoas, o aeroporto de Maceió também registra crescimento significativo. Serão 1.361 voos programados, frente aos 866 do ano passado. O terminal atende tanto os turistas que visitam o litoral alagoano quanto aqueles que percorrem o circuito junino da região.

O crescimento da oferta de voos também reflete os investimentos realizados na modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira. Com melhorias em terminais, pistas e equipamentos, os aeroportos estão mais preparados para atender ao aumento da demanda e oferecer mais conforto aos passageiros.

A ampliação da conectividade aérea faz parte dos esforços do Ministério de Portos e Aeroportos para fortalecer o turismo nacional, aproximar visitantes dos destinos brasileiros e impulsionar o desenvolvimento econômico das regiões turísticas do país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/06/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO DOS TRANSPORTES LIBERA TRECHO DE TERCEIRA FAIXA NA BR-277 E AMPLIA LOGÍSTICA NO PARANÁ

Nova faixa melhora o fluxo de veículos entre a Região Metropolitana de Curitiba e o Porto de Paranaguá; a obra foi entregue oito meses antes do prazo previsto



As intervenções na BR-277 preveem 32 quilômetros de terceiras faixas, sendo 16 quilômetros em cada sentido da rodovia. - Foto: Danilo Souza/MT

Motoristas que utilizam a BR-277/PR passam a contar com mais segurança e fluidez entre a Região Metropolitana de Curitiba e o litoral paranaense. O ministro dos Transportes, George Santoro, liberou nesta sexta-feira (12), em São José dos Pinhais, 2,5 quilômetros de terceiras faixas na rodovia. A obra se soma aos avanços registrados na segurança viária do estado, que teve queda de 13% no número de mortes nas rodovias federais entre janeiro e maio de 2026, segundo a

Polícia Rodoviária Federal (PRF).

"Essa obra faz parte do maior ciclo de investimentos em infraestrutura rodoviária que o Paraná já recebeu. Estamos ampliando a capacidade de um corredor logístico fundamental para o acesso ao Porto de Paranaguá e para o desenvolvimento econômico do estado e da região Sul", destacou George Santoro.

Nos últimos três anos, o Ministério dos Transportes realizou seis leilões de rodovias no estado, que geraram cerca de R\$ 96,3 bilhões em investimentos e mais de 850 mil empregos ao longo dos contratos.

No mesmo período, os investimentos do Governo do Brasil em infraestrutura de transportes no Paraná mais que dobraram, passando de R\$ 202,7 milhões em 2022 para R\$ 417,3 milhões previstos para 2026.

Na BR-277/PR, a execução das obras está sob responsabilidade da concessionária EPR Litoral Pioneiro, administradora da rodovia no estado. A nova faixa, liberada ao tráfego oito meses antes do prazo inicialmente previsto, é a primeira entrega do ciclo de ampliação de capacidade previsto para a rodovia. A intervenção integra um ciclo de investimentos de R\$ 1,5 bilhão previsto para 2026 na rodovia.

"A BR-277 desempenha um papel estratégico para a logística nacional, mas também para o turismo e o desenvolvimento regional. Ampliar a capacidade dessa rodovia sempre esteve entre os principais objetivos da concessão, e a entrega de hoje mostra a capacidade de execução de um programa de investimentos que já está levando melhorias concretas aos usuários", afirmou o diretor-presidente do Grupo EPR, José Carlos Cassaniga.

A obra prevê 32 quilômetros de terceiras faixas na BR-277/PR, sendo 16 quilômetros em cada sentido da rodovia. Os serviços contemplam ainda 3,2 quilômetros de vias marginais e a ampliação de 15 pontes e viadutos. Os trabalhos mobilizam cerca de 500 profissionais contratados.

A intervenção beneficia diretamente uma região formada por 29 municípios e mais de 3,5 milhões de habitantes. O investimento também fortalece a infraestrutura de um estado que deverá responder por

13,9% da produção nacional de grãos em 2026, mantendo-se como o segundo maior produtor do país, segundo estimativas do IBGE.

Logística sustentável

A BR-277 no Paraná também integra o Conexão Litoral, iniciativa do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da concessionária EPR Litoral Pioneiro voltada à implantação do primeiro corredor logístico sustentável multimodal do Brasil.

O projeto reúne ações de infraestrutura, inovação e tecnologia para aumentar a segurança, a resiliência e a eficiência operacional da rodovia, incluindo novas faixas de tráfego, acessos, áreas de apoio e sistemas inteligentes de monitoramento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 12/06/2026

FERROVIAS GANHAM PROTAGONISMO COM NOVOS LEILÕES E FINANCIAMENTO DE ATÉ 40 ANOS

Carteira apresentada pelo Ministério dos Transportes prevê leilão de 17 terminais de cargas na Ferrovia Norte-Sul e mecanismos inéditos para ampliar a atração de investimentos privados



Governo do Brasil detalhou novos mecanismos para ampliar investimentos privados no setor ferroviário. - Foto: Luiz Siqueira/MT

O Ministério dos Transportes apresentou, nesta quinta-feira (11), a estratégia para ampliar a participação das ferrovias na logística nacional. O plano prevê o leilão de 17 terminais logísticos de cargas ao longo da Ferrovia Norte-Sul (FNS), além de investimentos estimados em R\$ 160 bilhões e linhas de financiamento com prazo de até 40 anos para novos empreendimentos. As medidas foram anunciadas durante evento realizado na Bolsa de

Valores (B3), em São Paulo.

A agenda ferroviária apresentada pelo Ministério prevê a consolidação de uma rede logística integrada, conectando ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e terminais de cargas. O programa contempla oito projetos ferroviários estratégicos: Ferrogrão, Malha Oeste, Anel Ferroviário do Sudeste (EF-118), Corredor Minas–Rio, Corredor Fico–Fiol, Corredor Rio Grande, Corredor Mercosul e Corredor Paraná–Santa Catarina. Juntos, os empreendimentos têm potencial para impulsionar a competitividade do país, ampliar a integração logística e movimentar cerca de R\$ 600 bilhões em investimentos em todo setor ferroviário ao longo dos próximos anos.

Participaram do evento o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro; a secretária nacional substituta de Transporte Ferroviário, Maryane Figueiredo; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Sampaio; o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e o diretor de Empreendimentos da Infra S.A., André Ludolfo.

Visão estratégica

Durante a abertura do evento “Novos caminhos sobre trilhos: O Futuro das Ferrovias no Brasil”, voltado à apresentação da carteira ferroviária a investidores, o ministro dos Transportes, George Santoro, defendeu que as ferrovias deixem de ser vistas apenas como obras de infraestrutura e passem a ser encaradas como plataformas de negócios capazes de gerar desenvolvimento econômico, atrair investimentos e reduzir os custos logísticos do país.

"A ideia aqui é explicar as ferrovias como uma plataforma de negócios, mudar a visão tradicional de obra de infraestrutura. Se a gente não trabalhar o custo logístico, a produtividade econômica do Brasil não cresce", afirmou o chefe da pasta.

A proposta apresentada considera um cenário de crescimento da produção agrícola, industrial e de biocombustíveis nos próximos anos, o que aumenta a necessidade de investimentos em logística e transportes. O Brasil tem cerca de 30 mil quilômetros de ferrovias, mas menos de 10 mil quilômetros estão em operação.

Direto de uma missão oficial na China, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, participou do evento de forma virtual e afirmou que o Governo do Brasil estruturou uma carteira de projetos voltada à expansão da infraestrutura ferroviária.

"Nos últimos anos estruturamos um banco de projetos com empreendimentos que levam em consideração a matriz de risco inovadora do setor de rodovias. Torço para que tenhamos um evento histórico e simbólico para o setor de ferrovias", afirmou.

O financiamento de longo prazo foi apontado como uma das principais ferramentas para tirar os projetos do papel.

"Estamos estendendo especificamente para ferrovias esse prazo para 40 anos de financiamento. Podem contar com o BNDES para prover financiamento, agora com prazos mais longos, para ajudar esses projetos a saírem do papel e o trem entrar nos trilhos", reforçou o superintendente de Infraestrutura do BNDES, Felipe Borim.

Viabilidade econômica

O ministro anunciou a criação de mecanismos para tornar os projetos ferroviários mais atrativos ao mercado. A ideia é ajudar a fechar a conta de empreendimentos que exigem altos investimentos e demoram mais tempo para gerar retorno. Segundo George Santoro, o governo oferecerá garantias para os aportes públicos previstos em contrato, aumentando a confiança de investidores e financiadores.

"Estamos focando o subsídio na recuperação da malha ferroviária e dos projetos como um todo. Quando cobrimos o gap de viabilidade, também subsidiamos o material rodante, que integra o investimento inicial (CAPEX) do projeto", explicou o ministro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/06/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM PORTO À FRENTE DA REDE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A inauguração da nova instalação da APM Terminals no Porto de Suape (PE), nesta sexta-feira, é mais do que a entrada em operação de um investimento de R\$ 1,6 bilhão. É a apresentação, em escala real, de um modelo operacional que até recentemente parecia distante da realidade portuária brasileira: o primeiro terminal de contêineres totalmente eletrificado da América Latina, com pátio e cais operados por equipamentos de última geração movidos a energia limpa. O simbolismo é forte. Mas a celebração não deve obscurecer a pergunta que o próprio empreendimento coloca ao País: de onde virá a energia que sustentará terminais como este e os muitos outros que precisarão segui-lo, em todas as regiões do Brasil?

A resposta não é trivial. O Brasil tem uma das matrizes de geração de energia mais limpas do mundo, com forte presença hidrelétrica, eólica e solar. O problema não está, majoritariamente, na geração.

Está na transmissão. A energia limpa gerada no Nordeste, região com os melhores ventos e radiação solar do País, frequentemente não consegue chegar com eficiência aos centros de consumo. Operações industriais e portuárias de alta demanda enfrentam restrições devido à capacidade da rede local, justamente onde mais precisam de fornecimento estável e de qualidade. Eletrificar um terminal portuário não é apenas trocar guindastes a diesel por guindastes elétricos. É garantir que a subestação próxima, as linhas de transmissão e o sistema de distribuição regional suportem picos de demanda compatíveis com a operação de pátio e cais em tempo integral.

Suaape tem vantagens que nem todo porto brasileiro compartilha: Pernambuco está inserido numa região com forte geração eólica e solar e conta com infraestrutura de transmissão relativamente mais desenvolvida do que em áreas mais remotas da Amazônia ou do interior do Centro-Oeste. Mas o exemplo de Suaape cria um padrão que o setor portuário brasileiro, e o Governo Federal, precisarão replicar. E a replicabilidade é exatamente onde a fragilidade da rede nacional de transmissão se torna um obstáculo concreto. Não basta um porto decidir eletrificar suas operações; é preciso que o sistema elétrico ao seu redor tenha capacidade de transmissão e distribuição compatível com essa decisão, sob pena de o investimento em equipamentos elétricos resultar em geradores a diesel operando como backup, o que anularia o ganho ambiental que a iniciativa pretende representar.

O BE News destaca que o caso de Suaape deveria funcionar como um gatilho para uma discussão que o Brasil tem postergado: o planejamento da expansão da rede de transmissão como parte integrante do planejamento de infraestrutura logística, não como agenda paralela e isolada do setor energético. Os leilões de transmissão conduzidos pela Aneel têm avançado, mas o ritmo de expansão da malha de linhas de alta tensão ainda não acompanha a velocidade com que portos, ferrovias e polos industriais vêm anunciando planos de eletrificação. Um país que pretende ser protagonista na transição energética global precisa de uma rede que sustente essa transição onde a atividade econômica de fato acontece: nos portos, nos terminais intermodais, nos polos industriais do interior.

A iniciativa da APM Terminals merece o reconhecimento que recebe nesta sexta-feira. Mas o verdadeiro teste não está em Suaape. Está em saber se o Brasil conseguirá, nos próximos anos, levar uma capacidade de transmissão equivalente para os portos do Norte, para os terminais ferroviários do Centro-Oeste e para os polos logísticos que ainda dependem de matrizes energéticas mais sujas e instáveis. A descarbonização da infraestrutura de transportes brasileira não será definida pelo melhor terminal do País, mas pela capacidade da rede elétrica de sustentar o pior. É essa lacuna que precisa entrar, com urgência, na agenda de planejamento energético nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - NR-1: PERFORMANCE SUSTENTÁVEL NÃO NASCE DA EXAUSTÃO



BÊATRICE DE TOLEDO DUPUY

Gerente Executiva de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Santos Brasil
Presidente do Conselho ESG dos fóruns Brasil Export"

opinioao@portalbenews.com.br



Nos últimos anos, aprendemos a medir praticamente tudo dentro das organizações. Acompanhamos indicadores financeiros, produtividade, eficiência operacional, emissões de carbono, índices de diversidade e metas de desempenho. Mas ainda temos dificuldade em medir algo fundamental: o impacto que o estilo de liderança exerce sobre o bem-estar das pessoas.

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passa a incluir os riscos psicossociais na gestão de saúde e segurança do trabalho, traz essa reflexão para o centro das discussões empresariais. Estresse excessivo, sobrecarga, assédio, pressão constante e outros fatores que podem afetar a saúde dos profissionais passam a integrar a gestão de riscos das empresas.

A mudança é importante. Mas, na prática, ela apenas formaliza uma realidade que já estava diante de nós há algum tempo.



As organizações vêm convivendo com níveis crescentes de exaustão, afastamentos por questões emocionais, dificuldades de retenção de talentos e uma demanda cada vez maior por ambientes de trabalho mais saudáveis. Mais do que uma tendência passageira ou uma pauta restrita ao RH, esse é um tema estratégico para a sustentabilidade dos negócios.

E é aqui que entra o papel das lideranças.

Nenhuma norma, por mais completa que seja, será capaz de criar ambientes saudáveis sozinha. Políticas são importantes. Processos são necessários. Mas a experiência diária dos profissionais é construída, principalmente, pelas relações que estabelecem com seus gestores e equipes.

São os líderes que definem prioridades, distribuem demandas, estabelecem metas, conduzem conversas difíceis e influenciam a cultura organizacional por meio de suas atitudes.

Por isso, a pergunta que as empresas deveriam se fazer não é apenas se estão preparadas para atender aos requisitos da NR-1. A pergunta mais relevante é se suas lideranças estão preparadas para esse novo contexto.

Em setores como logística, infraestrutura, portos e transportes, essa reflexão é ainda mais necessária. Estamos falando de operações que funcionam 24 horas por dia, sujeitas a pressões operacionais, desafios climáticos, oscilações de mercado e exigências crescentes de clientes e investidores.

A busca por eficiência faz parte do negócio. O compromisso com resultados também. O problema surge quando a pressão deixa de ser pontual e passa a fazer parte da rotina.

Existe uma diferença importante entre desafiar pessoas e esgotá-las.

Profissionais gostam de aprender, crescer e assumir responsabilidades. O que gera desgaste é a sensação permanente de urgência, a falta de clareza sobre prioridades, a sobreposição de demandas e a percepção de que nunca se faz o suficiente.

Durante muito tempo, o ambiente corporativo valorizou comportamentos que hoje merecem uma análise mais cuidadosa. Quantas vezes celebramos jornadas excessivas como demonstração de comprometimento? Quantas vezes confundimos disponibilidade permanente com engajamento? Quantas vezes consideramos normal que profissionais levassem para casa uma carga emocional que deveria ter sido tratada dentro da organização?

Talvez a maior contribuição da nova NR-1 seja provocar essa revisão.

Mais do que identificar riscos psicossociais, será necessário desenvolver uma cultura capaz de preveni-los. E isso passa por conversas mais transparentes, expectativas mais claras, reconhecimento adequado, equilíbrio na distribuição das responsabilidades e, principalmente, pela construção de ambientes onde as pessoas possam falar sobre dificuldades sem receio de julgamento.

Esse conceito tem sido chamado de segurança psicológica. Apesar do nome sofisticado, sua essência é simples: criar condições para que os profissionais possam se expressar, fazer perguntas, admitir erros e propor soluções sem medo de represálias.

Não se trata de reduzir a cobrança por resultados. Trata-se de criar condições para que os resultados sejam alcançados de forma sustentável.

Aliás, as empresas mais bem-sucedidas do mundo já perceberam que desempenho e cuidado não são conceitos opostos. Pelo contrário. Equipes que trabalham em ambientes de confiança tendem a colaborar mais, inovar mais e responder melhor aos desafios.

Quando as pessoas se sentem respeitadas, ouvidas e valorizadas, o engajamento deixa de ser uma obrigação e passa a ser uma consequência natural.

Nesse contexto, vejo a atualização da NR-1 não apenas como uma exigência regulatória, mas como uma oportunidade para repensarmos a forma como lideramos.

A agenda ESG nos ensinou que organizações sustentáveis são aquelas capazes de equilibrar resultados econômicos, responsabilidade ambiental e compromisso social. Talvez tenha chegado o momento de ampliarmos essa visão para incluir, de forma ainda mais clara, a sustentabilidade das relações humanas dentro das empresas.

Porque cuidar das pessoas não é um tema secundário. Não é uma pauta acessória. E certamente não é uma responsabilidade exclusiva das áreas de Recursos Humanos.

É uma questão de liderança.

No final das contas, as empresas serão lembradas não apenas pelos resultados que entregaram, mas também pela forma como trataram as pessoas que ajudaram a construí-los.

E essa talvez seja a principal mensagem da nova NR-1: ambientes de trabalho seguros não são apenas aqueles que evitam acidentes. São também aqueles que preservam a saúde, a dignidade e o potencial humano de quem faz os negócios acontecerem todos os dias.

Porque performance sustentável não nasce da exaustão. Ela nasce de ambientes onde as pessoas podem entregar o seu melhor sem abrir mão da própria saúde.

Béatrice de Toledo Dupuy e demais integrantes do Conselho ESG dos fóruns Brasil Export escrevem semanalmente, sempre às sextas-feiras, para o BE News.

NO FINAL DAS CONTAS, AS EMPRESAS SERÃO LEMBRADAS NÃO APENAS PELOS RESULTADOS QUE ENTREGARAM, MAS TAMBÉM PELA FORMA COMO TRATARAM AS PESSOAS QUE AJUDARAM A CONSTRUI-LOS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

POLÍTICA - EDUARDO BOLSONARO DEFENDE JÚLIA ZANATTA PARA VICE EM CHAPA DE FLÁVIO

Deputada do PL-SC gostou da ideia e compartilhou a postagem do ex-parlamentar, cassado no ano passado

Por Raisa Toledo



O nome de Júlia Zanatta foi sugerido por apoiadores bolsonaristas depois que Flávio declarou ter preferência por uma vice mulher

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) defendeu a viabilidade do nome da deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC) como possível vice na chapa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para as eleições deste ano. Em publicação no X nesta quarta-feira, 10, ele afirmou que a parlamentar catarinense reúne atributos para a posição.

“Se os maus reclamam, este é o caminho. Certamente a deputada Júlia Zanatta está à altura do cargo, basta ver sua lealdade, pautas que muito bem defende no Congresso e, claro, o espremeio da



esquerda”, escreveu Eduardo. Em resposta, Zanatta comentou que “o negócio tá tomando corpo” e republicou a postagem em seu perfil.

O nome da deputada foi sugerido por apoiadores bolsonaristas depois que Flávio declarou nesta segunda, 8, em evento voltado ao público feminino em São Paulo, que sua vice será, preferencialmente, uma mulher.

A ideia de uma mulher para compor a chapa já foi mencionada pelo pré-candidato à Presidência algumas vezes. Como mostrou a Coluna do Estadão, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) era considerada o nome mais forte para a posição. Ela se disse honrada em ser considerada, mas afirmou que a empreitada “não cabe em seus projetos”.

Depois, foi aventado o nome da deputada federal Clarissa Tércio (PP-PE), que está em seu primeiro mandato e disse ser “grande defensora” do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Flávio chegou a se reunir com a deputada Simone Marchetto (PP-SP), ligada ao Frei Gilson e tida como uma das principais representantes da Igreja Católica no Congresso.

Outra alternativa cogitada é a vereadora de Fortaleza Priscila Costa (PL-CE), apontada como um possível elo entre Flávio e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abriu vantagem sobre Flávio Bolsonaro na simulação de segundo turno da eleição presidencial.

O levantamento aponta que o petista oscilou dois pontos percentuais para cima desde a rodada passada, divulgada em maio, indo de 42% para 44%, enquanto Flávio Bolsonaro caiu de 41% para 38%.

Antes, o presidente e o senador estavam em empate técnico dentro da margem de erro da pesquisa, de dois pontos percentuais. Agora, Lula lidera por seis pontos percentuais de vantagem.

Ainda segundo o levantamento, seis em cada dez brasileiros ouvidos acham que o senador sabia que Daniel Vercaro estava envolvido em corrupção, errou em pedir dinheiro a ele e pode estar escondendo também um “envolvimento ilegal” no Caso Master. O escândalo financeiro é apontado como um dos principais fatores para a queda de Flávio nas pesquisas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - RENOVAÇÃO DA FCA VOLTA À ANTT APÓS GOVERNO PEDIR MUDANÇAS EM INVESTIMENTOS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Ministério dos Transportes reduz exigência de transição energética e quer redirecionar recursos para conflitos urbanos no corredor Minas-Bahia

PROCESSO DA FCA VOLTA À ANTT

O processo de renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), operada pela VLI, retornou para nova análise da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por solicitação do Ministério dos Transportes. A agência havia aprovado a modelagem econômico-financeira em abril, com previsão de envio ao Tribunal de Contas da União (TCU), mas a pasta pediu ajustes antes da remessa final.

MUDANÇA EM INVESTIMENTO

A nova análise foi necessária pois o Ministério dos Transportes pediu uma mudança na obrigação de investimento em transição energética do empreendimento, que estava em 3% da receita da concessão, percentual definido pela ANTT, e agora será de 1% do capex (investimento total previsto,

hoje estimado em torno de R\$ 28 bilhões a R\$ 30 bilhões). Como os dois percentuais incidem sobre bases diferentes, a redução libera um volume maior de recursos para outras obrigações do contrato. Segundo o ministro dos Transportes, George Santoro, o excedente seria direcionado à resolução de conflitos urbanos no corredor Minas-Bahia. A explicação foi dada durante a participação da autoridade no evento “Novos Caminhos sobre Trilhos”, promovido pela pasta na B3, em São Paulo, nessa quinta-feira, dia 11.

PREÇO NAS ALTURAS

A alta do preço do querosene de aviação (QAV) desde o início da guerra no Oriente Médio, em 28 de fevereiro, já representou R\$ 3,8 bilhões em gastos adicionais para as companhias aéreas brasileiras. O número foi apresentado pelo presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Juliano Noman, em audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados, na última terça-feira, dia 9.

NAVEGAÇÃO AUTÔNOMA

Enquanto os portos brasileiros ainda se preocupam com a necessidade de investimentos em seus acessos, como o aprofundamento de canais de navegação e a implantação de linhas ferroviárias, o complexo portuário de Roterdã, nos Países Baixos, volta sua atenção a questões mais avançadas. A autoridade portuária acaba de realizar testes com um navio cargueiro de condução autônoma, o MS Letitia, que transportou cargas ao longo de seu canal de navegação. Sem interferência direta da tripulação e de forma independente, a embarcação realizou manobras de desatracação, navegação portuária e fluvial e atracação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

POLÍTICA - FLÁVIO BOLSONARO PROTOCOLA NOTÍCIA-CRIME CONTRA LULA

Senador alega ameaça e incitação ao crime após discurso em que o presidente o chamou de “vendilhão da pátria” e questionou o que merecem os traidores

Documento afirma que presidente instigou ‘crime de homicídio por enforcamento’ contra o senador e pré-candidato; Planalto não se manifestou

Por Guilherme Matos



No pedido de abertura de inquérito no STF, os advogados falam em mais de 1.600 postagens com ameaças contra Flávio Bolsonaro após discurso de Lula

O senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL) protocolou a notícia-crime prometida contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Supremo Tribunal Federal (STF). O documento pede a abertura de inquérito para investigar se o presidente cometeu os crimes de ameaça

e incitação ao crime.

Procurado, o Palácio do Planalto não se manifestou. O espaço está aberto. O caso tem origem no discurso que Lula proferiu na última terça-feira, 2, durante a inauguração do campus Catalão do Instituto Federal Goiano. Na ocasião, o presidente chamou Flávio de “vendilhão da pátria” e “traidor”.

A notícia-crime considera como uma ameaça o momento em que Lula afirma: “por menos do que isso, Joaquim Silvério dos Reis, que delatou Tiradentes foi enforcado. O que merecem os traidores da pátria que vão pedir intervenção de um país no nosso?”.

O documento, aliás, registra o deslize de Lula. Joaquim Silvério dos Reis não foi enforcado por delatar os inconfidentes mineiros. Nesta ocasião, o executado foi o próprio Tiradentes.

“Inverteu os papéis de sua própria parábola, atribuindo a quem ‘traiu’ o destino que, na realidade, coube a justamente a quem foi traído, confundindo o herói com o vilão da história. Talvez, tal confusão não ocorra somente na figura de linguagem utilizada, mas aconteça também na leitura que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz do atual cenário político brasileiro”, afirma o documento assinado pelo escritório Tracy Reinaldet Advogados Associados.

A notícia-crime também fala sobre o impacto das falas nas redes sociais. Os advogados afirmam que, nas 24 horas seguintes ao discurso, na plataforma X, foram identificadas mais de 1.600 postagens contendo supostas ameaças contra Flávio Bolsonaro e seus familiares. As publicações teriam usado termos como “matar”, “fuzilar”, “esfaquear” e “atentados”.

Outras 500 postagens, afirma o documento, continham ameaças veladas ou incitações à violência. O conjunto de publicações teria alcançado mais de 14 milhões de visualizações, 900 mil curtidas e quase 200 mil compartilhamentos.

Contexto

A peça contextualiza o episódio dentro de um cenário de violência política no Brasil e no mundo. Os advogados citam uma série de casos recentes: o assassinato do senador colombiano e pré-candidato à presidência Miguel Uribe Turbay, em junho de 2025 e o homicídio do ativista político norte-americano Charlie Kirk em setembro de 2025. O texto também traz as tentativas de assassinato do presidente Donald Trump, da vice-presidente argentina Cristina Kirchner, e do então presidente eleito da Bolívia Luis Arce.

O documento também cita o cenário brasileiro. Entre janeiro de 2016 e setembro de 2020, 68 políticos brasileiros foram assassinados e outros 57 sofreram algum tipo de atentado.

A defesa ainda destaca a tentativa de assassinato de Jair Bolsonaro — pai do pré-candidato, esfaqueado durante ato de campanha em 2018. “O que, em outros contextos, poderia ser apenas figura de retórica, no presente caso é como fagulha lançada sobre palha seca”, diz o documento protocolado na última quinta-feira, 4.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

POLÍTICA - SENADOR É AUTORIZADO A VISITAR SEU PAI

Do *Estadão Conteúdo*

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou nesta quarta-feira, 10, que o ex-presidente Jair Bolsonaro receba a visita do filho Flávio Bolsonaro (PL), da nora Fernanda Antunes Figueira Bolsonaro e das duas netas menores de idade. O encontro está marcado para sábado, 13, das 11h às 13h.

“O pedido formulado para autorização de visitas do filho, netas e nora do custodiado, revela-se compatível com as finalidades da prisão domiciliar e com as condições anteriormente fixadas, contribuindo para a manutenção do suporte familiar indispensável ao adequado cumprimento da pena, nas mesmas condições que seria concedida no estabelecimento penitenciário”, afirmou o ministro na decisão.

Moraes determinou que os visitantes serão vistoriados e os aparelhos eletrônicos ficarão com os policiais.

A decisão atende ao pedido protocolado pela defesa na terça-feira, 8, que identificou as visitantes como “integrantes do núcleo familiar próximo” do ex-presidente. As netas são filhas do casal Flávio e Fernanda. Flávio Bolsonaro é pré-candidato à Presidência da República.

Jair Bolsonaro está em prisão domiciliar desde 24 de março, quando recebeu alta após duas semanas de internação em tratamento intensivo por pneumonia bacteriana. A medida humanitária, concedida pelo próprio Moraes, tem prazo de 90 dias a contar da alta e visa garantir a recuperação completa do ex-presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

POLÍTICA - PAUTAS-BOMBA APROVADAS NO SENADO PRESSIONAM AS CONTAS PÚBLICAS

Impacto fiscal estimado para União, Estados e municípios é de R\$ 250 bilhões; governo ameaça questionar medidas no STF

Do Estadão Conteúdo



A aprovação de pautas-bomba no Senado, com grande impacto fiscal, colocou o governo em estado de alerta

Em apenas um dia, o Senado aprovou três medidas que podem ter um impacto fiscal de quase R\$ 250 bilhões para as contas públicas de União, Estados e municípios. As chamadas pautas-bomba acenderam um alerta na equipe econômica do governo federal e em especialistas em contas públicas, exatamente num momento delicado do governo na tentativa

de cumprir as metas fiscais.

Entre as medidas estão a criação de uma aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, o aumento do piso salarial de médicos e dentistas e a renegociação de dívidas do setor agropecuário.

A principal preocupação é que essas iniciativas ampliem despesas obrigatórias ou criem novas pressões sobre o orçamento sem a indicação clara de fontes de financiamento.

A soma dessas medidas tem potencial para desestabilizar ainda mais a dívida pública, aumentando a necessidade de endividamento do governo e pressionando os juros em um momento de desaceleração econômica.

O efeito dessas medidas vai além dos números imediatos e afeta a confiança dos investidores. Isso pode se refletir em juros mais altos, menor espaço para investimentos públicos e maior dificuldade para reduzir a relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB).

“Se preciso, a gente vai questionar a eventual ação do Congresso, que não cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal do STF. Isso tudo tem que ser avaliado com rigor, com serenidade, com ampla comunicação, amplo diálogo com o Congresso”, indicou o ministro da Fazenda Durigan.

Ele disse ter manifestado sua contrariedade aos senadores e sustentou que eles próprios reconheceram o esforço feito pela Fazenda para achar uma solução consensuada, para socorrer aqueles agricultores que perderam por conta de questões climáticas e que estão com dificuldades.

Risco

O próprio presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), reconheceu o risco fiscal de projetos que criam pisos salariais para diferentes categorias e questionou se as finanças públicas têm capacidade de absorver tantos novos gastos.



“No ano de eleição, isso aqui é muito complexo, porque o que eu botar para votar, todo mundo vai votar ‘sim’ por conta da eleição, e vai ter que arrumar dez Brasis para pagar. E aí fica sendo eu o culpado que não quer dar um piso para o médico. (...) O Brasil comporta isso? O Brasil vai resistir? As finanças públicas vão resistir?”, questionou o parlamentar.

Medidas

A proposta que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e prevê regras especiais de aposentadoria para cerca de 400 mil profissionais. O impacto pode chegar a R\$ 98,7 bilhões ao longo das próximas décadas.

O projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado cria um novo piso salarial nacional para médicos e cirurgiões-dentistas. O valor mínimo passaria para R\$ 14.589 mensais para uma jornada de 20 horas semanais, ante os atuais R\$3.636. O impacto poderá alcançar R\$ 25 bilhões até 2029.

O Senado também aprovou o projeto que permite a renegociação de cerca de R\$ 180 bilhões em dívidas rurais por meio de uma linha especial de financiamento abastecida por recursos do Fundo Social do Pré-Sal e outras fontes públicas. O governo estima impacto para o Tesouro de R\$ 140 bilhões nos próximos anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

POLÍTICA - STF PODE BARRAR MEDIDAS, DIZ GILMAR MENDES

Da Agência Brasil

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse nesta quarta-feira (10) que a aprovação de gastos pelo Congresso Nacional pode ser considerada inconstitucional pela Corte.

Em uma postagem nas redes sociais, o decano do Supremo defendeu a responsabilidade fiscal e disse que a jurisprudência da Corte exige que despesas ou renúncias de receitas devem levar em conta o impacto econômico das medidas. O ministro não citou um caso específico.

“Toda proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deve vir acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Ou seja, o Congresso precisa demonstrar quanto custa e de onde sai o dinheiro previamente à aprovação de novos gastos”, afirmou.

Mendes acrescentou que a ausência de estudos prévios de impacto financeiro pode gerar a anulação das medidas legislativas.

“É preciso, pois, ter responsabilidade fiscal e fidelidade à Constituição, evitando-se a criação de despesas casuísticas em inobservância às regras postas, o que pode gerar a invalidação da medida e, portanto, sua ineficácia”, completou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

POLÍTICA - FIM DA 6X1: ALCOLUMBRE TRAVA NO SENADO PEC APROVADA NA CÂMARA

Presidente da Casa não marcou reunião de líderes para discutir tema, mas enviou à CCJ proposta da oposição que mantém a atual escala

Da Agência Brasil



Na semana passada, Alcolumbre afirmou que discutiria a tramitação da PEC do fim da 6x1 na reunião de líderes, mas isso não aconteceu

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UniãoAP), travou a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 no Brasil ao manter o texto na Mesa Diretora da Casa, sem despachar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSDBA), disse que não recebeu informações sobre a data de envio da PEC à Comissão. Uma reunião entre Otto e Alcolumbre, prevista para esta semana, foi desmarcada pelo presidente do Senado. Procurada, a assessoria de Alcolumbre não comentou o tema da reportagem.

O presidente do Senado também não marcou a reunião de líderes para discutir a pauta. O encontro costuma ocorrer semanalmente. Na semana passada, Alcolumbre afirmou, no plenário, que discutiria a tramitação da PEC do fim da 6x1 na reunião de líderes.

Além de instituir a obrigatoriedade de dois dias de descanso remunerado para os trabalhadores por semana, a PEC 221 de 2019 reduz a jornada de trabalho no Brasil das atuais 44 horas para 40 horas semanais.

A cientista política e professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana avalia que o adiamento dessa definição reflete preocupações sobre os impactos econômicos e sobre a resistência, principalmente nos setores empresariais, em relação à redução da jornada de trabalho no Brasil.

“É o ano eleitoral. Sobre um tema com essa repercussão social, as lideranças preferem administrar esse tempo da discussão evitando assumir cursos políticos imediatos.”

Pesquisas sobre os impactos da PEC na economia têm divergido em relação às consequências para a inflação, o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego.

De acordo com a especialista, a postergação da discussão da PEC sugere que Alcolumbre ainda não tomou decisão política sobre a tramitação, mas pondera que isso não significa rejeição definitiva ao mérito da proposta.

“A simples existência de apoio social não garante a tramitação. O presidente da Casa possui os instrumentos para poder definir a prioridade e o ritmo da agenda. Ele está mantendo esse tema sob o controle dele, como presidente do Senado, enquanto as negociações mais amplas continuam nos bastidores.”

PEC da oposição

Enquanto não despacha a PEC do fim da escala 6x1, Alcolumbre enviou à CCJ a PEC alternativa ao fim da 6x1, apresentada pela oposição, que mantém a atual escala de trabalho no Brasil e permite a contratação por hora trabalhada.

Lideranças governistas esperam votar a PEC do fim da 6x1 que veio da Câmara, sem alterações, ainda neste semestre, antes do recesso Legislativo, que começa no dia 18 de julho, intercalado com São João e Copa do Mundo.

Durante as sessões do plenário do Senado desta semana, senadores governistas cobraram a tramitação da PEC.

“É exigível que nós assim o façamos o mais breve possível, quiçá bem antes, até o final deste mês, das conclusões do nosso primeiro semestre, no dia 17 de julho”, destacou o senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

A líder do PT no Senado, senadora Teresa Leitão (PT-PE), também pediu prioridade à PEC que institui a escala 5x2 no Brasil.

“O Senado precisa priorizar esse tema, que é, sim, uma prioridade do país, que se pretende grande, civilizado e desenvolvido, por trabalho digno e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

POLÍTICA - PRATES QUER FIM DE URGÊNCIA DE PL NA CÂMARA

Do Estadão Conteúdo

O relator do fim da escala 6x1 na Câmara dos Deputados, Leo Prates (Republicanos-BA), defendeu a retirada da urgência constitucional que trancou a pauta da Casa e afirmou que o Senado é “livre” para estabelecer o próprio cronograma da tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre a redução da jornada de trabalho.

As declarações ocorreram nesta quinta-feira, 11, após a Câmara ter sido impossibilitada de realizar votações de projetos de lei por conta de uma decisão do governo de manter a pauta trancada.

Governistas admitem que o travamento da pauta na Câmara representa uma tática para pressionar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a avançar com a PEC da escala 6x1.

“A pauta da Câmara deveria ser destravada, até porque há pautas importantes para o governo para serem votadas. E nós não podemos fazer a regulamentação da PEC que está no Senado até o Senado dar o texto final, porque a ideia é que o projeto de lei do governo regule a PEC. Foi esse o acordo que nós fechamos”, afirmou o relator da comissão especial sobre a escala 6x1 na Câmara. “Então, nós temos que aguardar o tempo do Senado. Acho que o governo deveria fazer (a retirada da urgência)”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

BRASIL EXPORT - MINISTRO DISCUTE CONCESSÕES COM GRUPO DE TRABALHO NA CASA BRASIL EXPORT

Iniciativa debatida na Casa Brasil Export reúne governo, agências reguladoras e representantes do mercado para discutir melhorias na infraestrutura logística

Por DIANA DO VALE redacao.jornal@redenenews.com.br



Tomé Franca, Manoel Ferreira Júnior, Fabrício Julião e Alex Ávila, ao lado de O Pescador, inaugurada nessa quinta-feira

Os conselhos dos fóruns Brasil Export se reuniram nesta quinta-feira (11) para debater temas estratégicos para a infraestrutura nacional, com destaque para o futuro das concessões de portos e aeroportos brasileiros. O encontro contou com a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, que dialogou sobre a criação de um grupo de trabalho destinado a revisar e aperfeiçoar os modelos de concessão adotados pelo governo federal.

A iniciativa foi criada com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria nos contratos e processos de concessão, tornando-os mais eficientes, atrativos para investidores e alinhados às necessidades do desenvolvimento logístico do país. A proposta também prevê a ampliação do diálogo entre governo e iniciativa privada para a construção de soluções voltadas ao fortalecimento da infraestrutura de transporte.

A CASA BRASIL EXPORT INAUGUROU, NESSA QUINTA-FEIRA, A OBRA DE ARTE “O PESCADOR”, QUE FICARÁ EXPOSTA NA ENTRADA DO IMÓVEL, EM BRASÍLIA

TRATA-SE DE UMA ESCULTURA DE MADEIRA REPRESENTANDO UM PESCADOR NORDESTINO, DO ARTISTA PERNAMBUCANO ROBERTO VITAL E DOADA PELO EMPRESÁRIO MANOEL FERREIRA JÚNIOR, DO GRUPO AGEMAR. A ENTREGA DA OBRA FOI ACOMPANHADA PELO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS, TOMÉ FRANCA, PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS, ÁLEX ÁVILA, POR MANOEL FERREIRA JÚNIOR E PELO CEO DO GRUPO BRASIL EXPORT, FABRÍCIO JULIÃO. DE ACORDO COM JULIÃO, A PROPOSTA É TORNAR A CASA BRASIL EXPORT TAMBÉM UM ESPAÇO PARA A EXIBIÇÃO DA ARTE BRASILEIRA, DESTACANDO AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS, VISITADAS PELO GRUPO DURANTE A REALIZAÇÃO DE SEUS FÓRUMS.

Durante o encontro, o ministro comentou as razões que motivaram a criação do grupo de trabalho e detalhou seus objetivos. “Nós criamos um grupo de trabalho que reúne não só as secretarias nacionais de portos, de aviação civil e hidrovias, mas também as agências reguladoras para que nós pudéssemos sentar à mesa e buscar boas práticas de todos os setores que podem ser aproveitadas em outro setor”. O que nós queremos não é unificar a normatização dos setores, porque cada setor tem a sua especificidade, mas é buscar as boas práticas de cada setor para incentivar o crescimento da infraestrutura do país”.

Antes do encontro dos conselhos, representantes do setor participaram da primeira reunião do grupo de trabalho, realizada em parceria entre o Ministério de Portos e Aeroportos e o Brasil Export. Segundo o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, a proposta teve como principal objetivo criar um ambiente permanente de escuta e construção conjunta de soluções para o setor.

“O grupo de trabalho visa discutir as demandas do setor. Mais uma vez, o Ministério está promovendo o diálogo e demonstrando disposição para ouvir os diversos segmentos da cadeia logística. Tivemos a participação das principais entidades e empresas ligadas aos setores portuário, logístico, de mineração e engenharia, o que tornou a reunião bastante plural e produtiva”, afirmou.

De acordo com Julião, o encontro permitiu que representantes do mercado apresentassem demandas diretamente ao Ministério, gerando encaminhamentos que deverão resultar em novas discussões técnicas.

Ao comentar a presença do ministro no encontro, Fabrício Julião ressaltou que a participação de Tomé Franca destaca a responsabilidade do governo com a manutenção do diálogo permanente com o setor produtivo.

“O ministro tem promovido o diálogo de forma permanente com o setor. Mais uma vez, ele demonstrou disposição para ouvir as demandas e discutir os desafios enfrentados pelos diversos segmentos da infraestrutura logística. A presença do ministro e a continuidade desse diálogo são de extrema importância para garantir o avanço das pautas estratégicas e dos investimentos necessários ao desenvolvimento da infraestrutura nacional”, concluiu.

A reunião reuniu conselheiros do Brasil Export, presidentes de entidades setoriais, executivos de associações e empresas de infraestrutura/logística, consolidando-se como um importante espaço para debates sobre infraestrutura, competitividade e desenvolvimento econômico no País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - HIDROVIAS - GOVERNO É ORIENTADO A REFORÇAR POLÍTICA HIDROVIÁRIA APÓS AUDITORIA DO TCU

Acórdão recomenda melhor coordenação entre órgãos, regras para licenciamento e ampliação do uso de dados no setor

Por VANESSA PIMENTEL redacao.jornal@redebeneews.com.br



A medida visa ampliar a articulação institucional, melhorar a transparência e garantir maior participação social, especialmente em regiões com alta complexidade socioambiental

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, em sessão plenária realizada no dia 10 de junho, o Acórdão nº 1497/2026, com uma série de recomendações voltadas ao aprimoramento da política pública de transporte hidroviário no Brasil. A decisão é resultado de auditoria operacional conduzida em órgãos federais ligados ao setor, como o Ministério de Portos e Aeroportos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o Ibama e a Infra S.A.

Entre os principais pontos, o TCU orientou a criação de instâncias permanentes de coordenação para integrar os diversos atores envolvidos na formulação, regulação e execução da política hidroviária. A medida visa ampliar a articulação institucional, melhorar a transparência e garantir maior participação social, especialmente em regiões com alta complexidade socioambiental.

O acórdão também recomenda a regulamentação de normas para consulta prévia a comunidades impactadas por projetos hidroviários, com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do fortalecimento da cooperação entre União, estados e municípios, principalmente na região amazônica.

Também pontuou que há necessidade de aprimorar a coleta e o uso de dados hidrológicos e operacionais, fundamentais para orientar decisões sobre investimentos, dragagem e sinalização. O tribunal ainda sugere a criação de critérios técnicos para priorização de investimentos e o desenvolvimento de mecanismos para integração de informações sobre transporte de passageiros.

A decisão prevê ainda o monitoramento das medidas recomendadas e o envio do acórdão a órgãos do governo federal para acompanhamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - APM INAUGURA EM SUAPE PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO 100% ELETRIFICADO

A cerimônia deve contar com a presença da governadora Raquel Lyra e do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebeneews.com.br

A APM Terminals inaugura nesta sexta-feira (12) seu terminal privado de contêineres e carga geral no Porto de Suape, em Pernambuco. A cerimônia deve contar com a presença da governadora Raquel Lyra (PSD) e do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O empreendimento será o primeiro terminal portuário totalmente eletrificado da América Latina, alinhado às iniciativas de inovação e descarbonização das operações, além de utilizar energia de matriz limpa. A empresa investiu R\$ 1,6 bilhão na primeira fase do projeto.

A capacidade inicial do terminal é de 400 mil TEU (unidade padrão para contêineres) por ano. O projeto está entre os maiores investimentos portuários já realizados em Pernambuco e reforça a expectativa de crescimento da movimentação de cargas no Porto de Suape.

O início das operações é considerado um marco para o desenvolvimento econômico do Nordeste, com potencial para ampliar a oferta de serviços e fortalecer rotas comerciais com mercados como Europa e Ásia, aumentando a competitividade dos exportadores da região.

A APM Terminals destinou ainda R\$ 241 milhões à aquisição de equipamentos eletrificados para as operações de pátio e cais, todos de última geração, voltados à movimentação de contêineres.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - FENOP DEBATE MODERNIZAÇÃO E DEFENDE PL 733 DURANTE ENCONTRO EM BRASÍLIA

Painel discute relações de trabalho, segurança jurídica e os caminhos para ampliar a competitividade dos portos

Por JÚNIOR BATISTA redacao.jornal@redebenews.com.br



O presidente da Fenop, Sérgio Aquino, disse durante o painel que a maturidade institucional alcançada pelo setor portuário permitiu construir um ambiente mais favorável às reformas

A construção de consensos para a modernização do sistema portuário brasileiro foi um dos destaques do XI Encontro Nacional das Atividades das Operações Portuárias (Enaport), promovido pela Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), em Brasília. O painel "Legislação Portuária – a visão das entidades empresariais e laborais portuárias" concentrou

os debates sobre o futuro das relações de trabalho, da gestão operacional e da competitividade do setor.

Coordenado pelo conselheiro do Instituto Brasil Logística e presidente da Fenop, Sérgio Aquino, o encontro reuniu o presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson; o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel; e o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Espírito Santo (Sindiopes), Roberto Garófalo.

Ao abrir o debate, Aquino apresentou o trabalho conduzido pela Fenop em torno do Projeto de Lei 733/25 e destacou a construção de um acordo nacional firmado com as federações de trabalhadores FNE, Federação Nacional dos Portuários (FNP) e Federação Nacional dos Conferentes, Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios (FENCCOVB). Segundo ele, o entendimento buscou criar mecanismos que equilibrassem modernização, proteção social e segurança jurídica.

"Todas as mudanças de legislação sempre geram desconfortos e insegurança. Isso é natural. Por isso que a Fenop não se limitou a ficar trabalhando somente com o texto do PL 733, mas buscou um diálogo, entendimento com as federações dos trabalhadores", afirmou.

Entre os pontos destacados por Aquino estão a previsão de indenização em casos de desativação dos Órgãos Gestores de Mão de Obra (Ogmos), a criação de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) financiado pelo setor empresarial e mecanismos de proteção social aos trabalhadores. O acordo também preserva as categorias profissionais existentes, mantém o modelo de trabalhadores

registrados e cadastrados, assegura a validade das certificações já concedidas e reforça o papel do Ogmo na gestão da mão de obra.

Representando os trabalhadores, José Adilson classificou o texto original do PL 733/25 como um risco para a categoria, mas afirmou que a negociação permitiu avanços relevantes. Segundo ele, o entendimento construído entre trabalhadores e operadores contribuiu para preservar instrumentos de negociação coletiva, fortalecer o papel institucional do Ogmo e estabelecer mecanismos de transição e proteção social. Adilson avaliou ainda que, nos portos onde houve maior organização sindical, os resultados obtidos a partir do diálogo têm sido positivos para trabalhadores e operadores.

Aquino afirmou que a maturidade institucional alcançada pelo setor portuário permitiu construir um ambiente mais favorável às reformas. Como exemplo, citou a adoção da escala eletrônica no Espírito Santo e defendeu que grande parte dos portos brasileiros já incorporou práticas de gestão mais modernas e eficientes.

Aproximação

Na visão empresarial, Roberto Garófalo afirmou que o ambiente de divergência criado em torno do projeto legislativo acabou estimulando uma aproximação entre as partes, abrindo espaço para avanços na definição do trabalho portuário e maior previsibilidade para empresas e trabalhadores.

Já o presidente-executivo da Abratec, Caio Morel, defendeu uma revisão mais ampla da Lei dos Portos, com redução de burocracias, ampliação dos prazos contratuais dos terminais, descentralização da gestão portuária e adaptação das normas trabalhistas às mudanças tecnológicas.

Após a exposição, Sérgio Aquino reforçou que uma das prioridades da reforma é reduzir assimetrias entre os diferentes modelos de exploração portuária e criar condições mais equilibradas de competição. Segundo ele, a modernização regulatória precisa preservar simultaneamente eficiência operacional e proteção ao trabalho.

Encerrando o painel, Aquino classificou o entendimento construído entre trabalhadores e empresários como um marco para o setor. "Porto, a gente pode dizer que é o primeiro e o único na história feito por toda essa grande maioria de sistema portuário moderno que pensa o porto como solução", afirmou.

A programação do último dia do encontro ampliou o debate para temas ligados ao futuro da governança portuária e da infraestrutura logística nacional, incluindo discussões sobre o programa Portos e Pontes, os impactos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), modernização da gestão dos Ogmos, segurança do trabalho e atualização.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - APREENSÕES EM PORTOS CAEM APÓS TRÁFICO MIGRAR PARA EMBARCAÇÕES MENORES

Queda em portos brasileiros contrasta com aumento das apreensões em barcos pesqueiros e utilização de rotas com menos fiscalização

Por VANESSA PIMENTEL redacao.jornal@redebenews.com.br

As apreensões de drogas em contêineres nos portos brasileiros vêm registrando queda significativa nos últimos anos, segundo dados mais recentes da Receita e da Polícia Federal (PF). Considerando todos os terminais do país nos últimos seis anos, o volume apreendido caiu de 66,7 toneladas em 2019 para 15,6 toneladas em 2025, queda de 76,6%.

No recorte do Porto de Santos (SP), o maior da América Latina e principal corredor de exportação do país, nos últimos cinco anos, a queda nas apreensões foi de 83%, porém, este cenário não é linear porque há variações no período, ou seja, não há queda contínua. Apesar disso, o volume permanece



abaixo dos níveis registrados em anos anteriores, o que acompanha a tendência geral de redução observada no país.

No entanto, a redução nas apreensões em contêineres, não indica necessariamente diminuição do tráfico, já que, segundo a PF, o cenário reflete uma mudança de estratégia do crime organizado, que passou a utilizar outros modais marítimos para o transporte de drogas.

As investigações apontam aumento nas apreensões em embarcações menores, como barcos pesqueiros, veleiros, semissubmersíveis e navios de pequeno porte, com rotas voltadas principalmente para a Europa e a África.

Para investigadores, a mudança de rota está relacionada ao reforço nos mecanismos de controle nos portos nacionais. Entre as medidas adotadas estão a ampliação do uso de scanners — que já alcançam 100% das cargas de exportação em grandes terminais —, o aumento da vigilância por câmeras e o maior rigor no controle de acesso às áreas portuárias, iniciativas coordenadas por órgãos como a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos (Conportos) e as Comissões Estaduais (Cesportos).

Outro fator apontado é o aumento do envio de cocaína em contêineres a partir de países como Colômbia, Equador e Peru diretamente para a Europa, reduzindo a utilização dos portos brasileiros como ponto de saída.

Ampliação do monitoramento

Agora, a Polícia Federal está ampliando o monitoramento dos novos modais utilizados pelo tráfico, com atenção especial às embarcações de menor porte, que vêm ganhando protagonismo nas rotas internacionais do crime organizado.

Em um dos casos mais recentes, em dezembro do ano passado, a PF prendeu dez integrantes de uma organização criminosa e apreendeu mais de 7 toneladas de cocaína em uma operação que saía de Itajaí (SC) rumo a destinos internacionais. A ação revelou a estrutura de uma rota marítima que utilizava barcos pesqueiros, lanchas rápidas e até semissubmersíveis para o envio de drogas à Europa.

As investigações, conduzidas pela Coordenação de Repressão a Drogas e Facções Criminosas da PF, apontaram que embarcações adquiridas no setor pesqueiro de Santa Catarina eram adaptadas para longas travessias e grande capacidade de carga ilícita. O esquema incluía o uso de lanchas rápidas para transbordo em alto-mar, tanto na costa do Suriname quanto no Nordeste brasileiro, antes da travessia rumo ao Atlântico.

As rotas eram planejadas para evitar áreas de maior vigilância e explorar regiões com baixa cobertura de comunicação, dificultando o rastreamento. Em alguns trechos, a logística contava ainda com o apoio de veleiros.

A fase final ocorreu com apoio internacional: a partir de informações compartilhadas pela PF, a Marinha Portuguesa interceptou dois pesqueiros em águas internacionais, resultando na apreensão da droga.

Para autoridades, a infiltração do crime organizado no setor pesqueiro de Itajaí (SC) expõe um problema que vai além da atividade ilegal: o aproveitamento de fragilidades socioeconômicas da região. Trabalhadores em situação financeira precária ou com baixa inserção no mercado formal acabam se tornando alvos do recrutamento para ceder as embarcações ou fazer parte das tripulações envolvidas no transporte de drogas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ DEFINE AUDIÊNCIA PARA ARRENDAR ÁREA NO PORTO DE VILA DO CONDE

Sessão marcada para o próximo dia 23 irá receber contribuições sobre a futura licitação da área VDC04, destinada à movimentação de grãos

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizará, no próximo dia 23, uma audiência pública virtual para discutir o projeto de arrendamento da área VDC04, localizada no Porto de Vila do Conde, no Pará. A medida foi formalizada por meio da Deliberação-DG nº 38/2026, publicada nesta terça-feira (10), no Diário Oficial da União.

A audiência integra o processo de consulta pública com o objetivo de aprimorar os documentos que irão integrar a futura licitação da área. O terminal será destinado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos minerais, com destaque para fertilizantes.

De acordo com a Antaq, a sessão ocorrerá exclusivamente em formato virtual, com início às 10h e encerramento após a manifestação de todos os participantes credenciados. A transmissão será aberta ao público pela internet e ficará disponível posteriormente no canal da agência no YouTube.

Os interessados em apresentar contribuições durante a audiência deverão realizar inscrição prévia por meio do WhatsApp, no número (61) 2029-6940. O período de cadastramento estará aberto das 9h às 15h do dia 22 de junho. Após a confirmação da inscrição, os participantes receberão o link de acesso à sala virtual, que funcionará por meio da plataforma Microsoft Teams.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - GOVERNO LANÇA EDITAL DE R\$ 1 BI PARA PAVIMENTAR TRECHO DA TRANSAMAZÔNICA NO PA

Licitação prevê obras em 125 quilômetros da BR-230 entre Uruará, Placas e Rurópolis; expectativa é iniciar os trabalhos ainda neste ano

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Ministério dos Transportes assinou, nesta terça-feira (10), o aviso de edital de licitação para a pavimentação de um trecho da BR230/PA, a Transamazônica, entre os municípios de Uruará, Placas e Rurópolis, no Pará. O projeto prevê 125 quilômetros de extensão e investimento de cerca de R\$ 1 bilhão. Segundo o ministério, o trecho já possui licença ambiental, e a expectativa é de que as obras comecem ainda este ano.



Segundo o ministro dos Transportes, George Santoro, o governo federal investirá quase R\$ 6 bilhões em manutenção e implantação de rodovias no Pará durante a atual gestão

Segundo o ministro dos Transportes, George Santoro, o governo federal

investirá quase R\$ 6 bilhões em manutenção e implantação de rodovias no Pará durante a atual gestão — valor que, segundo ele, representa aproximadamente o triplo do aplicado pela administração anterior. “Saímos do governo anterior, que investiu R\$ 2 bilhões no Pará, e vamos entregar no período



do governo do presidente Lula quase R\$ 6 bilhões investidos em manutenção e implantação de rodovias no estado”, afirmou.

Para a governadora em exercício do Pará, Hana Ghassan, a publicação do edital é aguardada há muito tempo. “A publicação do edital da licitação da Transamazônica, tão esperada por nós, já com o horizonte de as obras começarem neste ano, é motivo de muita alegria”, destacou.

Santoro informou ainda que, além do avanço da BR230/PA, o ministério prevê a entrega parcial das obras da BR-316/PA nas próximas semanas e o início da recuperação das BRs 155/ PA e 158/PA, descritas como corredores fundamentais para o transporte de cargas e a integração regional. Segundo o ministro, a Transamazônica tem potencial logístico estratégico para o país: “Essa rodovia conecta com a ferrovia e vira um corredor logístico fundamental para o Brasil e para o Norte do Brasil”, disse.

Após a licitação do trecho entre Uruará, Placas e Rurópolis, o próximo passo previsto é o licenciamento ambiental do segmento entre Medicilândia e Uruará, com expectativa de conclusão e início da licitação ainda este ano. Somados, os municípios diretamente beneficiados pela pavimentação — Altamira, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis, reúnem cerca de 267 mil habitantes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - SANTORO VISTORIA OBRAS DA BR-080 E DESTACA AVANÇO DA DUPLICAÇÃO

Trecho entre Taguatinga e Brazlândia já tem cerca de 20% dos serviços executados e integra o Novo PAC

Do Estadão Conteúdo

As obras de duplicação da BR-080 entre Taguatinga e Brazlândia, no Distrito Federal, já alcançam cerca de 20% de execução física. O ministro dos Transportes, George Santoro, vistoriou o trecho nesta segunda-feira (8) e acompanhou os serviços em andamento nas etapas de terraplenagem, drenagem e pavimentação. O investimento total nas obras é de R\$ 407,8 milhões, para 24,6 quilômetros de extensão, com implantação de nova pista em concreto no âmbito do Novo PAC.

Segundo Santoro, a BR080 era a única saída do Distrito Federal que ainda não havia sido duplicada. “A BR-080 era a última saída do Distrito Federal que ainda não era duplicada. Agora vamos começar a entregar os primeiros trechos e avançar com esse compromisso assumido pelo presidente Lula e pelo senador Renan Filho”, afirmou o ministro. Iniciadas no segundo semestre de 2024, as obras têm previsão de entrega dos primeiros oito quilômetros duplicados em breve. Durante a visita, Santoro também acompanhou os trabalhos na passarela em construção próxima ao Hospital de Brazlândia, em fase final de implantação.

Participaram da vistoria o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Fabrício Galvão, e o superintendente regional da autarquia em Goiás e no Distrito Federal, Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira.

Além do trecho entre Taguatinga e Brazlândia, a duplicação da BR-080 avança em direção à divisa com Goiás. Em abril deste ano, o ministério autorizou o início das obras de duplicação e adequação de outros 16,26 quilômetros, entre Brazlândia e a divisa do Distrito Federal com Goiás, com investimento de R\$147,5 milhões.

“Brazlândia tem uma população de cerca de 100 mil pessoas e um fluxo diário muito intenso em direção a Brasília. Além disso, a região concentra uma produção agrícola importante e recebe milhares de visitantes ao longo do ano. A duplicação vai trazer mais segurança e melhores condições de deslocamento para quem utiliza a rodovia”, disse Santoro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - GOVERNO PREPARA LEILÃO DE 17 TERMINAIS DE CARGAS NA FERROVIA NORTE-SUL

Medida integra agenda ferroviária que prevê investimentos de R\$ 160 bilhões e ampliação da participação dos trilhos na logística nacional

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



A agenda ferroviária apresentada pelo Ministério prevê a consolidação de uma rede logística integrada, conectando ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e terminais de cargas

O Ministério dos Transportes apresentou, nesta quinta-feira (11), a estratégia para ampliar a participação das ferrovias na logística nacional. O plano prevê o leilão de 17 terminais logísticos de cargas ao longo da Ferrovia Norte-Sul (FNS), além de investimentos estimados em R\$ 160 bilhões e linhas de financiamento com prazo de até 40 anos para novos empreendimentos. As medidas foram anunciadas durante evento realizado na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo.

A agenda ferroviária apresentada pelo Ministério prevê a consolidação de uma rede logística integrada, conectando ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e terminais de cargas. O programa contempla oito projetos ferroviários estratégicos: Ferrogrão, Malha Oeste, Anel Ferroviário do Sudeste (EF-118), Corredor Minas–Rio, Corredor Fico–Fiol, Corredor Rio Grande, Corredor Mercosul e Corredor Paraná– Santa Catarina. Juntos, os empreendimentos têm potencial para impulsionar a competitividade do país, ampliar a integração logística e movimentar cerca de R\$ 600 bilhões em investimentos em todo setor ferroviário ao longo dos próximos anos.

Participaram do evento o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro; a secretária nacional substituta de Transporte Ferroviário, Maryane Figueiredo; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Sampaio; o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e o diretor de Empreendimentos da Infra S.A., André Ludolfo.

Durante a abertura do evento “Novos caminhos sobre trilhos: O Futuro das Ferrovias no Brasil”, voltado à apresentação da carteira ferroviária a investidores, o ministro dos Transportes, George Santoro, defendeu que as ferrovias deixem de ser vistas apenas como obras de infraestrutura e passem a ser encaradas como plataformas de negócios capazes de gerar desenvolvimento econômico, atrair investimentos e reduzir os custos logísticos do país.

“A ideia aqui é explicar as ferrovias como uma plataforma de negócios, mudar a visão tradicional de obra de infraestrutura. Se a gente não trabalhar o custo logístico, a produtividade econômica do Brasil não cresce”, afirmou o chefe da pasta.

A proposta apresentada considera um cenário de crescimento da produção agrícola, industrial e de biocombustíveis nos próximos anos, o que aumenta a necessidade de investimentos em logística e transportes. O Brasil tem cerca de 30 mil quilômetros de ferrovias, mas menos de 10 mil quilômetros estão em operação.

Direto de uma missão oficial na China, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, participou do evento de forma virtual e afirmou que o Governo do Brasil estruturou uma carteira de projetos voltada à expansão da infraestrutura ferroviária.

“Nos últimos anos estruturamos um banco de projetos com empreendimentos que levam em consideração a matriz de risco inovadora do setor de rodovias. Torço para que tenhamos um evento histórico e simbólico para o setor de ferrovias”, afirmou.

O financiamento de longo prazo foi apontado como uma das principais ferramentas para tirar os projetos do papel.

“Estamos estendendo especificamente para ferrovias esse prazo para 40 anos de financiamento. Podem contar com o BNDES para prover financiamento, agora com prazos mais longos, para ajudar esses projetos a saírem do papel e o trem entrar nos trilhos”, reforçou o superintendente de Infraestrutura do BNDES, Felipe Borim.

Viabilidade econômica

O ministro anunciou a criação de mecanismos para tornar os projetos ferroviários mais atrativos ao mercado. A ideia é ajudar a fechar a conta de empreendimentos que exigem altos investimentos e demoram mais tempo para gerar retorno. Segundo George Santoro, o governo oferecerá garantias para os aportes públicos previstos em contrato, aumentando a confiança de investidores e financiadores.

“Estamos focando o subsídio na recuperação da malha ferroviária e dos projetos como um todo. Quando cobrimos o gap de viabilidade, também subsidiamos o material rodante, que integra o investimento inicial (Capex) do projeto”, explicou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO / AEROPORTOS - COM 15 ROTAS, TAP VAI TRANSPORTAR 2,1 MILHÕES DE PASSAGEIROS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

CEO da empresa, Luís Rodrigues afirma que os voos para o Brasil já respondem por 30% do faturamento anual

Do VICENTE NUNES Público Brasil

Apontado pelo CEO Global da TAP, Luís Rodrigues, como um dos principais ativos da empresa, que está em processo de privatização, sendo disputada pela Lufthansa e pela Air France-KLM, o Brasil terá 15 rotas de ligação com Portugal operadas pela companhia, pelas quais serão transportados 2,1 milhões de passageiros neste ano, garantindo 30% do faturamento total.

“O Brasil é uma peça-chave e talvez um dos maiores ativos que a TAP tem neste momento. Acreditamos no potencial do país e nas oportunidades que ainda existem para aproximar ainda mais brasileiros e europeus”, afirma o executivo, lembrando que a empresa completa, neste ano, 60 anos de operação em território brasileiro.

Em julho próximo, entrará em operação o voo ligando Lisboa a Curitiba, Paraná. E, em outubro, a rota entre a capital portuguesa e São Luís, no Maranhão. A empresa tem vários pedidos de novos voos em análise, entre eles, para João Pessoa, na Paraíba, e Goiânia, Goiás. “O país tem um potencial enorme de crescimento”, acrescenta Rodrigues.

Segundo o executivo, a expansão da malha aérea para o Brasil reforça uma estratégia de longo prazo da TAP e acompanha o crescimento do turismo e da demanda por ligações diretas entre a América do Sul e o continente europeu. Os portugueses, por sinal, assumiram a ponta dos turistas europeus que mais visitam o Brasil e são os que mais tempo permanecem no país — em média, 18 dias.

Privatização

Para o CEO da TAP, a relação entre a empresa e o Brasil se fortaleceu ao longo dos anos, com Lisboa e Porto se tornando importantes portas de entrada para brasileiros na Europa e contribuindo para o desenvolvimento do turismo, dos negócios e do intercâmbio cultural entre os dois países. “O



Brasil serviu muito bem a companhia nos últimos 60 anos e vai continuar ainda melhor nos próximos 60", destaca.

Especialistas que acompanham de perto a privatização da TAP ressaltam que, ao ser incorporada tanto pela Lufthansa quanto pela Air France-KLM, a empresa portuguesa passará a fazer parte de um grupo com o maior número de assentos disponíveis entre o Brasil e a Europa, como mostrou recentemente o Jornal Económico.

Caso a TAP seja incorporada pela Air France-KLM, o total de assentos disponíveis para voos ao Brasil será de 2 milhões. Se a empresa portuguesa cair no colo da Lufthansa, o número de lugares em aviões chegará a 1,9 milhão. Nos dois casos, o resultado final será maior do que o total de 1,7 milhão de assentos disponíveis para a Europa quando somadas as brasileiras Latam, Azul e Gol.

História

O primeiro voo direto da TAP para o Brasil foi realizado em 17 de junho de 1966, ligando Lisboa ao Rio de Janeiro. A data foi escolhida em homenagem aos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que, 44 anos antes, haviam chegado à cidade carioca a bordo do hidroavião Santa Cruz, após cruzarem pela primeira vez o Atlântico Sul. Segundo a empresa, o voo inaugural transportou cerca de 80 passageiros.

Esta reportagem integra uma série de matérias do jornal Público, de sua editoria Público Brasil, publicado pela Rede BE News, a partir da parceria firmada entre os dois veículos. São reportagens destacando as novidades e os desafios dos imigrantes brasileiros em terras lusitanas ou, nas palavras da equipe do Público Brasil, "histórias e notícias para a comunidade brasileira que vive ou quer viver em Portugal".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO / AEROPORTOS - FRAPORT ASSUME OBRAS NA BASE DE CANOAS POR DECISÃO DA ANAC

Medida formaliza execução de melhorias na infraestrutura que passou a receber parte dos voos do Aeroporto Salgado Filho após as enchentes no Rio Grande do Sul

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) publicou, no dia 8 de junho, a Resolução nº 804/2026, que altera regras estabelecidas anteriormente para a operação emergencial de voos na Base Aérea de Canoas (RS), utilizada após a suspensão das atividades no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

A nova norma modifica a Resolução nº 746/2024 e determina que a Fraport Brasil, concessionária do aeroporto da capital gaúcha, passe a ser responsável por adotar as medidas necessárias para a recomposição da infraestrutura aeroportuária da Base Aérea de Canoas (Baco).

De acordo com o texto, a empresa deverá executar intervenções seguindo diretrizes do Ministério de Portos e Aeroportos e estudos técnicos. A medida formaliza o papel da concessionária no processo de recuperação da estrutura que vem sendo utilizada de forma provisória e emergencial.

A Base Aérea de Canoas passou a receber parte das operações do Aeroporto Salgado Filho após a interrupção das atividades no terminal porto-alegrense, afetado por eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul.

A resolução também prevê que aspectos operacionais, técnicos, financeiros e executivos das intervenções poderão ser definidos por meio de instrumentos jurídicos específicos entre os órgãos e entidades envolvidos.

Essa previsão abre espaço para acordos formais que detalhem responsabilidades, prazos e custos das obras e adaptações necessárias para manter a operação aérea na região.

A utilização da Base Aérea de Canoas segue sendo tratada como medida provisória, urgente e excepcional, criada para garantir a continuidade do transporte aéreo no Rio Grande do Sul durante a recuperação do principal aeroporto do estado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - AEROPORTOS DO NORDESTE REGISTRAM MAIOR MOVIMENTO DA HISTÓRIA NO 1º QUADRIMESTRE

Região superou pela primeira vez a marca de 7 milhões de passageiros entre janeiro e abril, impulsionada pelo avanço dos voos domésticos e internacionais

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Em abril, os aeroportos nordestinos movimentaram 1,61 milhão de passageiros, alta de 5,6% ante o mesmo mês de 2025 e também o melhor resultado já registrado para o período

Os aeroportos do Nordeste registraram a maior movimentação aérea da história para os quatro primeiros meses do ano. Entre janeiro e abril de 2026, 7,43 milhões de passageiros

embarcaram em voos domésticos e internacionais com origem na região, crescimento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2025. É a primeira vez que o Nordeste supera a marca de 7 milhões de passageiros em um primeiro quadrimestre desde o início da série histórica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), iniciada em 2000. Os dados são do Relatório de Demanda e Oferta da Anac e foram compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Somente em abril, os aeroportos nordestinos movimentaram 1,61 milhão de passageiros, alta de 5,6% em relação ao mesmo mês de 2025 e também o melhor resultado já registrado para o período. Os números reforçam o papel crescente da aviação para a integração regional, o turismo e os negócios no Nordeste. A região reúne alguns dos principais destinos turísticos do país, além de polos econômicos e logísticos que dependem da conectividade aérea para movimentar pessoas, atrair investimentos e impulsionar atividades produtivas.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, os resultados refletem um conjunto de fatores que inclui expansão da conectividade aérea, modernização da infraestrutura e fortalecimento da atividade econômica na região. “A aviação tem um papel fundamental no desenvolvimento do Nordeste. Quando ampliamos a conexão, aproximamos pessoas, fortalecemos o turismo, estimulamos investimentos e criamos novas oportunidades para a população. Esses números mostram a importância de continuarmos investindo na infraestrutura aeroportuária e na expansão das malhas aéreas regional e internacional”, afirmou.

O crescimento da movimentação foi impulsionado principalmente pelos voos domésticos. Entre janeiro e abril, mais de 7 milhões de passageiros viajaram em voos nacionais com origem nos aeroportos nordestinos, aumento de 10,2% em comparação ao primeiro quadrimestre de 2025. Também foi o melhor resultado da série histórica para esse recorte.

Somente em abril, os voos domésticos movimentaram 1,53 milhão de passageiros, alta de 5,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Aviação internacional

A movimentação internacional apresentou expansão ainda mais intensa. No acumulado dos quatro primeiros meses de 2026, os aeroportos nordestinos registraram 390,4 mil passageiros em voos internacionais, crescimento de 32,8% em relação ao mesmo período do ano passado e novo recorde histórico.

No mês de abril, foram movimentados 77,5 mil passageiros em voos internacionais, alta de 13,2% frente ao mesmo mês de 2025.

O resultado acompanha o avanço da conectividade internacional da região, que vem registrando aumento no número de rotas, voos e assentos ofertados. Entre 2023 e 2026, o número de rotas internacionais ligando o Nordeste ao exterior passou de 18 para 42, enquanto a quantidade anual de voos internacionais cresceu de 2.430 para 5.390 operações, resultado de ações do Ministério do Turismo e da Embratur, no sentido de promover internacionalmente o Brasil e atrair novos voos estrangeiros para o país.

O crescimento da movimentação internacional também se reflete na chegada de visitantes estrangeiros. Segundo dados da Embratur, com base em informações da Polícia Federal compiladas pelo MPor, entre janeiro e abril o Nordeste recebeu, por via aérea, 245,2 mil turistas que residem fora do Brasil, alta de 51,28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Aeroportos mais movimentados

O Aeroporto Internacional do Recife (PE) liderou a movimentação da região no primeiro quadrimestre, com 1,65 milhão de passageiros. Em seguida aparecem Salvador (BA), com 1,35 milhão; Fortaleza (CE), com 935 mil; Maceió (AL), com 532 mil; e Porto Seguro (BA), com 485 mil passageiros.

Também se destacaram os aeroportos de Natal (RN), com 441.241; João Pessoa (PB), com 331.037; São Luís (MA), com 292.598; Aracaju (SE), com 233.899; e Teresina (PI), com 198.372, reforçando a capilaridade da malha aérea nordestina e a importância da aviação para a integração econômica e turística da região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - VIRACOPOS RECEBE 319 TONELADAS DE FLORES PARA ABASTECER DIA DOS NAMORADOS

Operação especial trouxe cargas da Colômbia e do Equador sob temperatura controlada para atender ao aumento da demanda no Dia dos Namorados

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Por se tratar de uma carga altamente perecível, toda a operação exigiu um controle rigoroso de temperatura para preservar a qualidade dos produtos até a chegada ao varejo

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), recebeu 319 toneladas de flores importadas da Colômbia e do Equador entre os dias 23 de maio e 2 de junho em uma operação especial voltada ao abastecimento do mercado brasileiro para o Dia dos Namorados.

O volume de produtos perecíveis chegou ao país em voos comerciais e operações charters (aluguel de aeronave para fins específicos).

Ao todo, mais de 13 mil caixas e volumes foram descarregados durante a operação. O fluxo acompanha o aumento sazonal da demanda por flores no Brasil nesta época do ano, especialmente pela procura por rosas vermelhas, tradicionalmente associadas à data comemorativa celebrada em 12 de junho.

Por se tratar de uma carga altamente perecível, toda a operação exigiu controle rigoroso de temperatura para preservar a qualidade dos produtos até a chegada ao varejo. As flores permaneceram em ambiente refrigerado entre 2°C e 8°C desde o desembarque até a liberação para distribuição.

Após a chegada das aeronaves em Viracopos, a carga passou imediatamente pelo processo de fiscalização conduzido pelo Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

O procedimento tem como objetivo impedir a entrada no país de pragas quarentenárias inexistentes no território nacional e garantir a segurança fitossanitária dos produtos vegetais importados.

Somente após a inspeção realizada pelos auditores fiscais do ministério as flores foram liberadas aos importadores.

Na sequência, os produtos permaneceram armazenados em câmaras frias do terminal de cargas antes de seguirem por transporte terrestre para centros de distribuição e pontos de venda em diferentes regiões do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - AENA ENTREGA NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE MONTES CLAROS

Conclusão da obra pela concessionária vai fazer com que o terminal tenha capacidade para receber 538 mil passageiros por ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Com a conclusão das obras, a capacidade operacional do terminal do Aeroporto de Montes Claros passa a ser de até 538 mil passageiros por ano, segundo a concessionária

A Aena Brasil inaugurou, no último fim de semana, o novo terminal de passageiros do Aeroporto de Montes Claros – Mário Ribeiro, em Minas Gerais. Com a conclusão das obras, a capacidade operacional do terminal passa a ser de até 538 mil passageiros por ano, segundo a concessionária.

O projeto envolveu a ampliação e modernização de áreas essenciais, como check-in, canal de inspeção, sala de embarque e restituição de bagagens, além da expansão da área comercial e a implementação de melhorias operacionais voltadas ao conforto, à segurança e à eficiência.

A área total do terminal mais que dobrou, passando de 2.300 m² para 5.460 m². “Com o novo terminal, a Aena eleva o padrão da infraestrutura aeroportuária em Montes Claros e reforça o papel do aeroporto na mobilidade, no desenvolvimento econômico e na integração do Norte de Minas. A cidade

passa a contar com uma estrutura moderna, preparada para acompanhar o crescimento da demanda e ampliar a conectividade da região”, destacou o diretor do aeroporto, Fabiano Antunes.

No check-in, o espaço foi ampliado de 130 m² para 298 m². Já o canal de inspeção quase triplicou de tamanho, saltando de 77 m² para 219 m². O aeroporto também passou a contar com dois equipamentos de raios-X, o que aumenta a capacidade de processamento e melhora a fluidez no embarque.

A nova sala de embarque possui 603 m², enquanto a área de restituição de bagagens conta com 290 m². O terminal também recebeu uma nova esteira de bagagens, cuja extensão foi ampliada de 19 metros para 35 metros, garantindo mais conforto aos passageiros na chegada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS FECHA ACORDO COM EMPRESA PARA DESCOMISSIONAR P-18

Contrato de R\$ 443,7 milhões com a OceanPact tem como foco os dutos conectores da plataforma instalada no campo de Marlim, na bacia de Campos

Do Estadão Conteúdo



O contrato inclui inspeções submarinas, cortes, desconexões e intervenções consideradas complexas da plataforma P-18

A OceanPact assinou um contrato de R\$ 443,7 milhões com a Petrobras para executar serviços especializados de pull-out (desconexão) e recolhimento de linhas flexíveis voltados ao descomissionamento de Unidades Estacionárias de Produção (UEPs).

O projeto terá como foco os risers (dutos conectores) da plataforma P-18, instalada no campo de Marlim, na bacia de Campos. Pelo acordo, a empresa fará

operações de pull-out e o recolhimento de linhas flexíveis e umbilicais.

O escopo inclui inspeções submarinas, cortes, desconexões e intervenções consideradas complexas, com uso de embarcação do tipo MPSV (Multipurpose Support Vessel), ROVs (veículos submarinos operados remotamente), guindaste de grande capacidade e equipamentos para recolhimento, manuseio, armazenamento e intervenção subsea.

A execução reunirá diferentes unidades de negócio da OceanPact. A Engenharia Submarina ficará responsável pelos estudos técnicos e o planejamento operacional, enquanto a unidade de Subsea e descomissionamento conduzirá a operação dos ROVs, das ferramentas, das inspeções e da planta de recolhimento das linhas.

Já a divisão de Navegação atuará com as embarcações dedicadas ao projeto. A EnvironPact, por sua vez, responderá pelos estudos ambientais, pela gestão de riscos e pelas diretrizes de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) previstas para a operação.

Segurança

Segundo o diretor Comercial, Marketing e responsável pela área de descomissionamento da OceanPact, Erik Cunha, a companhia aposta em um modelo integrado para ganhar eficiência e elevar a segurança em todas as etapas.



“Nosso modelo operacional baseado na integração resulta em eficiência e maior segurança em todas as fases do projeto, da concepção à destinação final, incluindo iniciativas voltadas ao desmantelamento, reciclagem e economia circular, quando aplicável”, afirmou Cunha em nota.

Em setembro, a empresa fechou um acordo de mais de R\$ 1 bilhão com a Trident Energy para descomissionamento no modelo EPRD (Engenharia, Preparação, Recolhimento e Destinação Final), também na bacia de Campos, além de revitalização de estrutura subsea.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

PETRÓLEO E GÁS - OPEP MANTÉM PREVISÃO DE ALTA DE OFERTA

Expectativa é de aumento da oferta de petróleo entre países fora da Opep+ em 2026

Do Estadão Conteúdo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) reafirmou sua previsão para o aumento da oferta da commodity entre os países fora da Opep+ em 2026, em 600 mil barris por dia (bpd), segundo relatório mensal publicado nesta quinta-feira, 11. As maiores contribuições deverão vir de Brasil, Estados Unidos, Canadá e Argentina.

Para 2027, a Opep também projeta alta de 600 mil bpd na oferta de petróleo fora do grupo, mantendo a estimativa do relatório anterior. Como resultado, a organização espera que a produção total fora da Opep+ some 54,83 milhões de bpd em 2026 e 55,45 milhões de bpd em 2027.

Ainda no relatório, a Opep informa que a produção da Opep+ caiu 190 mil de bpd em maio ante abril, para uma média de 33,19 milhões de bpd, segundo fontes secundárias, em meio à guerra de Estados Unidos e Israel contra o Irã.

No cenário global (todos os países), a Opep reduziu em 200 mil barris por dia (bpd) sua previsão para o crescimento da demanda em 2026, para 1 milhão de bpd. Se confirmada a projeção, o consumo global somaria 106,13 milhões de bpd em 2026, segundo relatório mensal divulgado nesta quinta-feira.

Para 2027, por outro lado, a Opep elevou em 200 mil bpd a projeção de aumento da demanda, para 1,7 milhão de bpd, o que levaria o consumo total a 107,86 milhões de bpd.

A demanda nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) deve registrar aumentos de 100 mil bpd neste ano e de 200 mil bpd no próximo, projeta a Opep. Fora da OCDE, a expectativa é de acréscimos de 1 milhão de bpd em 2026 e de 1,5 milhão de bpd em 2027.

PIB

A Opep manteve sua previsão para o crescimento do PIB global em 2026 em 3,1%. Para 2027, a projeção de avanço da economia mundial também ficou inalterada, em 3,2%. No caso do PIB dos EUA, a Opep continua prevendo altas de 2,2% em 2026 e de 2,0% em 2027.

Para a zona do euro, o grupo reduziu a estimativa de crescimento em 2026, de 1,1% para 1,0%, mas manteve a projeção de 1,2% para 2027. Para a China, por sua vez, a Opep reafirmou suas projeções de crescimento, de 4,6% em 2026 e de 4,5% em 2027.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - LULA VÊ AVANÇO EM COOPERAÇÃO ENERGÉTICA COM O MÉXICO

Além da colaboração em biocombustíveis, presidente diz ser possível a assinatura de um instrumento entre a Petrobras e a Pemex

Do Estadão Conteúdo



Lula afirmou ter conversado com a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, com destaque para a cooperação no setor energético

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na quarta-feira, 10, que o Brasil avançou nas tratativas da agenda de cooperação energética com o México. Em publicação no X, Lula afirmou ter conversado com a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum.

Segundo ele, o destaque foi a cooperação no setor energético, que abrange desde a colaboração em biocombustíveis até a possível assinatura de um instrumento entre a Petrobras e a Pemex, empresa estatal mexicana de petróleo e gás.

O presidente disse que ambos concordaram em aprofundar as conversas sobre o marco jurídico bilateral comercial e reconheceram avanços na colaboração nas áreas de saúde, turismo e governança pública, além de ações voltadas ao fortalecimento dos setores científico, tecnológico e de inovação nos dois países.

“Reafirmamos a importância e o valor que atribuímos ao fortalecimento e à preservação do multilateralismo, do direito internacional, da democracia e do princípio da não ingerência, particularmente no complexo contexto global atual”, escreveu.

Lula também afirmou que ele e Claudia são favoráveis ao fim do embargo dos Estados Unidos contra Cuba e estão preocupados com a situação humanitária no país caribenho.

Eles também reforçaram o apoio de Brasil e México à candidatura da ex-presidente do Chile Michelle Bachelet ao cargo de secretária-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

“México e Brasil são parceiros fundamentais na América Latina e no Caribe, cujo porte e relevância em termos de população, economia e projeção internacional constituem um motor de integração regional e de prosperidade compartilhada para seus povos”, acrescentou o presidente.

Lula também desejou sucesso a Claudia na realização da Copa do Mundo, que começou nesta quinta-feira, 11, e tem o México como um dos três países-sede. Antes da conversa, ele havia afirmado que abordaria os protestos que estão ocorrendo no México, liderados por professores que pedem aumentos salariais de até 100%.

“A minha conversa com a Claudia é porque eu acho que isso está acontecendo no México agora e eu, às vezes, acho que tem o dedo de alguém e talvez nem seja mexicano”, disse Lula antes da ligação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - VIEIRA DEFENDE BRASIL CONTRA TARIFAS

Ministro das Relações Exteriores diz atuar com firmeza diante de sanções dos EUA

Do Estadão Conteúdo

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou nesta quarta-feira, 10, que a chancelaria brasileira vai continuar atuando na proteção dos interesses brasileiros diante das sanções econômicas dos Estados Unidos.

“Sempre orientado pela defesa da soberania, o Ministério das Relações Exteriores tem atuado com firmeza e visão estratégica na proteção dos interesses comerciais brasileiros diante da imposição de

sanções unilaterais injustificadas contra o País”, disse Mauro Vieira, durante a abertura da reunião do Conselho, no Itamaraty, na quarta.

Ao lembrar da Copa do Mundo, que terá o jogo de abertura realizado na Cidade do México nesta quinta-feira, 11, o ministro das Relações Exteriores disse também que o Itamaraty seguirá defendendo a soberania brasileira em um cenário onde o patriotismo é amplificado pela população.

“Às vésperas da abertura da Copa do Mundo, quando o orgulho de ser brasileiro ganha ainda mais visibilidade, reafirmo que o Itamaraty seguirá trabalhando na defesa de interesses nacionais e da soberania brasileira”, disse Mauro Vieira.

Em outra polêmica sobre taxação, um tribunal federal de apelações dos Estados Unidos decidiu nesta quinta-feira, 11, autorizar o governo Trump a manter a cobrança de uma tarifa global de 10%. Na decisão, um painel de três juízes do Tribunal de Apelações dos EUA para o Circuito Federal indicou que o Tribunal de Comércio Internacional pode ter errado ao concluir que as tarifas eram ilegais.

Trump aplicou as sobretaxas a produtos de quase todos os países com base na autoridade prevista na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974, após a Suprema Corte derrubar as tarifas globais anteriores em fevereiro.

A medida é alvo de contestação apresentada por duas empresas importadoras e por uma coalizão de 24 Estados. Inicialmente, o Tribunal de Comércio Internacional havia decidido que as novas tarifas não eram válidas.

A decisão do Tribunal de Apelações do Circuito Federal permite que os EUA continuem arrecadando tarifas de três importadores enquanto o recurso do governo segue em tramitação. A tarifa global de 10% está programada para expirar em julho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

FINANÇAS - SETOR DE SERVIÇOS TEM PRIMEIRA ALTA EM SEIS MESES, DIZ IBGE

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quinta-feira, segmento cresceu 1,2% em abril

Da Agência Brasil



Segundo o IBGE, houve avanço de 7% observado no segmento de transporte aéreo de passageiros

O setor de serviços, formado por atividades como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza, internet e tecnologia da informação (TI), cresceu 1,2% na passagem de março para abril. O resultado marca a primeira alta em um intervalo de seis meses.

Em março, o desempenho recuou 1,1%. No acumulado de 12 meses, o setor apresenta expansão de 2,9%. Já na comparação com abril de 2025, houve crescimento de 1,9%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quinta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação entre meses imediatamente seguidos, a última alta foi em outubro de 2025, com expansão de 0,3%, quando alcançou o nível mais alto da série iniciada em janeiro de 2011. Veja o comportamento do setor nos últimos seis meses: Abril: +1,2%; Março: -1,1%; Fevereiro: 0%; Janeiro: 0%; Dezembro: -0,3%; e Novembro: -0,1%.



O resultado de abril é a maior variação positiva desde outubro de 2024, quando os serviços cresceram 1,3%. O analista do IBGE Rodrigo Lobo detalha que os dados de abril colocam o setor no mesmo patamar do fechamento de 2025. Ele acrescenta que não é possível afirmar que o setor mudou a tendência de desempenho.

“O setor de serviços se mantém operando em patamar elevado, apenas 0,3% abaixo do topo da série, alcançado em outubro de 2025, mas sem uma trajetória muito bem definida, seja ascendente ou descendente.”

Para calcular o desempenho do setor, os pesquisadores do IBGE coletam informações de 166 tipos de serviços, classificados em cinco grandes grupos de atividades. Os cinco ficaram no campo positivo na passagem de março para abril, com a maior influência positiva vindo de transportes, armazenagem e correios.

Transporte aéreo

“O resultado do setor de transportes é explicado, em grande medida, pelo avanço de 7% observado no segmento de transporte aéreo de passageiros. Esse avanço ocorre após dois resultados negativos seguidos, quando o segmento perdeu, de forma acumulada, 16,6%, entre fevereiro e março de 2026”, diz Lobo.

O gerente da pesquisa explica que o preço das passagens aéreas está por trás do bom desempenho do setor em abril. “Em fevereiro e março houve avanço de 18,4% nos preços, enquanto em abril houve queda de 14,45% desse subitem do [índice de inflação] IPCA.”

Em abril de 2026, o volume de transporte de passageiros subiu 2,6% na comparação com o mês imediatamente anterior. Já o volume do transporte de cargas teve retração de 0,9%.

Índice de atividades turísticas

A Pesquisa Mensal de Serviços traz ainda o índice de atividades turísticas (Iatur), que subiu 4,1% em abril, na comparação com o mês anterior. No acumulado de 12 meses, o índice avança 2,7%.

Os resultados deixam as atividades de turismo 11,2% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 2,2% abaixo do maior nível já alcançado, em dezembro de 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

FINANÇAS - DÓLAR RECUA E FECHA COTADO A R\$ 5,10

Divisa registrou queda de 1,37% nesta quinta-feira. Já o Ibovespa avançou de 1,71%

Do Estadão Conteúdo

O dólar cedeu mais de 1% nesta quinta-feira, 11, e passou a acumular perda de 1,08% na semana, chegando a tocar nível abaixo de R\$ 5,10 à tarde.

Apesar da desvalorização global do dólar, o real se destacou ao ter a melhor performance entre os mercados emergentes, na toada de desmonte de posições defensivas após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, dizer que cancelou os ataques e bombardeios para o Irã.

Após máxima de R\$ 5,182 (+0,18%) pela manhã e mínima a R\$ 5,0921 (-1,55%) nesta tarde, o dólar à vista fechou em queda de 1,37%, a R\$ 5,1016. No ano, a divisa americana perde 7,06%, mas ainda acumula alta de 1,16% em junho.

Por volta das 17 horas, o contrato futuro para julho caía 1,62%, a R\$ 5,124, enquanto o índice DXY, que mede o comportamento da divisa americana ante seis moedas fortes, recuava 0,30%.

Bolsa

A sinalização de Trump em relação ao Irã devolveu o apetite por risco aos investidores e colaborou para o Ibovespa fechar em alta nesta quinta-feira, 11. A falta de clareza sobre os termos do acordo, porém, limita eventuais novos avanços do índice.

“É uma notícia que traz sinal de que os canais diplomáticos continuam ativos, apesar da escalada militar”, disse Marcelo Boragini, especialista em renda variável da Davos.

O Ibovespa terminou o pregão com avanço de 1,71%, a 171.497,24 pontos, perto da máxima intradia (171.926,72 pontos) e longe da mínima da sessão (168.280,39 pontos). O volume de negócios foi de R\$ 30,391 bilhões.

Boragini ressalta que o Ibovespa deve voltar a subir quando os investidores estrangeiros retomarem o apetite por investimentos no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - QUAL DEVE SER A POSTURA DO CEO DIANTE DE UMA CRISE CORPORATIVA?



JOÃO FORTUNATO

Consultor especialista em Media Training
e Gestão de Crise e professor universitário

opinioao@portalbenews.com.br

Crises corporativas costumam ser momentos decisivos para a reputação de uma organização. Um acidente operacional, uma denúncia de corrupção, um vazamento de dados, uma contaminação de produtos ou mesmo um boato amplificado pelas redes sociais podem colocar em risco anos de construção de imagem e credibilidade. Nesses momentos, a atuação do CEO torna-se um dos fatores mais importantes para a gestão da crise e para a preservação da confiança dos públicos estratégicos.

Muito além de administrar operações e resultados financeiros, o principal executivo da organização assume a responsabilidade de liderar a resposta institucional diante da situação adversa. Sua postura influencia funcionários, investidores, clientes, fornecedores, imprensa, autoridades reguladoras e a sociedade em geral. Por essa razão, a primeira característica esperada de um CEO em momentos de crise é a liderança.

Liderar, nesse contexto, significa assumir o controle da situação sem transmitir arrogância ou improvisação. O executivo deve demonstrar serenidade, capacidade de decisão e disposição para enfrentar o problema de forma transparente. A ausência de liderança costuma criar um vácuo de comunicação que rapidamente é ocupado por especulações, boatos ou interpretações desfavoráveis à organização.

Outro aspecto fundamental é a transparência. Durante uma crise, a sociedade não espera perfeição das empresas, mas exige honestidade. Tentar ocultar informações, minimizar fatos relevantes ou transferir responsabilidades para terceiros geralmente produz efeitos negativos. A experiência demonstra que a reputação sofre mais com tentativas de encobrimento do que com o erro original que deu origem à crise.

Isso não significa divulgar informações sem critérios ou sem apuração adequada. Transparência exige responsabilidade. O CEO deve comunicar aquilo que é conhecido, reconhecer aquilo que ainda está sendo investigado e comprometer-se a fornecer atualizações sempre que novas informações forem confirmadas. Essa postura fortalece a credibilidade institucional e reduz a percepção de omissão.

A empatia também ocupa papel central na atuação do principal executivo. Em crises que afetam pessoas, como acidentes, falhas de produtos, desastres ambientais ou vazamentos de dados, o público espera que a organização demonstre preocupação genuína com os impactados. Antes de falar



sobre prejuízos financeiros ou impactos operacionais, é necessário reconhecer os danos humanos envolvidos.

Muitos executivos fracassam justamente por adotar uma comunicação excessivamente técnica ou jurídica. Embora aspectos legais sejam importantes, a comunicação de crise não pode ignorar a dimensão humana dos acontecimentos. Demonstrar solidariedade, reconhecer preocupações legítimas e apresentar medidas concretas de apoio são atitudes que contribuem para reduzir tensões e preservar relacionamentos.

Outro elemento essencial é a coerência. O discurso do CEO deve estar alinhado às ações da organização. Não basta prometer mudanças, investigações ou reparações se essas medidas não forem efetivamente implementadas. Em um ambiente de intensa vigilância social e digital, qualquer incoerência entre palavras e atitudes tende a ser rapidamente identificada e amplificada.

A presença do CEO como porta-voz também merece atenção. Nem toda crise exige que o principal executivo fale publicamente. Em situações operacionais ou altamente técnicas, especialistas da organização podem ser mais adequados. Entretanto, quando a crise ameaça a reputação institucional, envolve valores éticos ou provoca grande repercussão pública, a presença do CEO transmite comprometimento e responsabilidade.

Para exercer esse papel com eficiência, o executivo deve estar preparado por meio de programas de media training. Entrevistas em situações de pressão exigem domínio da mensagem, clareza na comunicação, controle emocional e capacidade de responder a questionamentos difíceis sem adotar postura defensiva ou confrontadora. Um porta-voz despreparado pode transformar uma crise grave em uma crise ainda maior.

A velocidade da resposta também é decisiva. Em um cenário marcado pela instantaneidade das redes sociais, a demora na manifestação institucional frequentemente é interpretada como descaso ou tentativa de ocultação. O CEO deve garantir que a organização responda com rapidez, ainda que inicialmente para informar que os fatos estão sendo apurados.

Por fim, é importante compreender que a gestão da crise não termina quando a cobertura da imprensa diminui. O trabalho de reconstrução da reputação pode levar meses ou até anos. O CEO deve acompanhar a implementação das medidas corretivas, fortalecer mecanismos de governança e promover uma cultura organizacional capaz de aprender com os erros cometidos.

A postura ideal do CEO diante de uma crise corporativa combina liderança, transparência, empatia, coerência, agilidade e responsabilidade. Mais do que proteger a imagem da empresa, o executivo deve atuar para preservar a confiança dos diversos públicos que sustentam a organização. Em tempos de hiperconectividade e elevada exposição pública, a forma como uma crise é administrada pode ser tão importante quanto o próprio evento que a originou. E, nesse processo, o CEO permanece como a principal referência institucional da empresa.

João Fortunato escreve para o BE News semanalmente.

O DISCURSO DO CEO DEVE ESTAR ALINHADO ÀS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO. NÃO BASTA PROMETER MUDANÇAS, INVESTIGAÇÕES OU REPARAÇÕES SE ESSAS MEDIDAS NÃO FOREM EFETIVAMENTE IMPLEMENTADAS. EM UM AMBIENTE DE INTENSA VIGILÂNCIA SOCIAL E DIGITAL, QUALQUER INCOERÊNCIA ENTRE PALAVRAS E ATITUDES TENDE A SER RAPIDAMENTE IDENTIFICADA E AMPLIFICADA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

JUSTIÇA - STF FORMA MAIORIA PARA BIG TECHS CUMPRIREM OBRIGAÇÕES EM 60 DIAS

O prazo diz respeito à aplicação de obrigações estruturais, como evitar a circulação massiva de conteúdos ilícitos graves

Do Estadão Conteúdo



O prazo de 60 dias, na visão da maioria dos ministros, deve se aplicar para os deveres que exigem mais preparação das plataformas digitais

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para dar prazo de 60 dias para que as big techs apliquem as obrigações estruturais determinadas pela Corte no julgamento do Marco Civil da Internet, como o dever de cuidado para evitar a circulação massiva de conteúdos ilícitos graves.

Antes, o cumprimento era imediato. O prazo começa a contar a partir da publicação da ata do julgamento dos recursos que são analisados pela Corte. O julgamento deve ser retomado na próxima quarta-feira, 17, para a proclamação do resultado.

São julgados recursos contra decisão que ampliou a responsabilidade das plataformas por conteúdos criminosos publicados pelos usuários. A decisão abriu espaço para que as empresas sejam responsabilizadas se não removerem postagens que contenham crimes logo após a notificação do usuário. No regime anterior, era necessária uma decisão judicial.

Os ministros também discutem o alcance temporal da tese. Ao julgar o tema em junho de 2025, a Corte estabeleceu que os efeitos da decisão se aplicam somente ao futuro. Agora, o relator, Dias Toffoli, propôs uma modulação que alcança ações em curso que pedem indenização por danos causados por conteúdos nas redes sociais.

A proposta de Toffoli é que, nas ações ajuizadas até 26 de junho de 2025 (data de julgamento do mérito) que já transitaram em julgado, seja mantida a aplicação do sistema anterior. Para as ações ajuizadas até essa data que ainda estão em curso, deve ser aplicada a nova tese, mesmo que o ato tenha sido praticado antes do julgamento.

O ministro Flávio Dino divergiu nesse ponto. Para ele, mesmo as ações em curso propostas antes de 26 de junho de 2025 devem ser julgadas sob o sistema anterior. “Antes de 2025, não existia dever de cuidado”, apontou Dino. Para ele, a modulação proposta por Toffoli “implicaria criar deveres retroativamente”.

O ministro André Mendonça reiterou sua posição contrária à ampliação da responsabilidade das plataformas. No julgamento do ano passado, ele votou para manter o regime anterior. “Na situação atual, estamos gerando um efeito inibidor porque as plataformas, com razão, para se preservar, vão excluir conteúdos”, afirmou. Por isso, ele votou para acolher o pedido das plataformas que querem incluir a expressão “manifestamente ilícitos” para restringir os conteúdos que devem ser removidos, mas ficou vencido no ponto.

Deveres estruturais

Para a maioria dos ministros, o prazo de 60 dias deve se aplicar para os deveres que exigem mais preparação das plataformas. É o caso da aplicação do chamado “dever de cuidado” para evitar a circulação massiva de conteúdos ilícitos graves, como terrorismo, instigação ao suicídio, crimes sexuais e pornografia infantil.

O prazo também se aplica para a edição de autorregulação pelas plataformas, que deve incluir relatórios anuais de transparência sobre as notificações extrajudiciais, anúncios e impulsionamentos.

Outro dever que terá prazo de 60 dias para implementação é a disponibilização de canais específicos de atendimento para usuário e não usuários das plataformas.

Os ministros ainda discutem se essas obrigações devem ser aplicadas somente a provedores de grande porte, com mais de 1 milhão de usuários registrados no Brasil, ou por todas as plataformas com atuação no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

JUSTIÇA - MORAES AUTORIZA DEVOLUÇÃO DE ARMA A PM

Major da Polícia Militar do Distrito Federal foi absolvido em processo do 8 de Janeiro

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou a devolução da arma de fogo pertencente ao major Flávio Silvestre de Alencar, da Polícia Militar do Distrito Federal. Em dezembro de 2025, ele foi absolvido pela Corte da acusação de omissão em sua atuação nos atos de 8 de janeiro.

A arma foi apreendida durante o processo e permaneceu retida em razão de uma medida cautelar, revogada após a absolvição do militar. A defesa tentou reaver o dispositivo no início deste ano, mas o pedido foi negado pela Polícia Federal (PF).

Em nova petição apresentada ao Supremo no fim do mês de maio, os advogados relataram que a PF argumentou “não haver autorização suficiente para proceder à liberação dos bens apreendidos”. A defesa também solicitou que uma nova determinação para a restituição da arma fosse expedida.

Em manifestação encaminhada ao STF, a PF informou que a arma estava sob guarda do Exército e que não havia decisão judicial anterior autorizando a liberação do bem de forma específica. Posteriormente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou favoravelmente à devolução.

Ao analisar o pedido, Moraes concluiu que não há motivo para manter a apreensão da arma.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

JUSTIÇA - NUNES MARQUES VÊ CENÁRIO DIFÍCIL PARA A MAGISTRATURA BRASILEIRA

Ministro do STF atribui parte das dificuldades enfrentadas à forma como a imprensa aborda a remuneração dos juízes

Do Estadão Conteúdo



O ministro também declarou que os juízes buscam maior reconhecimento público pelo trabalho desempenhado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou que a magistratura enfrenta um “momento difícil” e atribuiu parte desse cenário à forma como a imprensa aborda a remuneração dos juízes.

A declaração foi feita na quarta-feira, durante a cerimônia de posse da nova diretoria da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), realizada no Superior Tribunal de Justiça

(STJ).

“Contem comigo no Supremo Tribunal Federal. Um olhar sempre atento às necessidades da magistratura e me ombriando a ela neste momento difícil que atravessa, em razão, de, talvez a forma como se comunicam os periódicos brasileiros em relação às dificuldades financeiras, às vezes não

muito reconhecidas pela sociedade. Eu quero reafirmar meu apoio à magistratura federal”, disse o ministro, de acordo com relato do Correio Braziliense.

O ministro também declarou que os juízes buscam maior reconhecimento público pelo trabalho desempenhado: “Hoje é um dia de festa, o dia que se renova as esperanças de toda a magistratura federal de buscar o reconhecimento que merece diante não só da magistratura, mas também de toda a sociedade brasileira”, afirmou.

A cerimônia marcou a posse da juíza federal Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira na presidência da Ajufe. Ela é a primeira mulher a assumir o comando da entidade.

O evento reuniu integrantes dos tribunais superiores, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, membros da advocacia, integrantes do sistema de Justiça e magistrados.

Desgaste

O STF, em que Nunes Marques atua, vive um momento de desgaste em que é alvo de críticas recorrentes da direita bolsonarista e de parte do Congresso Nacional, além da repercussão do caso Banco Master, que envolve menções a ministros da Corte.

Em meio às críticas, o atual presidente do tribunal, ministro Edson Fachin, tem defendido a criação de um código de ética para os membros da Corte, como “medida de defesa” em resposta à crise de imagem e para aumentar a credibilidade e confiança pública.

Em evento no STJ na última semana, ele manifestou preocupação com os ataques dirigidos ao Poder Judiciário e afirmou que é necessário proteger os agentes responsáveis pela preservação do Estado Democrático de Direito.

Fachin também defendeu serenidade, discrição e comedimento para que a atuação da magistratura produza confiança no Judiciário. “A sociedade digital produz incentivos à visibilidade constante. Mas atentemos para isso. Nem toda visibilidade fortalece instituições. Muitas vezes o silêncio institucional vale mais que o protagonismo individual”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

JUSTIÇA - VORCARO: PF REJEITA PEDIDO DE DELAÇÃO

Investigadores entendem que não há novidades na segunda proposta feita pelo banqueiro

Do Estadão Conteúdo

A Polícia Federal rejeitou a segunda proposta de delação premiada do banqueiro Daniel Vercaro. Os investigadores comunicaram a recusa ao gabinete do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e à defesa do dono do Banco Master.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) ainda está analisando a proposta de colaboração e não deu uma resposta formal até o momento.

A avaliação dos investigadores da Polícia Federal foi que as informações apresentadas pelo dono do Banco Master não traziam novidades diante das provas já colhidas na investigação, como do próprio telefone celular de Vercaro.

A primeira proposta apresentada por Vercaro havia sido rejeitada em 20 de maio. Na ocasião, a PF rejeitou o material, mas a PGR demonstrou disposição em dar prosseguimento às negociações e receber complementos.

Depois disso, ele trocou a equipe de defesa e reformulou sua tentativa de delação premiada, entregando novos anexos e aprofundando informações. Como mostrou o Estadão, Vercaro, por exem

plo, modificou o anexo que relatava pagamentos ao senador Ciro Nogueira (PP-PI) sob a justificativa de “relação de amizade” entre eles e passou a tratar os repasses como propina.

As modificações, entretanto, não foram suficientes para convencer os investigadores, que consideravam que o banqueiro continuava agindo para proteger aliados e fazer uma delação seletiva.

No dia 4 de março, Vercaro voltou a ser preso e foi alvo da terceira fase da Operação Compliance Zero, da PF, que investiga fraudes financeiras no Master e a tentativa de compra da instituição pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao Governo do Distrito Federal (GDF). Desde então, ele tenta fechar um acordo de delação.

O banqueiro está preso em uma sala da Superintendência da PF em Brasília.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

INTERNACIONAL - TRUMP ANUNCIA ACORDO PARA FIM DA GUERRA. IRÃ E ISRAEL NEGAM

Poucas horas após dizer que EUA iriam fazer ataque ainda mais forte, presidente recua e fala em negociação aprovada por todas as partes

Do Estadão Conteúdo



Trump disse que a data e o local da assinatura do acordo para o fim da guerra serão anunciados em breve

Apenas algumas horas após ameaçar atacar o Irã “com muita força”, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quinta-feira, 11, que autoridades iranianas aprovaram os termos das

negociações de um acordo.

“Tendo em vista que as negociações com a República Islâmica do Irã foram levadas ao mais alto nível da liderança iraniana e aprovadas, eu, na qualidade de presidente dos EUA, cancelei os ataques aéreos e bombardeios programados contra o Irã para esta noite”, escreveu Trump em publicação na Truth Social.

“As negociações e os pontos finais foram aprovados, tanto em termos conceituais quanto em detalhes, por todas as partes envolvidas, incluindo os EUA, Israel, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Turquia, Paquistão, Bahrein, Kuwait, Jordânia, Egito e outros”, disse Trump.

O republicano também acrescentou que o bloqueio naval permanecerá em vigor até que a transação seja finalizada e que a data e o local da assinatura do acordo serão anunciados em breve.

Teerã e Washington negociam um acordo para pôr fim à guerra há três meses, mas tiveram dificuldades para chegar a um consenso. Os países estavam em cessar-fogo desde 8 de abril, mas os EUA retomaram os ataques contra o território iraniano na última semana.

Por esse motivo, a Autoridade do Estreito do Golfo Pérsico (PGSA, na sigla em inglês) confirmou nesta quinta-feira o fechamento do Estreito de Ormuz. A agência foi criada por Teerã no mês passado para administrar e regulamentar o tráfego marítimo no estreito.



“Em razão das tensões provocadas pelas forças agressoras dos EUA na região e do comunicado emitido pelas Forças Armadas do Irã na noite passada, o Estreito de Ormuz permanecerá fechado até novo aviso”, afirmou a PGSA em publicação no X.

“Solicitamos aos requerentes que já receberam autorização de passagem que sejam pacientes e aguardem as próximas orientações da PGSA.”

Irã nega acordo

O Irã negou a existência de um acordo com os Estados Unidos, contrariando as falas recentes de Trump, segundo o N12News. Israel também afirmou que nenhum acordo desse tipo existe.

Funcionários israelenses expressaram surpresa com o anúncio de um acordo por parte de Trump, informaram ainda fontes ao i24NEWS.

Um funcionário disse que Israel está tomando conhecimento dos desenvolvimentos principalmente por meio das declarações públicas do republicano e aguarda a resposta oficial do Irã antes de avaliar a situação. Uma fonte observou que a experiência anterior mostrou que tais anúncios nem sempre se traduzem em um acordo finalizado.

De forma semelhante, uma fonte próxima à equipe de negociação iraniana declarou à agência Fars que Teerã ainda não aprovou nenhum acordo de paz.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, pode viajar para o Paquistão no próximo sábado, diz a Al Arabiya, embora não esteja claro se a visita será para realizar negociações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/06/2026

INTERNACIONAL - ELEIÇÕES NO PERU: FUJIMORI PASSA SÁNCHEZ

Apuração das urnas chegou a 98,2%. Diferença entre candidatos é de menos de 600 votos

Da Agência Brasil

Outra reviravolta na apuração do 2º turno das eleições presidenciais do Peru colocou a candidata de direita, Keiko Fujimori, à frente do candidato de esquerda Roberto Sánchez Palomino por uma diferença de apenas 561 votos. Isso em um universo de 27 milhões de eleitores aptos a votar. O pleito alcançou 98,2% das urnas apuradas.

Com 9.032.632 votos, Fujimori retomou a liderança com 50,002% contra 49,998% de Sánchez, que somava 9.032.092 votos nesta quinta-feira (11).

A contagem dos votos do exterior, que ajudaram Fujimori a superar Sánchez, foi finalizada. No estrangeiro, Fujimori ficou com 63,4% contra 36,5% do adversário.

Apesar da apuração avançada, estima-se que o resultado definitivo só seja divulgado em julho. Isso porque existem 1,4 mil atas eleitorais em observação. Essas urnas foram, por algum motivo, questionadas e devem passar por uma recontagem no Jurado Nacional Eleitoral (JNE) do Peru.

Fora as 1,4 mil urnas colocadas em observação, faltam apurar apenas 20 atas eleitorais em um universo de 92,7 mil.

O professor de pós-graduação de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) Gustavo Menon destacou à Agência Brasil que a maioria das atas colocadas em observação é da região de Lima, onde Fujimori tem mais votos e sugere que ela deve ganhar. “O fato de o resultado estar sendo decidido voto a voto reforça a percepção de um sistema político fragmentado, com baixa capacidade de produzir consensos estáveis”, comentou.

O vencedor será o nono presidente do Peru em dez anos de crise política.

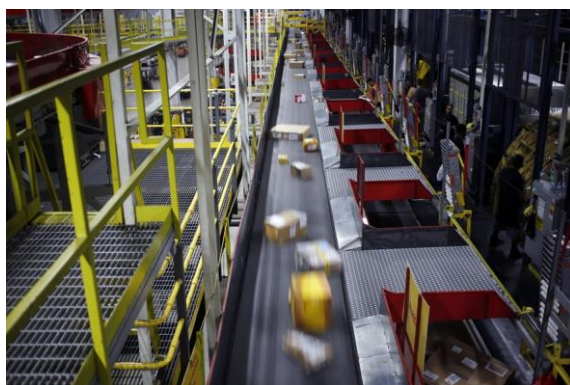
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/06/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

IMPORTAÇÕES DE PEQUENO VALOR DISPARAM NO BRASIL COM FIM DA 'TAXA DAS BLUSINHAS'

Remessas ao país já vinham aumentando neste ano
Por Bernardo Lima — Brasília



Esteira com encomendas no centro logístico da DHL no Aeroporto Internacional de Kentucky, nos EUA — Foto: Luke Sharrett/Bloomberg

A importação de produtos de pequeno valor disparou após o fim da chamada "taxa das blusinhas", que estabelecia cobrança de 20% para produtos importados de até US\$ 50. Segundo a Receita Federal, em maio e abril houve uma alta de 50% e 43%, respectivamente, em relação ao ano passado.

O fim da taxa das blusinhas foi implementado pelo governo via medida provisória, publicada em 12 de maio. No dia seguinte o imposto de 20% deixou de ser cobrado. No mês, os dados da Receita indicam que 19,6 milhões de produtos que se enquadrariam na taxa foram recebidos no país, contra 13 milhões em maio de 2025.

Em abril, com o mês inteiro com a taxa zerada, a Receita registrou a entrada de 15,7 milhões de remessas internacionais até US\$ 50. No ano passado foram 10,9 milhões.

A MP também beneficiou compras entre US\$ 50 e US\$ 3.000, já que houve uma dedução de US\$ 30, que antes era de US\$ 20. Com isso, remessas entre US\$ 50 e US\$ 100 foram beneficiadas.

De acordo com dados da Receita Federal, nos quatro primeiros meses de 2026, o governo arrecadou R\$ 1,78 bilhão em imposto de importação com as encomendas. Foi uma alta de 25% na comparação com o mesmo período do ano passado. Ou seja, mesmo antes do fim da taxa as compras já vinham em alta.

O debate sobre o assunto voltou diante do anseio do Palácio do Planalto de ampliar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva frente à maior competitividade da candidatura de Flavio Bolsonaro (PL) nas pesquisas.

O cenário de zerar totalmente a taxa era defendido por uma ala do governo com assento no Palácio do Planalto que argumenta que a mudança precisa ter impacto efetivo nas compras de valores mais baixos e com isso impactar a população de renda mais baixa.

Nos levantamentos internos do Palácio do Planalto, a "taxa da blusinhas" é apontada como um dos principais pontos negativos do governo, junto com segurança pública e temas como combate à corrupção. Essas aferições têm motivado a ala política do governo a rever a medida.

A retomada do debate ocorre em um contexto de pressão sobre o custo de vida e de tentativa do Planalto de melhorar a percepção de renda da população. O debate ganha tração em um contexto no

qual o governo também trabalha em medidas para reduzir o custo de crédito e o comprometimento de renda da população com dívidas.

O principal receio para redução da taxa das blusinhas era a reação do varejo doméstico, que passou a defender a tributação como forma de equilibrar a concorrência com plataformas estrangeiras. Foi esse discurso que levou o Congresso a aprovar a cobrança com votos da direita à esquerda.

Há também preocupação com o sinal de política econômica, especialmente no campo fiscal, ainda que o impacto direto sobre a arrecadação seja bem limitado, dado que o tributo arrecada menos de R\$ 2 bilhões.

Criado em 2024

A “taxa das blusinhas” foi criada em 2024. Naquele momento, havia reclamações do varejo nacional porque compras abaixo de US\$ 50 vinham ao Brasil sem cobrança de imposto, disfarçadas de encomendas pessoais.

Por conta disso, foi criado o chamado “Remessa Conforme”, que facilitou o desembaraço aduaneiro das empresas inscritas.

Também é necessário pagar o ICMS, que é 17% a 20%, a depender do estado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/06/2026

PETROBRAS INICIA REOCUPAÇÃO DE SEDE HISTÓRICA NO CENTRO DO RIO APÓS PRIMEIRA GRANDE REVITALIZAÇÃO EM 50 ANOS

Edifício sede ganhará 6 mil estações de trabalho após reforma que preservou o projeto original e modernizou a infraestrutura do edifício; cerimônia marca retorno gradual de funcionários

Por O Globo — Rio de Janeiro



Sede da Petrobras e Catedral Metropolitana: reformas completas a R\$1,3 bilhão e R\$ 70 milhões respectivamente — Foto: Márcia Foletto

A Petrobras dá início nesta sexta-feira à reocupação gradual do edifício sede da companhia, o Edise, no Centro do Rio, após a maior transformação já realizada no prédio desde sua inauguração, há cerca de 50 anos. Ícone da arquitetura modernista brasileira e presença marcante na paisagem entre a Lapa e a Avenida República do Chile, o edifício voltará a receber funcionários enquanto passa por uma ampla atualização estrutural, projetada para prepará-

lo para as próximas décadas.

Segundo a estatal, a ocupação ocorrerá aos poucos, ao longo dos próximos meses. Ao fim do processo, o prédio terá capacidade para abrigar 6 mil estações de trabalho.

Quem passou pela região nos últimos anos acompanhou uma cena incomum: sem os tradicionais brise-soleils de alumínio que moldam sua fachada, o Edise revelou uma face raramente vista. Com os andares esvaziados, suas enormes colunas estruturais ficaram totalmente expostas, despertando a curiosidade de cariocas e profissionais da arquitetura.

— Recentemente fui ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RJ), no 23º andar do antigo prédio do BNH, ali do lado, e quando olhei pela janela disse: “Caramba”. Causa surpresa. É um prédio de arquitetura marcante, é natural que as pessoas fiquem curiosas ao perceber essas mudanças —

afirmou Marcela Abla, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil no Rio de Janeiro (IAB-RJ) em entrevista ao GLOBO no ano passado.



Vidros espelhados são colocados na fachada do Edifício Sede da Petrobras — Foto: Márcia Foletto

Reforma bilionária

A revitalização foi motivada pelo desgaste natural decorrente das décadas de uso e pela necessidade de adequação às normas atuais de segurança predial. Segundo a Petrobras, trata-se da primeira reforma completa do imóvel desde sua inauguração.

As obras começaram efetivamente em 2021, sofreram uma interrupção temporária e foram retomadas em 2024. O investimento previsto ultrapassa R\$ 1,3 bilhão, e a conclusão dos trabalhos está estimada para setembro de 2027. A execução está a cargo da Engemon Comércio e Serviços Técnicos Ltda.

O contrato inclui elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagem, comissionamento, suporte à pré-operação, operação assistida e fornecimento de bens para a revitalização tanto do Edise quanto do Gedise, edifício-garagem da companhia.

Além da renovação completa da infraestrutura, com substituição de tubulações, cabos elétricos e sistemas de combate a incêndio, a reforma contempla a adaptação dos ambientes aos modelos contemporâneos de escritório e a incorporação de tecnologias mais atuais.

A fachada também passou por uma ampla intervenção. Todos os vidros e brise-soleils foram substituídos, mantendo as características originais do projeto arquitetônico.

Concurso que mudou a paisagem do Rio

A história do Edise começa antes do início das obras. O projeto nasceu a partir de um concurso nacional promovido em 1967 pelo então Instituto de Arquitetos do Brasil da Guanabara.



Catedral Metropolitana e edifício sede da Petrobras ainda em obras — Foto: Luiz Pinto/ 12.01.1973

A disputa reuniu mais de 200 propostas e teve como vencedores os integrantes do chamado "Grupo do Paraná": José Maria Gandolfi, Abrão Anis Assad, José Sanchotene, Luiz Forte Netto, Roberto Luiz Gandolfi e Vicente de Castro Neto.

Os jardins do complexo, outro elemento marcante do conjunto arquitetônico, foram concebidos por Roberto Burle Marx e também tiveram suas características

preservadas durante a revitalização.

Localizado na Avenida República do Paraguai, o Edise divide a paisagem do Centro com outro ícone carioca: a Catedral Metropolitana de São Sebastião. As duas construções, erguidas praticamente no mesmo período, passaram recentemente pelas primeiras intervenções estruturais de grande porte desde que foram inauguradas.

A cerimônia que marca o retorno das equipes está prevista para as 16h e terá a presença da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, integrantes da diretoria executiva e outras autoridades.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/06/2026

PRIVATIZAÇÃO DA COPASA, EMPRESA DE SANEAMENTO DE MINAS, É CONCLUÍDA E MOVIMENTA R\$ 8,4 BILHÕES

Operação tornou-se uma das maiores do setor, nos últimos anos, ficando atrás apenas da desestatização da Sabesp

Por João Sorima Neto — São Paulo



Copasa: processo de privatização foi concluído e movimentou R\$ 8,4 bilhões — Foto: Julio Bittencourt/Agência O Globo

A privatização da Copasa, a companhia de saneamento de Minas Gerais, que atende 75% dos municípios do estado, foi concluída e a participação do governo mineiro foi reduzida de 50,03% para 5,03%. A venda das ações da companhia movimentou R\$ 8,4 bilhões, com os papéis sendo precificados a R\$ 49,03, acima do piso de R\$ 47,23 estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). O prazo de

concessão é de 28 anos.

"O Grupo Equatorial foi confirmado como investidor de referência selecionado na oferta pública de ações da Copasa, com alocação mínima equivalente a 30% do capital social da companhia", informou a empresa em comunicado ao mercado.

Com a venda da participação do governo, a Equatorial Energia tornou-se acionista de referência da empresa, com 30% de participação e 65% dos papéis continuam no mercado nas mãos de outros acionistas. A Equatorial já tinha sido a acionista de referência na privatização da Sabesp, em São Paulo, e com a compra das ações da Copasa tornou-se uma das principais plataformas de saneamento do país, segundo analistas de mercado.

— A Equatorial tornou-se uma das principais plataformas de saneamento do país. A privatização da Copasa foi a principal operação que movimentou o mercado de capitais neste primeiro semestre e agora todo mundo fica de olho nas ações, já que a expectativa com a gestão privada é de maior eficiência operacional da empresa — diz Ian Lopes, economista e sócio da Valor Investimentos.

A demanda pelas ações da Copasa na desestatização chegou perto de R\$ 50 bilhões, segundo analistas, mostrando o interesse do mercado pelos papéis.

Uma das maiores operações do mercado

A privatização da Copasa configurou-se com uma das maiores operações do mercado de capitais nos últimos anos — e do setor de saneamento. Considerando etapas anteriores da desestatização, em que o governo de Minas já tinha vendido ações da empresa, inclusive para a própria Equatorial, a operação renderá R\$ 13,9 bilhões aos cofres públicos, segundo analistas que acompanharam o negócio.

A venda da Copasa só fica atrás da desestatização da Sabesp, que movimentou R\$ 14,8 bilhões em julho de 2024, na maior oferta de ações da história do setor de saneamento no Brasil. A Equatorial adquiriu 15% das ações da empresa paulista, investindo R\$ 6,9 bilhões, com o valor da ação fixado em R\$ 67.

Mesmo com a redução da participação do governo de Minas na companhia, o poder público manterá a chamada 'golden share' (ação de ouro), tipo de ação de classe especial que concede ao seu detentor o poder de veto sobre decisões estratégicas de uma empresa. Segundo informações divulgadas pela Equatorial, isso significa que matérias relevantes para a companhia terão que ter a aprovação prévia do estado.



Além do bloco principal de ações, a Gerais Saneamento (veículo de investimentos do Grupo Equatorial Energia criado para atuar no setor de saneamento) solicitou uma alocação adicional equivalente a 12,6% do capital social da empresa. O volume efetivamente recebido será conhecido após a conclusão da distribuição das ações.

"A Equatorial aguarda a conclusão do procedimento de bookbuilding para definição da alocação das ações adicionais solicitadas pela Gerais Saneamento S.A., empresa integralmente controlada pelo grupo, o que pode representar participação adicional de até 12,6% do capital da companhia", informou a companhia.

Segundo a Equatorial, o investimento na Copasa está em linha com os objetivos de expansão da companhia no setor de saneamento, ampliando sua presença na região Sudeste e reforça a diversificação geográfica dos negócios. Com a privatização, os investimentos para universalizar o serviço de saneamento até 2033 serão acelerados, com estimativa de injeção de R\$ 3,1 bilhões em 2026 e R\$ 3,9 bilhões em 2027. As tarifas seguirão reguladas pela Arsae-MG, a agência reguladora do setor no estado, o que garante estabilidade contratual e limita aumentos livres.

O Grupo Equatorial é nacional e consolidou-se como o terceiro maior em distribuição de energia do país em número de clientes. Atua com sete concessionárias, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul, Amapá e Goiás, com mais de 14 milhões de clientes. A empresa está presente em 29% do território nacional, atendendo 16% do total de consumidores brasileiros e respondendo por 11% do mercado de distribuição de energia elétrica do país. Também atua nos setores de serviços, telecomunicações, comercialização, geração distribuída e vem se expandindo no setor de saneamento.

Mesmo modelo

O advogado Diego Fernandes, sócio do Roenick Fernandes Advogados e especialista em Direito da Infraestrutura, lembra que a privatização da Copasa seguiu o mesmo modelo usado na Sabesp. Em vez de um leilão tradicional do bloco de controle, o estado de Minas Gerais vendeu sua posição por meio de uma oferta de ações em bolsa, com a escolha prévia de um sócio principal.

— Juridicamente, repetir uma estrutura já testada, é um ponto a favor, porque reduz a incerteza e consolida um arranjo que o mercado, os reguladores e o próprio Judiciário já conhecem. Quanto aos investimentos, a expectativa de aceleração tem fundamento, já que a experiência paulista mostrou antecipação de aportes depois da desestatização — explicou.

Ele pondera, entretanto, como o ganho de eficiência do novo operador será repartido.

— Caberá à Arsae-MG, agência mineira do setor, equilibrar a remuneração adequada ao investidor com a tarifa módica ao usuário, o que será feito por meio das revisões tarifárias periódicas, sendo a próxima em 2029.

A advogada Maria de Lourdes Luizelli, sócia do Andrade Maia Advogados, observa que operações de desestatizações historicamente geram debates políticos e sociais, mas a questão central não deveria ser quem presta o serviço, e sim quem tem melhores condições de realizar os investimentos necessários.

— Em um cenário de forte restrição fiscal em Minas Gerais, esse debate é ainda mais relevante. O saneamento exige elevados aportes de longo prazo e a universalização dos serviços dependerá de investimentos bilionários, especialmente na expansão da coleta e do tratamento de esgoto. Nesse contexto, a entrada do acionista de referência, amplia a capacidade da companhia de captar recursos e financiar a expansão da infraestrutura, ao mesmo tempo em que permite ao estado direcionar esforços para outras políticas públicas — avalia.

A desestatização da Copasa vinha sendo acompanhada com atenção pelo mercado por seu potencial de transformar uma das maiores companhias de saneamento do país em uma empresa de capital pulverizado. Sem o controle estatal, a companhia passa para o modelo de corporation (empresa sem

controlador definido e pulverizada em bolsa), seguindo o exemplo da Sabesp. A operação da Copasa foi coordenada por BTG Pactual, Itaú BBA, Bank of America, Citi e UBS BB.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/06/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COMO O IPO DA SPACEX PODE REDEFINIR OS MERCADOS, A TECNOLOGIA E A ECONOMIA GLOBAL

Maior abertura de capital da história consolida o modelo em que empresas privadas operam setores estratégicos para governos

Por Jenne Andrade

Investidores do mundo inteiro acompanharam, atentos, a maior abertura de capital da história dos mercados financeiros. A SpaceX, fabricante de foguetes reutilizáveis, fornecedora de internet via satélite e desenvolvedora de inteligência artificial do bilionário Elon Musk, precificou na quinta-feira, 11, sua oferta pública inicial de ações (IPO). Captou o montante recorde de US\$ 75 bilhões e agora é avaliada em US\$ 1,7 trilhão, valor superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de países como Suíça e Arábia Saudita. A estreia dos papéis na Bolsa dos Estados Unidos ocorre nesta sexta-feira, 12.

Os números assombrosos escondem uma mudança ainda maior. A listagem da SpaceX valida, de vez, a chamada “economia espacial” — todo o ecossistema de empresas que provê estrutura para a exploração do espaço sideral — e fornece parâmetros de preço para um setor que, embora estratégico para governos, ainda era encarado pela população como ficção científica.

“Até aqui, o espaço era um setor sem referência pública de preço e quase sem porta de saída para o investidor: quem colocava dinheiro numa startup espacial não sabia quando nem como sairia. O IPO cria o benchmark (ponto de referência), atrai fluxo de fundos passivos com a futura entrada em índices e dá ao investidor comum acesso a um setor antes restrito”, afirma Tiago Zanolla, investidor em startups e fundador do grupo UFEM Educacional.

Antes, a gigante se financiava por meio de rodadas de financiamento entre fundos de investimento que compram participação em empresas de capital fechado (private equity). Esse mercado é normalmente restrito a grandes investidores e já não consegue suprir as necessidades da SpaceX. O lançamento da companhia à Bolsa decorre da busca por novas fontes de captação, essenciais para a manutenção do plano de investimentos da empresa em exploração espacial e no desenvolvimento de inteligência artificial.

A continuidade desse plano é interessante não só para a própria SpaceX, mas para o governo dos Estados Unidos. A fabricante de foguetes subverteu a lógica do setor espacial, historicamente dominado por programas de agências governamentais, como a americana Nasa.

Criada há 24 anos por Musk, a SpaceX assinou o primeiro contrato com a Nasa em meados de 2006. Na época, a empresa recebeu financiamento para desenvolver aeronaves capazes de transportar cargas e tripulação à Estação Espacial Internacional (ISS). Hoje, a agência espacial depende da infraestrutura fornecida pela SpaceX para levar astronautas ao espaço. Em 2025, a companhia foi responsável por 80% dos lançamentos realizados pelos Estados Unidos. Neste ano, o percentual é de 73%.

Nas últimas quatro décadas, mais da metade dos lançamentos orbitais americanos foi feita pela companhia, de acordo com dados da Administração Federal de Aviação dos EUA (FAA). O projeto Artemis da Nasa, de retorno à Lua, por exemplo, tem a SpaceX como principal contratada.

“No espaço, o Estado americano deixou de ser operador e virou cliente”, aponta Zanolle.



SpaceX ganhou protagonismo no lançamento de foguetes e colabora com projetos da Nasa Foto: John Raoux/AP

O governo dos EUA não é o único Estado que observa de perto o crescimento da SpaceX. De acordo com Marcelo Cabral, estrategista-chefe e sócio-fundador da Stratton Capital, ex-CEO do Bradesco Europa e Bradesco Securities em Nova York, a companhia é vista como sensível para a indústria de defesa em função do possível lançamento de satélites espiões e operação de sistemas de localização para agências de inteligência americanas.

“A companhia baixou muito o custo dos lançamentos de satélites em órbita, pela eficiência e pela possibilidade de os foguetes voltarem. Ou seja, poder usar mais de uma vez o mesmo foguete. Então, o número de satélites de comunicação em órbita aumentou muito”, afirma Cabral.

O sistema de internet via satélite da SpaceX, a Starlink, também já demonstrou o impacto em guerras. De acordo com a agência de notícias Reuters, Musk teria “mandado” desligar o sinal de internet via satélite em uma região da Ucrânia durante uma operação contra a Rússia, frustrando a ofensiva militar.

A SpaceX lidera, ainda, a criação da Golden Dome, um escudo antimísseis formado por uma rede de satélites encarregados de proteger o território americano. Nações como China, Rússia e Índia acompanham o desenvolvimento desse tipo de solução. “Isso acaba criando demanda por empresas que têm atuação nessa área”, afirma Cabral. “Tem uma tendência que já vem ocorrendo há décadas e que tem se aprofundado cada vez mais, de trazer fornecedores privados (para setores estratégicos). Ou seja, permitir que o setor privado faça os investimentos, evitando que o governo precise utilizar recursos fiscais para investir nesses setores (como o espacial).”

Por outro lado, tanto poder concentrado em uma empresa privada, que tem “dono”, levanta preocupações. Mesmo após o IPO, a expectativa é de que Musk continue no controle da SpaceX.

“Empresa privada operando um setor sensível não é novidade. A novidade é o grau de concentração. Estamos falando de um único fornecedor, controlado por uma única pessoa (Musk), operando infraestrutura crítica”, diz Zanolle.

Uma empresa na cadeia inteira de IA

A concentração em Musk pode ser um risco, mas é, ao mesmo tempo, um dos principais ativos da empresa. Ricardo Simon, diretor do family office Eclipseon e investidor da SpaceX desde 2024, aponta que a demanda pelas ações no varejo pode ter como chamariz a identificação das pessoas físicas com o magnata sul-africano e o entendimento de que foi Musk que guiou o crescimento da companhia até aqui.

“Eu acredito que estamos passando por uma revolução tecnológica como poucas vezes vista. Se a SpaceX é uma das empresas que irão liderar esse movimento e essa revolução tecnológica, eu acho que faz sentido ter uma exposição”, diz Simon.

Para ele, a SpaceX está muito bem posicionada para um futuro em que as economias estarão muito concentradas em tecnologia e inteligência artificial, mesmo quando comparada a outras duas gigantes que devem chegar em breve à Bolsa, OpenAI e Anthropic.

Fora a internet via satélite Starlink e o braço de exploração espacial, a SpaceX também é uma empresa que desenvolve inteligência artificial e conseguiu centralizar boa parte do processo de desenvolvimento.



“Diferentemente das demais empresas que estão nesse meio da inteligência artificial, a SpaceX é a única que atua na cadeia inteira”, diz Simon. “Ela fabrica os próprios chips, constrói e opera os próprios data centers, tem também o próprio modelo de linguagem. Então, é uma empresa que consegue capturar valor da cadeia inteira de IA.”

Fabio Guerra, diretor de novos negócios e estruturação da Hurst Capital, vislumbra outros caminhos para a SpaceX, unindo inteligência artificial e exploração espacial, com a montagem de data centers — instalações gigantes com supercomputadores para rodar e treinar inteligências artificiais no espaço.

“Nós temos uma discussão muito grande atualmente sobre o consumo de energia dos data centers. Quando a gente pensa em um possível data center na Lua, como é o plano de Musk, temos diferenciações de radiação térmica, de capacidade de geração de energia, que podem aumentar a eficiência”, diz Guerra.

A Hurst Capital chegou a criar parcerias com fundos estrangeiros para fornecer acesso a investimentos na SpaceX, pré-IPO, para investidores brasileiros. No total, R\$ 2,75 milhões foram investidos na empresa. O dinheiro veio de 65 investidores, com ticket médio de cerca de R\$ 40 mil.

“Acho que talvez, desde a Revolução Industrial, hoje seja a maior disrupção que a gente viveu”, afirma Guerra.

Grande influência, pouco lucro

Os números da SpaceX assustam e podem ser só o começo de uma sequência de IPOs gigantescos, com as esperadas listagens das companhias de inteligência artificial OpenAI e da Anthropic.

Precificar uma empresa em patamares estratosféricos significa que o mercado financeiro, investidores institucionais e fundos de investimento acreditam em um retorno igualmente estratosférico no longo prazo. É necessário que seja assim, para valer os recursos investidos.

É uma aposta arriscada no futuro, pois o presente ainda é bem diferente. Por enquanto, a SpaceX não dá lucro. A principal fonte de receitas é a Starlink, enquanto os segmentos de exploração espacial e IA só consomem capital. De acordo com documentos enviados à SEC, o xerife do mercado financeiro dos EUA, a empresa teve prejuízo líquido de US\$ 4,9 bilhões em 2025.

Enquanto o segmento de internet via satélite lucrou US\$ 4,4 bilhões no período, a exploração espacial registrou prejuízo de US\$ 657 milhões e a área de inteligência artificial, de US\$ 6,3 bilhões.

“Essas empresas concentram uma capacidade de mobilizar capital e inovação sem precedentes, puxam produtividade e reforçam a liderança tecnológica dos Estados Unidos. Em contrapartida, ampliam a concentração de poder econômico e criam uma dependência arriscada de uma aposta em IA que ainda queima muito caixa”, afirma Pedro Teberga, professor da Faculdade Einstein e especialista em negócios digitais. “O teste dos próximos anos é transformar essa euforia de valuation em lucro recorrente.”

Entre os mais céticos, parece algo arriscado demais. Luciano Nakabashi, do departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP), chama a atenção para o impacto da concentração de liquidez em um conglomerado pequeno de empresas gigantes — e de que forma essa liquidez poderá se refletir em uma melhora no dia a dia das pessoas comuns.

“Os governos têm de se preocupar em qualificar as pessoas para que elas não fiquem para trás nessa nova revolução industrial”, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/06/2026

Principal programa de redução de endividamento do Estado do ex-governador Romeu Zema, privatização deixa mineiros com 5% dos papéis e 'golden share' da empresa de saneamento; transação teve demanda 40 vezes maior que oferta e atraiu investidores de longo prazo

Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Altamiro Silva Junior (Broadcast)

O governo de Minas Gerais arrecadou R\$ 8,4 bilhões com a privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Foram R\$ 5,6 bilhões com a venda de 30% das ações para a Equatorial, que virou investidor de referência da companhia, e R\$ 2,8 bilhões vindos de uma oferta pública no mercado, encerrada no fim da noite desta quinta-feira, 11.

A privatização da Copasa era uma das maiores bandeiras e o principal projeto do governo Romeu Zema, atualmente pré-candidato à presidência, em Minas Gerais. A iniciativa foi fundamental para o alinhamento com o mercado financeiro e a adesão do Estado ao Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados) com a União.

O capital arrecadado com a desestatização tem como principal finalidade a amortização da dívida bilionária que o Estado tem com o governo federal.



Obras da Copasa na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.
Copasa/DIVULGAÇÃO Foto: Copasa/Divulgação

O projeto de privatização foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) após um longo embate público. A venda foi estruturada por meio de uma oferta secundária de ações (sem emissão de novos papéis) na bolsa de valores. O Estado de Minas Gerais reduziu sua participação de controle e manteve

uma golden share (ação com poder de veto estratégico).

O grupo Equatorial Energia venceu o processo para se tornar o acionista de referência, assumindo uma fatia relevante da companhia. Com a aquisição, a Equatorial se tornou controladora das duas maiores empresas de saneamento do País: a Sabesp e a Copasa.

Na quinta-feira, foi feita a oferta pública de papéis ao mercado, após a venda da maior fatia à Equatorial. A ação da Copasa foi vendida a R\$ 49,03, o mesmo preço pago pela Equatorial para a compra da fatia de 30%. De acordo com as fontes, o lote extra, de mais 19 milhões de papéis, não foi colocado.

As alocações foram previamente discutidas com o governo de Minas Gerais, que foi o único vendedor das ações. Com isso, reduziu sua fatia na Copasa de 50% para cerca de 5%. Na quinta-feira, foi feita uma reunião com representantes do governo mineiro para discutir os detalhes finais da operação.

A demanda pelos papéis superou R\$ 70 bilhões. Sem contar o lote da Equatorial e o do varejo, a demanda foi 40 vezes maior que a oferta, com a participação de "múltiplos investidores locais e estrangeiros", incluindo fundos soberanos, de pensão e fundos dedicados a saneamento, de acordo com as fontes.

Entre os investidores institucionais, fundos de mais longo prazo, chamados de 'long only' (que eles lucram exclusivamente com a valorização das ações ao longo do tempo), representaram 85% dos compradores. Os de mais curto prazo, os hedge funds (fundos de investimento de gestão ativa que buscam retornos absolutos em qualquer cenário de mercado, seja de alta ou de baixa), somaram 15%.

Os 10 investidores principais receberam 30% dos pedidos da oferta de mercado, enquanto os 20 maiores receberam 50%. A gestora Perfin recebeu cerca de R\$ 50 milhões.

Já a Equatorial, que manifestou interesse em comprar até 48 milhões de ações no lote de mercado, o equivalente a R\$ 2,35 bilhões, não foi alocada no lote de varejo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/06/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

APM TERMINALS ENTREGA EM SUAPE O PRIMEIRO TERMINAL DE CONTÊINERES 100% ELETRIFICADO DA AMÉRICA LATINA

Com investimentos de mais de R\$ 2 bilhões, ativo amplia em 55% a capacidade do complexo portuário pernambucano e deve movimentar até 400 mil TEUs por ano na fase inicial

Por Naiara Bertão, Prática ESG — São Paulo



Terminal de contêineres 100% elétrico da APM no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros em PE — Foto: Divulgação

A APM Terminals, divisão de terminais portuários do grupo dinamarquês A.P. Moller-Maersk, realizou nesta sexta-feira (12) a cerimônia de entrega oficial de seu novo terminal de contêineres no Complexo Industrial Portuário de Suape, em Ipojuca (PE). Com mais de R\$ 2 bilhões investidos, o ativo é o primeiro terminal 100% eletrificado da América Latina e foi projetado para ampliar em 55% a

capacidade de movimentação de contêineres do complexo pernambucano.

Na fase inicial, o terminal deve movimentar até 400 mil TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) por ano, com potencial de conectar Pernambuco a mercados da América Latina, América do Norte, Europa e Ásia. “Mais do que um novo ativo portuário, o terminal amplia a capacidade do Nordeste, integra o Brasil às principais rotas do comércio global e eleva o padrão operacional da região com uma estrutura totalmente eletrificada”, afirmou Daniel Rose, diretor-superintendente da APM Terminals Suape e Pecém.

A cerimônia reuniu o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, a vice-governadora Priscila Krause, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, a embaixadora da Dinamarca no Brasil, Eva Bisgaard Pedersen, o prefeito de Ipojuca, Carlos Santana, e o diretor-presidente do Complexo de Suape, Armando Monteiro Bisneto, entre outras autoridades e representantes do setor produtivo.

Estudo elaborado pela consultoria A&M Infra e pelo escritório Navarro Prado Advogados em conjunto com a própria APM Terminals projeta que o novo terminal pode gerar até R\$ 4,8 bilhões adicionais em exportações, cerca de R\$ 4,9 bilhões em Produto Interno Bruto (PIB) e mais de 43 mil postos de trabalho potenciais ao longo das cadeias produtivas associadas ao comércio exterior.

As autoridades presentes na cerimônia destacaram a importância do terminal para a ampliação da capacidade portuária do estado e do Brasil e, especialmente, como um reforço estratégico para Suape, contribuindo para diversificar as alternativas logísticas além dos portos do Sul e do Sudeste.

“Modernizar o Suape é modernizar o Brasil. A entrega deste novo terminal é um salto para a infraestrutura de Pernambuco, do Nordeste e para a competitividade do Brasil. Significa redução de custos, maior integração com o mundo, mais oportunidades para o agro e a indústria e maior geração de empregos”, afirmou o vice-presidente Geraldo Alckmin, classificando o empreendimento como exemplo de parceria entre o setor público e a iniciativa privada.

Para a governadora Raquel Lyra, o terminal reforça o papel do estado no comércio internacional. “Com mais essa entrega, Pernambuco fortalece a competitividade logística do Nordeste, gerando condições para atrair novos negócios, que gerem empregos e fortaleçam o desenvolvimento econômico do nosso estado, nos conectando ainda mais com o mundo”, disse.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou o fluxo de capital estrangeiro para o setor. “Apesar de instabilidades globais, o setor portuário tem sido literalmente a entrada de investimentos no país, o que mostra a confiança internacional no papel do Brasil. Este novo terminal de contêineres da APM Terminals é um exemplo desta confiança”, avaliou. A segunda fase terá investimentos da ordem de 50 milhões de dólares.



Lançamento do terminal da APM nesta sexta-feira (12) em Recife recebeu autoridades públicas e do setor privado — Foto: Divulgação

Eletrificação e operação remota

O diferencial tecnológico do terminal está na eletrificação completa dos equipamentos, que consumiu cerca de R\$ 235 milhões do investimento total, e na operação remota dos principais ativos, como os guindastes de cais (STS) e os guindastes de pátio (RTG), arranjo apontado pela companhia como referência de inovação na América Latina.

A estrutura ocupa área de aproximadamente 495 mil metros quadrados, com cais de 430 metros de extensão e profundidade de até 15,5 metros, apta a receber navios de grande porte das principais rotas internacionais. A capacidade estática é de cerca de 12 mil TEUs, com mais de 300 tomadas para contêineres refrigerados (reefers). Segundo a empresa, a obra de implantação gerou mais de 2 mil empregos diretos e indiretos.

O diretor-presidente do Complexo de Suape, Armando Monteiro Bisneto, afirmou que a entrada em operação do terminal “reforça a posição estratégica do nosso porto-indústria no cenário nacional e internacional” e “envia uma mensagem clara ao mundo: de que Pernambuco está preparado para receber grandes empreendimentos e liderar um novo ciclo de crescimento sustentável, inovação e competitividade”.

Suape é a segunda operação da APM Terminals na região. A companhia está presente há mais de duas décadas no Porto do Pecém, no Ceará, onde segue em expansão. Para a empresa, o principal entrave ao desenvolvimento logístico do Nordeste não está na demanda, mas na ampliação da infraestrutura e da capacidade instalada, condição para destravar novos fluxos de comércio e atrair investimentos de longo prazo.

Globalmente, a APM Terminals participa da operação de terminais em mais de 60 localidades, em 35 países, e emprega mais de 20 mil pessoas. Em 2025, a companhia registrou 27 mil escalas de navios e 25,8 milhões de movimentações em seus terminais.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 12/06/2026

GOVERNO ENVIA PROJETO DO CANAL DE ACESSO DE ITAJAÍ À ANTAQ E MIRA LEILÃO NO SEGUNDO SEMESTRE

Empreendimento prevê cerca de R\$ 350 milhões em investimentos ao longo do contrato de 25 anos, com possibilidade de prorrogação por até 70 anos

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



Ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca — Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

O Ministério de Portos e Aeroportos encaminhou nessa quinta-feira (11) à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a versão ajustada do projeto de concessão do canal de acesso do Porto de Itajaí (SC), etapa que antecede a publicação do edital e a realização do leilão. Ao Valor, o ministro Tomé Franca informou que a expectativa do governo é realizar o certame no segundo semestre deste ano, possivelmente entre agosto e setembro.

O empreendimento prevê cerca de R\$ 350 milhões em investimentos ao longo do contrato de 25 anos, com possibilidade de prorrogação por até 70 anos.

A concessão será a segunda do tipo realizada pelo governo, em um processo iniciado com a do canal de acesso do Porto de Paranaguá, leiloado no ano passado e com contrato assinado em março deste ano. O modelo é uma aposta do Executivo para trazer maior previsibilidade para a gestão da dragagem, processo de retirada de sedimentos e recuperação da profundidade do canal, contribuindo para a eficiência do complexo portuário.

"Garante segurança para a operação, segurança jurídica e que a dragagem do canal do porto seja mantida sempre com o calado necessário para a operação. Isso faz com que o porto tenha sua vocação bem exercida. O porto não é apenas a estrutura onde estão os berços e a movimentação de carga, mas também os acessos. Se não há acesso ao porto, ele perde sua vocação", afirmou o ministro ao Valor.

A avaliação é de que, ao dar garantia ao investidor de que as condições de operação e dragagem do porto serão mantidas de forma regular, afasta-se um risco cujo custo é embutido na operação.

"Se não há o risco de a dragagem não ser feita ou de não ser realizada da maneira adequada, o investidor tira esse risco da conta, ou pelo menos o reduz bastante, porque ele tem a segurança jurídica e operacional de que o acesso ao porto vai estar sendo bem cuidado. Isso garante investimento no porto", disse.

A manutenção das profundidades do canal é considerada fundamental para as condições de navegação e para o recebimento de embarcações cada vez maiores. Em abril deste ano, a dragagem de manutenção no canal do porto foi retomada com a assinatura de um contrato que garante a continuidade do serviço pelos próximos 12 meses.

Os documentos foram enviados à agência reguladora após revisão dos estudos decorrente das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), que deu aval para a concessão em maio.

O projeto prevê investimentos em duas fases, incluindo obras de dragagem e aprofundamento para permitir a operação de navios de última geração com até 400 metros de comprimento.

As duas fases de investimento planejadas para a concessão afetarão diretamente a infraestrutura necessária para viabilizar um aumento progressivo da capacidade do porto e do porte dos navios

recebidos. Essas etapas são vistas como fundamentais para acompanhar a evolução global da frota de navios porta-contêineres e garantir que o complexo atenda à macrodemanda projetada.

O projeto também prevê a remoção do casco do Navio Pallas, que está naufragado. A medida é considerada estratégica para ampliar a segurança da navegação e aumentar a capacidade operacional do complexo portuário, permitindo que o porto receba embarcações de maior porte. A destinação dos materiais eventualmente removidos será definida em etapa posterior, observando critérios técnicos, ambientais e de preservação do patrimônio histórico.

O avanço da concessão do canal também é visto pelo governo como mais um passo para aumentar a eficiência do porto, sobretudo diante do histórico recente de instabilidade na administração do empreendimento, que atualmente está sob gestão da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba).

Em 2024, o governo federal deu início à retomada da gestão do Porto de Itajaí. O porto teve as atividades paralisadas em 2022, quando a intenção do governo federal, à época, era a privatização. Em dezembro de 2023, já na atual gestão, foi assinado um contrato provisório para a operação do terminal. Além da concessão do canal de acesso, o governo discute a modelagem definitiva para o leilão de concessão do Porto de Itajaí, que está em análise no TCU.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/06/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ DO BRASIL CRESCE 3,6% E ULTRAPASSA 3 MILHÕES DE SACAS

Da Redação Portos e logística 12/06/2026 - 16:07



O Brasil embarcou 3,089 milhões de sacas de 60 kg de todos os tipos de café em maio deste ano, crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2025. Os dados são do mais recente relatório estatístico mensal do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). A receita cambial, contudo, recuou 16% no mesmo intervalo comparativo, para US\$ 1,050 bilhão no mês passado.

Com a performance de maio, as exportações de café do Brasil saltaram para 35,373 milhões de sacas nos 11 primeiros meses do ano safra 2025/2026, gerando US\$ 13,612 bilhões ao país. Esses montantes representam quedas de 17,7% em volume e de 0,7% em receita na comparação com o registrado de julho de 2024 a maio de 2025.

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2026, o Brasil exportou 14,745 milhões de sacas de café, o que significa um declínio de 12,4% na comparação com os 16,825 milhões aferidos entre janeiro e maio do ano passado. Os ingressos com as exportações somaram US\$ 5,552 bilhões no período, situando-se 14,6% aquém dos US\$ 6,498 bilhões apurados no primeiro quinquimestre de 2025.

Na avaliação do Cecafé, o desempenho está dentro do previsto diante do cenário atual de mercado, com a transição da entressafra para a chegada da nova colheita. “A leve alta em maio reflete a entrada de cafés colhidos já neste ano, principalmente os canéforas, que são nossos conilon e robusta, movimento que deveremos observar com os arábicas a partir dos próximos meses também. Porém, no acumulado de 2026, a queda é reflexo de uma safra menor e de exportações volumosas registradas no ano passado”, detalhou o presidente do Cecafé, Márcio Ferreira.



Para os próximos meses, com a expectativa de colheita recorde no Brasil, ele acredita que o país deve elevar os níveis de café a serem remetidos ao exterior. “O clima foi favorável na maior parte do cinturão cafeeiro e isso possibilitou uma safra com excelente qualidade, produtividade elevada e, conseqüentemente, bom volume. Em condições normais de temperatura e pressão, passaremos a observar crescimento dos embarques, principalmente no segundo semestre”, projetou.

Ferreira pondera que as tensões geopolíticas, a defasagem logística portuária no Brasil e as incertezas quanto à política comercial dos Estados Unidos podem ser entraves ao setor.

“A guerra no Oriente Médio tem encarecido fretes marítimos aos importadores de nossos cafés, assim como a falta de infraestrutura nos portos brasileiros vem gerando prejuízos milionários aos exportadores e atrasado embarques. Além disso, as constantes idas e vindas das questões tarifárias do governo norte-americano geram dúvidas e acabam por retardar os negócios com os parceiros dos EUA, que aguardam uma definição para retomar suas aquisições em um ritmo normal”, concluiu.

A Alemanha é o principal importador dos cafés do Brasil no acumulado dos cinco primeiros meses de 2026, com a aquisição de 1,911 milhão de sacas, montante que representa 13% dos embarques totais do país no período, apesar de implicar recuo de 10% na comparação com o mesmo intervalo de 2025.

Os EUA aparecem na sequência, com 1,771 milhão de sacas – 12% do total -, o que gera um recuo de 38,4% ante os cinco primeiros meses do ano passado. Fechando o top 5, vêm Itália, com 1,420 milhão de sacas e alta de 3,2%; Bélgica, com 917.385 sacas e incremento de 13%; e Japão, com 734.591 sacas e queda de 32,6%.

O café arábica, com 11,126 milhões de sacas, permanece como o mais exportado pelo Brasil entre janeiro e maio de 2026. Esse montante equivale a 75,5% do total, mesmo aferindo queda de 21,3% frente ao primeiro quinquemestre do ano passado.

A espécie canéfora (conilon + robusta) vem na sequência, com o embarque de 1,891 milhão de sacas (12,8% do total), apresentando substancial crescimento de 86,5% ante o remetido ao exterior nos cinco primeiros meses de 2025. O segmento do café solúvel, com 1,707 milhão de sacas (11,6% do geral) e o setor industrial de café torrado e torrado e moído, com 20.714 sacas (0,1%) completam a lista.

Os cafés que possuem qualidade superior, certificados de práticas sustentáveis e/ou especiais responderam por 17,6% das exportações totais brasileiras de janeiro ao fim de maio de 2026, com o envio de 2,590 milhões de sacas ao exterior, volume que representa recuo de 30,1% ante o registrado no mesmo intervalo de 2025.

A um preço médio de US\$ 434,01 por saca, a receita cambial com os embarques dos cafés diferenciados foi de US\$ 1,124 bilhão, o que corresponde a 20,2% do obtido com todos os embarques de café no primeiro quinquemestre de 2026. No comparativo anual, o valor é 31,1% inferior ao apurado entre janeiro e maio do ano passado.

A Alemanha lidera o ranking dos principais destinos dos cafés diferenciados, com a compra de 327.883 sacas, o equivalente a 12,7% do total desse tipo de produto exportado. Fechando o top 5, aparecem EUA, com 308.435 sacas e representatividade de 11,9%; Itália, com 286.916 sacas (11,1%); Bélgica, com 275.433 sacas (10,6%); e Holanda (Países Baixos), com 156.366 sacas (6%).

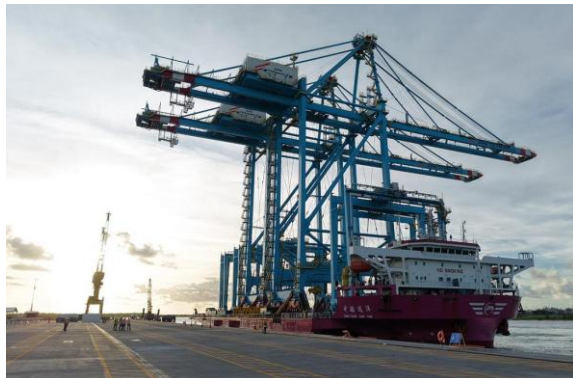
O Porto de Santos foi o principal exportador dos cafés do Brasil no primeiro quinquemestre de 2026, com 10,728 milhões de sacas e representatividade de 72,8% no total. Na sequência, aparecem o complexo portuário do Rio de Janeiro, que respondeu por 23,2% dos embarques ao remeter 3,419 milhões de sacas ao exterior, e o Porto de Paranaguá (PR), que embarcou 166.524 sacas e teve representatividade de 1,1%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/06/2026

APM ENTREGA TERMINAL 100% ELETRIFICADO DE SUAPE

Por Danilo Oliveira Portos e logística 12/06/2026 - 11:01



Empresa do grupo Maersk ampliará em 400 mil TEUs/ano capacidade instalada para movimentação de contêineres no Nordeste, onde já possui operação em Pecém (CE)

A APM Terminals entregou, nesta sexta-feira (12), o novo terminal de contêineres de Suape, que vai ampliar em 55% a capacidade portuária do complexo industrial e portuário, localizado em Ipojuca (PE). Com investimentos de mais de R\$ 2 bilhões, a capacidade instalada inicial da instalação será de até 400 mil TEUs por ano. A previsão é que o início das operações do ativo ocorra em

agosto, conectando Pernambuco a mercados estratégicos da América Latina, América do Norte, Europa e Ásia.

A operadora, subsidiária de terminais do grupo A.P. Moller Maersk, considera a instalação o primeiro terminal 100% eletrificado da América Latina. De acordo com a APM, o investimento nos equipamentos eletrificados é de aproximadamente R\$ 235 milhões. Um dos diferenciais do terminal será a operação remota dos principais equipamentos como STSs e RTGs.

A capacidade estática é de cerca de 12 mil TEUs, com mais de 300 tomadas reefer. O empreendimento tem aproximadamente 495 mil metros quadrados (m²) de área total, com um cais de 430 metros de extensão. A profundidade é de até 15,5 metros, o que permite a recepção de navios de grande porte das principais rotas internacionais. Em 2025, a APM registrou 27.000 escalas de navios e 25,8 milhões de movimentações em seus terminais, que estão distribuídos em 35 países.

A entrega oficial da APM Terminals Suape ocorre em um cenário de forte pressão pela ampliação da capacidade portuária no Brasil. A empresa avalia que o fortalecimento da movimentação de contêineres no complexo pernambucano contribui para diversificar as alternativas logísticas na costa brasileira, ampliando o potencial de Suape de se consolidar como um porto concentrador de carga (hub port).

A operadora destacou que o terminal amplia a capacidade do Nordeste, integra o Brasil às principais rotas do comércio global e eleva o padrão operacional da região com uma estrutura totalmente eletrificada. “O projeto nasce como uma plataforma para impulsionar a competitividade regional, um gateway intermodal para a região e uma nova referência para operações portuárias modernas na América Latina”, afirmou o diretor-superintendente da APM Terminals Suape e Pecém, Daniel Rose.

A APM Terminals já atua no Nordeste há mais de duas décadas por meio de sua operação no Porto do Pecém (CE), que segue em expansão contínua. A companhia afirma acreditar no potencial estrutural da região, impulsionado por sua localização estratégica, vocação exportadora e crescente integração às cadeias globais de valor. A avaliação é que o principal desafio para acelerar o desenvolvimento logístico do Nordeste está na ampliação da infraestrutura e da capacidade instalada.

O diretor-presidente do Complexo de Suape, Armando Monteiro Bisneto, considera que a entrada em operação da APM Terminals em Pernambuco reforça a posição estratégica do porto-indústria no cenário nacional e internacional, ampliando a capacidade operacional e fortalecendo a conexão do estado com os principais mercados globais.

“Pernambuco fortalece a competitividade logística do Nordeste, gerando condições para atrair novos negócios, que gerem empregos e fortaleçam o desenvolvimento econômico do nosso estado, nos conectando ainda mais com o mundo”, reforçou a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 098/2026
Página 72 de 72
Data: 12/06/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Um estudo desenvolvido pela A&M Infra, Navarro Prado Advogados e a APM Terminals, apontou que o novo terminal em Suape tem potencial de geração adicional de até R\$ 4,8 bilhões em exportações e cerca de R\$ 4,9 bilhões em Produto Interno Bruto (PIB), além de poder gerar mais de 43 mil postos de trabalho em potencial ao longo das cadeias produtivas associadas ao comércio exterior. A empresa informou que as obras de implantação, iniciadas em janeiro de 2025, já geraram mais de 2 mil diretos e indiretos.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, acrescentou que o novo terminal significa mais oportunidades para o agronegócio e a indústria e maior geração de empregos, por meio de uma parceria entre o setor público e a iniciativa privada. "A entrega deste novo terminal é um salto para a infraestrutura de Pernambuco, do Nordeste e para a competitividade do Brasil", declarou Alckmin.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/06/2026



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 12/06/2026